

Sua empresa/entidade
oferece

Oficinas de Cultura de Cidadania



INSTITUTO DE
CULTURA DE CIDADANIA

Cultura de Cidadania: Política, Justiça e Opinião Pública

“A opinião pública como arma da cidadania, a qualificação da representação política como objetivo e o valor da justiça como cidadela.

Porque não basta aos cidadãos terem responsabilidade civil. Não basta às empresas terem responsabilidade social. Não basta aos governos terem responsabilidade fiscal. É preciso o compromisso de todos com a responsabilidade política, expressão de uma verdadeira cultura de cidadania.

Mas sobretudo da livre iniciativa política de lideranças sociais e do empresariado que, na história dos Estados Democráticos de Direito, e das economias de mercado, sempre tomaram a dianteira desse processo.”

Jorge Maranhão



As oficinas de cultura de cidadania

Módulo 1 – Teoria da Cultura

Módulo 2 – Fundamentos Conceituais

Módulo 3 – Valores Universais da Cidadania

Módulo 4 – Miséria Cultural

Módulo 5 – Marcos Retóricos – I

Módulo 6 – Marcos Retóricos – II

Módulo 7 – Os símbolos nacionais

Módulo 8 – Surto retórico da cultura brasileira

Módulo 9 – Intérpretes da Brasilidade – I

Módulo 10 – Intérpretes da Brasilidade – II

Módulo 11 – RSE, RPE

Módulo 12 – Modelos externos

Módulo 13 – Agendas para a cidadania

Módulo 14 – Princípios da cidadania

Módulo 15 – Campanha Muda Brasil – *Uma agenda mínima*



Cultura de cidadania no Brasil

- Conceitos-ônibus, onde cabe de tudo um pouco,...

Lato sensu



Stricto sensu

...sendo a cultura no seu sentido mais abrangente e a cidadania no seu sentido mais restritivo.



Cultura de cidadania como multidisciplina

Campos do conhecimento (Pedagogia clássica)

- História Política
- História da Arte/Cultura
- Ciências Sociais
- Ciências Políticas

Disciplinas transversas (Nova Pedagogia)

- Meio ambiente
- Sexualidade
- Economia solidária
- Cidadania



Teorias da cultura (principais eixos)

Classicismo:

- Língua
- Racionalismo
- Justiça
- Ordem
- Presente
- Trabalho
- Cultura
- Economia Política
- Coletivo/Indivíduo
- Sujeito/Objeto

Romantismo:

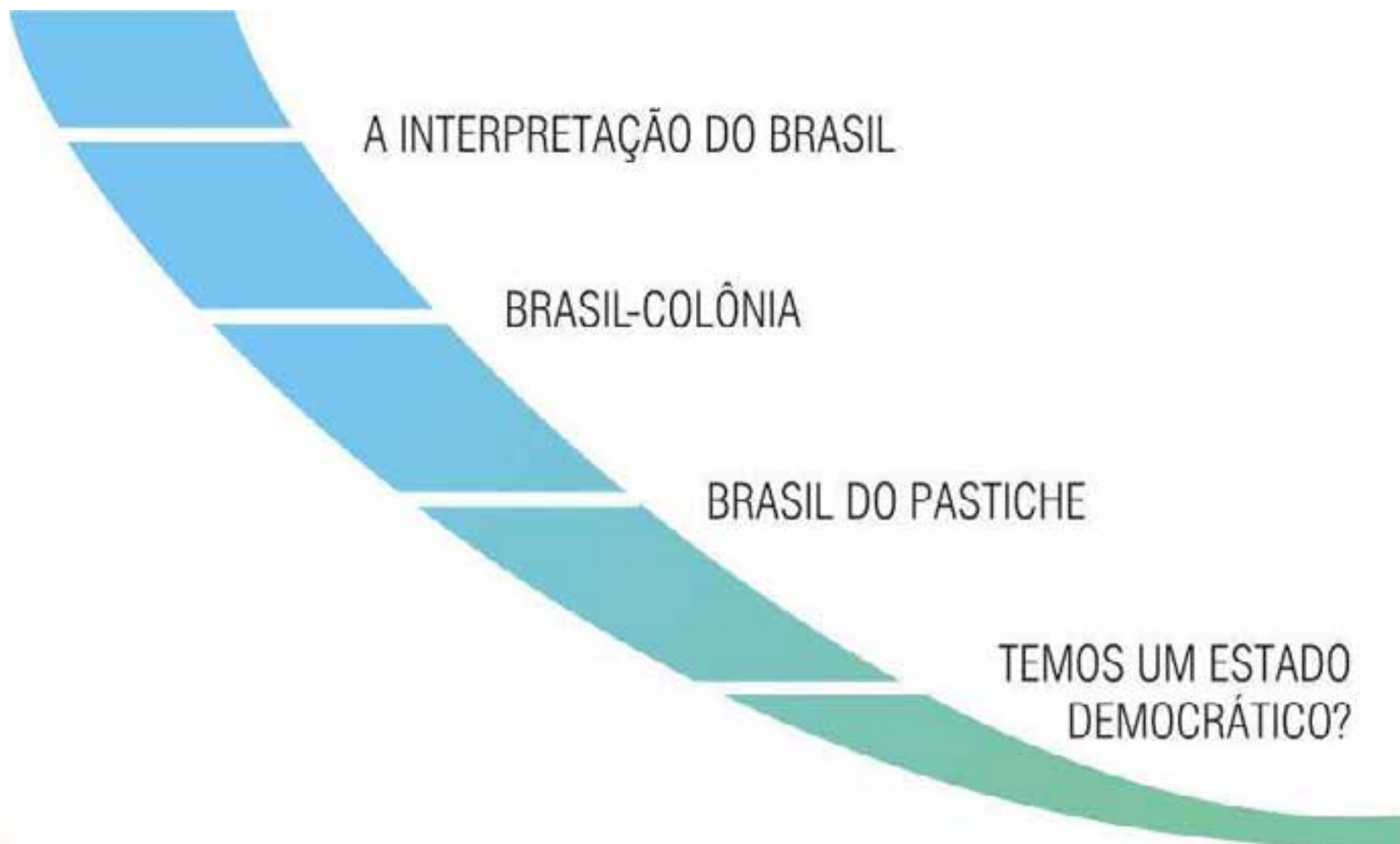
- Linguagem
- Fenomenologia
- Liberdade
- Progresso
- Passado/Futuro
- Criação
- Natureza
- Arte Política
- Indivíduo/Coletivo
- Sujeito/Sujeito



A evolução histórica da cidadania



Cidadania como a questão crucial do Brasil



Conceitos de cultura e de mídia

Para além dos sistemas da família e da religião, que determinam a reprodução dos valores sociais num sentido mais abrangente, a cultura de toda uma sociedade, em seu sentido mais político e específico, é um acervo de bens simbólicos para o qual três sistemas contribuem:

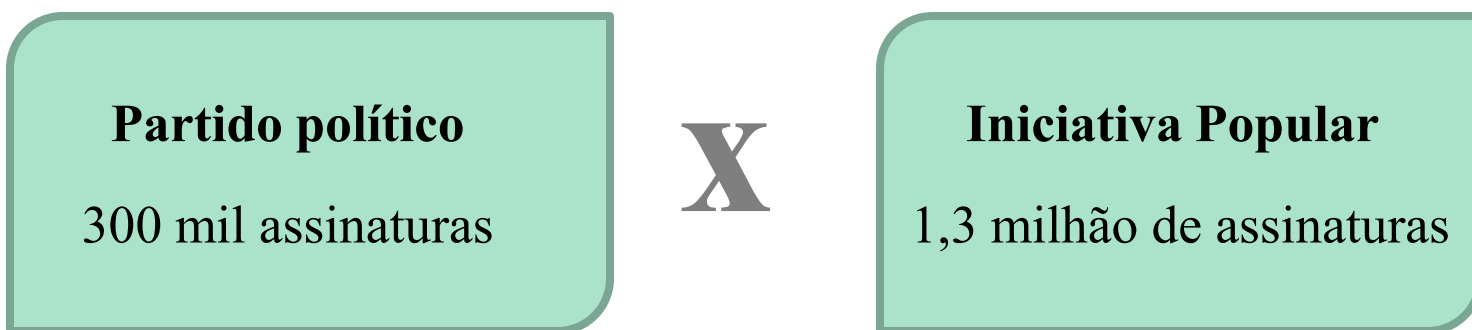
- Sistema de Produção de Conhecimento e Valores (EDUCAÇÃO)
- Sistema de Produção de Informação e Valores (MÍDIA)
- Sistema de Produção de Costumes e Valores (JUSTIÇA)

Há de se questionar, portanto, se educação *strictu sensu* é realmente tudo...



Sintoma da crise de representação política

A crise de nossa representação política se dá pelo déficit de uma cultura de plena cidadania, ou seria justamente o contrário?



Na atual legislação político-eleitoral brasileira, é mais fácil criar um partido do que apresentar e aprovar um projeto de lei de iniciativa popular.

Só as elites acadêmica, política, empresarial e das entidades da sociedade civil é que poderão articular na mídia um pacto por uma reforma de nossos valores políticos.



Mídia, Justiça e Educação: *Sistema de produção simbólica do imaginário social*



Agentes clássicos

Família e empresas, associações comerciais, civis e religiosas



Agentes modernos

Gestores públicos e privados, educadores, empreendedores sociais, artistas, intelectuais e jornalistas



Para refletir e praticar



De posse da cartilha "Texto-guia para reflexão sobre o estado da cidadania no Brasil", vamos ler a primeira parte do texto e fazer um debate sobre o material lido, com dúvidas e sugestões.



Certezas e dúvidas

Funções do Estado

**Estado = Instrumento
de poder da Cidadania e
não dos governantes**

- Promover justiça
- Garantir vida, conflitos, segurança e prosperidade

Somente então se poderá eliminar
pobreza e promover inclusão social



Certezas e dúvidas

de de modo grosseiro. [Pl.: -dões. Fem.: -dona.]
responder (res.pon.der) *v.* 1 Dizer ou escrever (algo)
agira em legítima defesa. *td.* O réu respondeu que
respondeu. *td.* (seguido de indicação de modo). *Rea.*
pondi com um sorriso. *ti.* + *a.* Já *respon-di* à sua cul-
ta. *tdi.* + *a.* *Respon-dei*. *v.* 1 Dizer ou escrever (algo)
em resposta ou como réplica. [*td.*: O réu respondeu que
agira em legítima defesa.]
carro que respon-da às minhas necessidades; *Respon-de*
às minhas atenções com indiferença. *pr.*: Sua prática
e sua teoria não se respon-dem.] 5 Manifestar reação.
7 *Jur.* Ser submetido a (processo).
Eles vão responder por vandalismo.]
• res.pon.di.do a.

Fonte: Dicionário Caldas Aulete



Carreiras de Estado como aliadas da cidadania

	Serviços Indelegáveis:	Serviços Delegáveis:
Lei	• Magistrados • Advogados • Promotores • Defensores	• Professores • Médicos • Pesquisadores • Engenheiros
Patrimônio público	• Auditores Fiscais • Controladores e Reguladores • Gestores públicos	• Assistentes sociais • Comerciantes • Securitários • Bancários
Segurança / Vida	• Militares • Policiais • Diplomatas	• Outros



A quem servem as carreiras de Estado?

Uma só Justiça, duas interpretações



“Este magistrado tem consciência de que, como funcionário público, serve ao povo, verdadeiro legislador e juiz, e para corresponder à sua confiança não abre mão dos deveres inerentes ao cargo que ocupa.”

Fausto Martins de Sanctis, juiz federal, que pediu a prisão de Daniel Dantas, Naji Nahas e Celso Pitta

“Na verdade, ele está a serviço do direito, da Constituição. Quem está a serviço do povo são os deputados, os senadores, e o presidente da República.”

Ives Gandra Martins, jurista



Prerrogativa constitucional dos servidores públicos x má gestão dos governos

- **Orçamento 2013**

R\$ **2,2 trilhões**

- **Custo da dívida**

42% (2013)

- **Orçamento social**

Educação, Saúde, Previdência,
Trabalho, Assistência Social
30% do orçamento da União

- **Despesa com servidores da
União e encargos sociais em 2012**

8,5% do orçamento
(R\$ **187 bilhões**)

- **Média dos países da OCDE**

11% (2009)



- **Renúncia de receitas federais**

- **100 bilhões** de reais (2012)

- **Renúncia de receitas estaduais de ICMS**

- **52 bilhões** de reais (2012)

Capitalização de estatais - somente na Petrobras
foram **70 bilhões** de reais;
e no Banco do Brasil foram **10 bilhões** de reais

Subsídio do BNDES a grandes empresas – mais
de **120 bilhões** de reais no ano passado;

Prejuízo anual com sonegação de impostos
(fonte: *Tax Justice Network*)

- **560 bilhões**

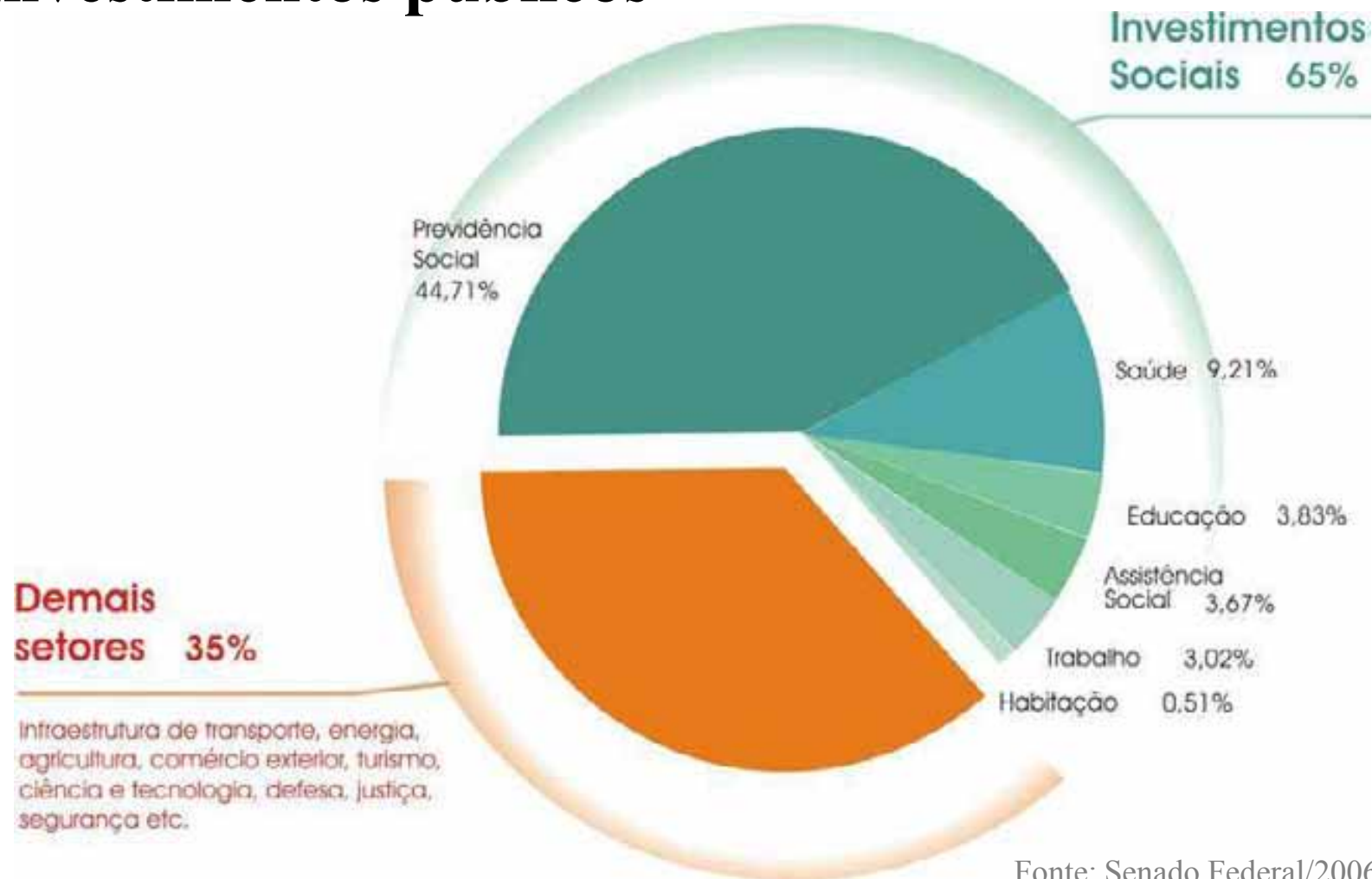
Prejuízo anual com corrupção (fonte: *Fiesp*)
Perto de **100 bilhões** de reais

TOTAL: 1 trilhão de reais

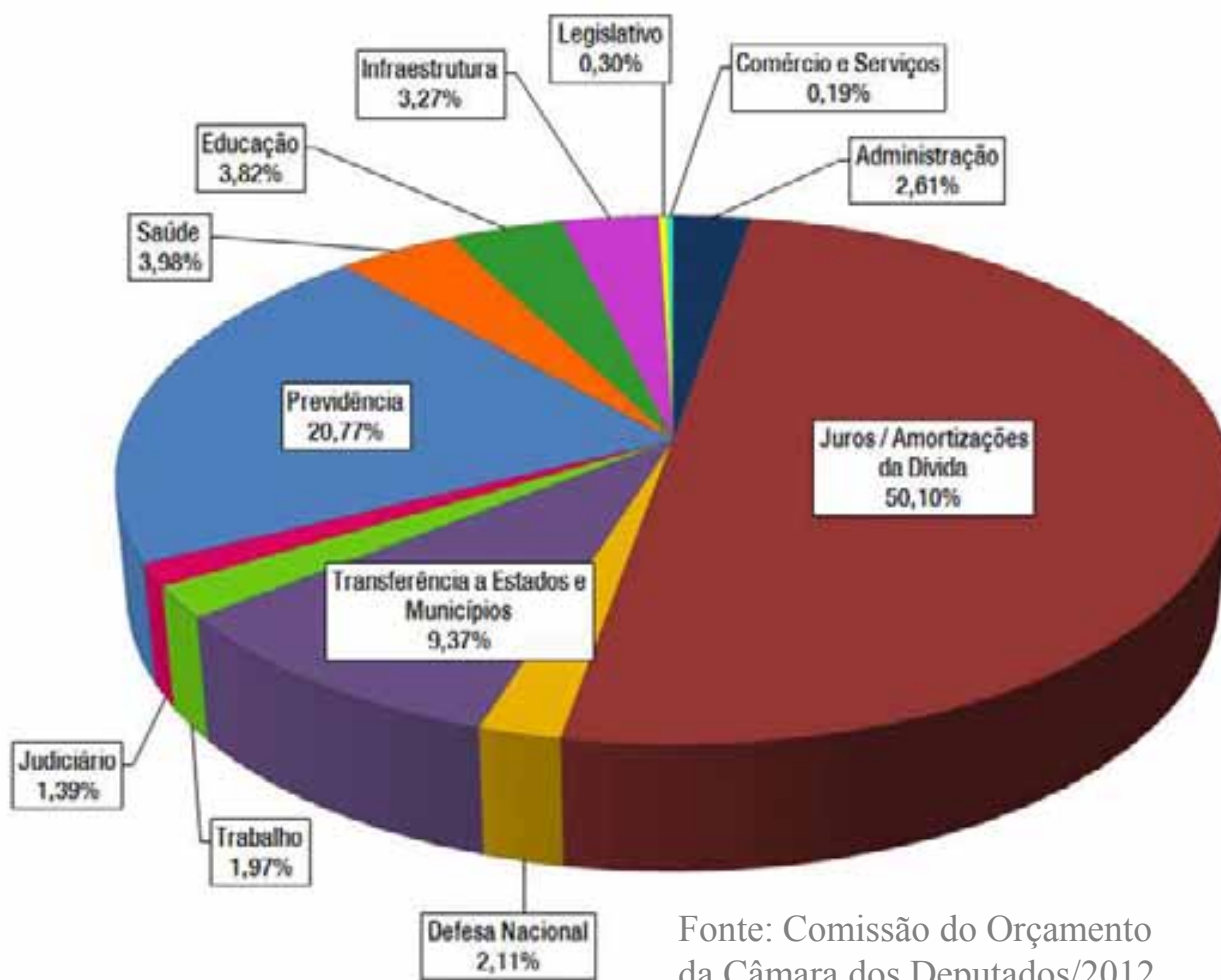
*Obs.: sem contar a dívida pública de 1 trilhão de
reais, que qualquer auditoria independente reduziria
em 10 a 20%.*



Investimentos públicos



Investimentos públicos - Proposta de lei orçamentária 2012



Fonte: Comissão do Orçamento da Câmara dos Deputados/2012

Investimentos no Estado – 6%
Administração, Defesa Nacional, Judiciário, Legislativo

Investimentos sociais – 30%
Educação, Saúde, Previdência, Trabalho, Estados e Municípios

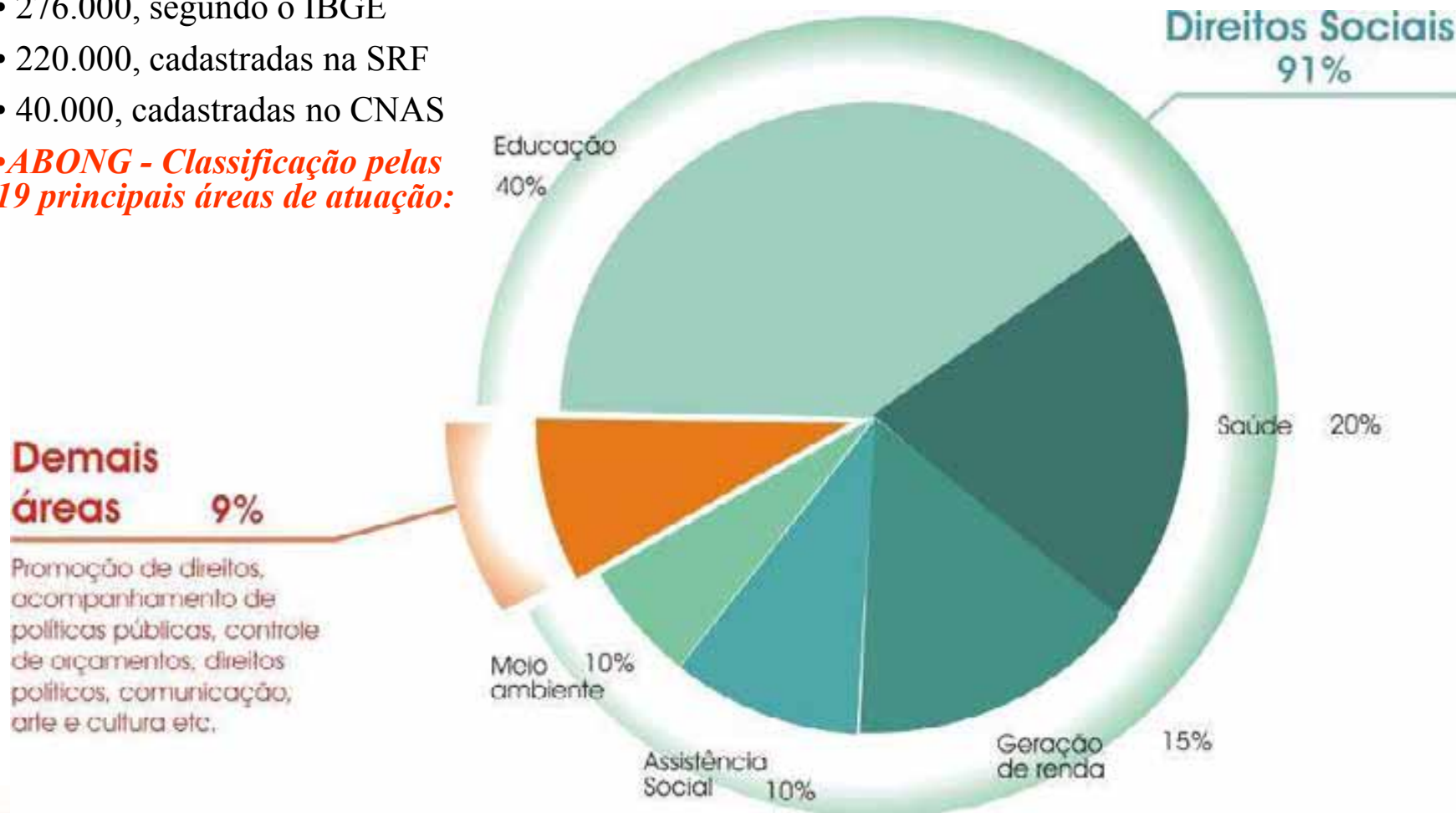
Demais investimentos – 64%
Infraestrutura, Comércio e serviços, Juros e dívida



Organizações sem fins lucrativos (2002)

- 276.000, segundo o IBGE
- 220.000, cadastradas na SRF
- 40.000, cadastradas no CNAS

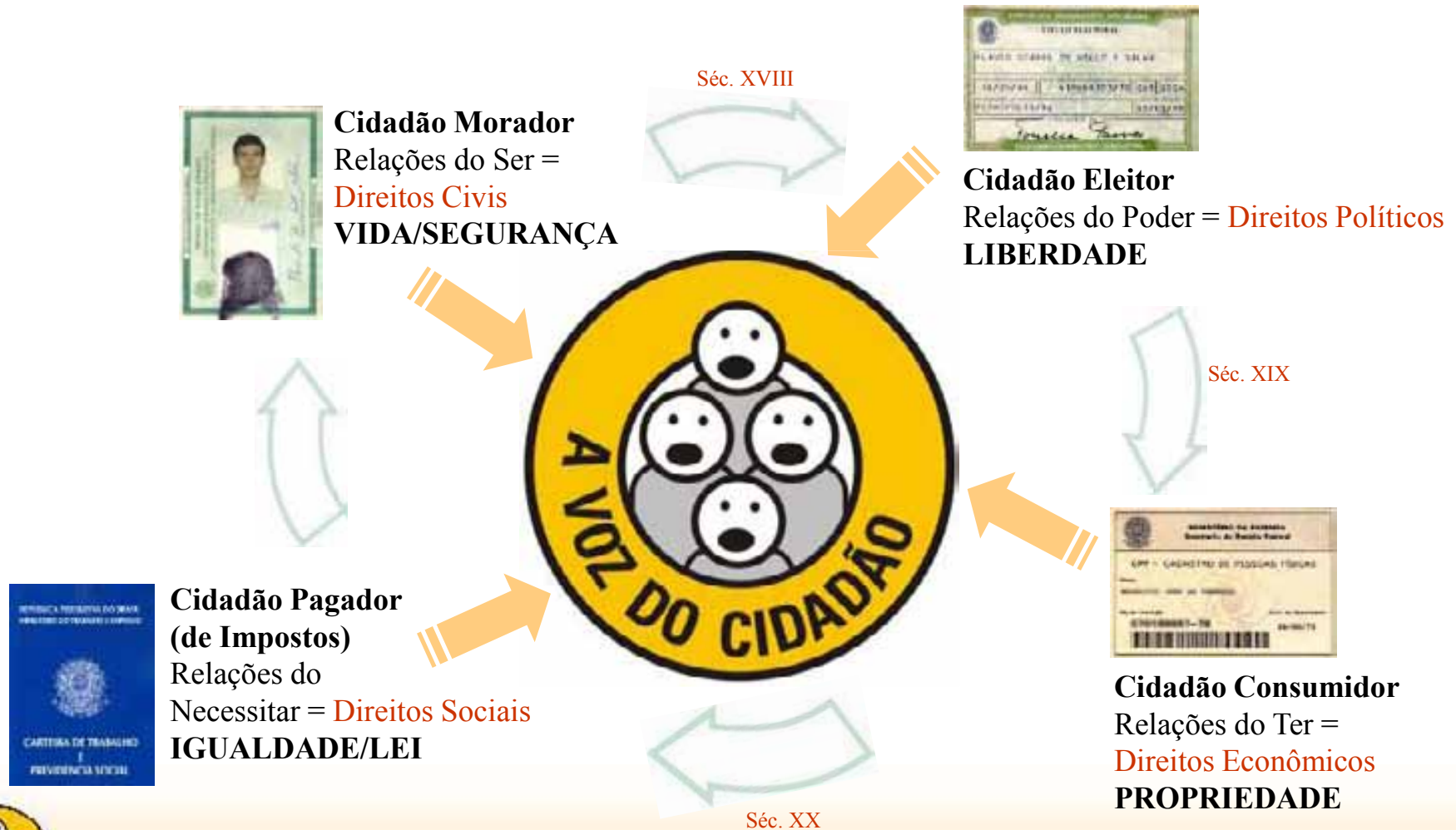
• **ABONG - Classificação pelas 19 principais áreas de atuação:**



Fundamento conceitual

(Marshall, 1950)

O Estado como instrumento da cidadania e não dos governantes



Art. 5º da Constituição Federal

As relações da Cidadania



Cidadão Morador
Relações do Ser = Direitos civis



Cidadão Eleitor
Relações do Poder = Direitos políticos



Cidadão Pagador de Impostos
Relações do Necessitar = Direitos
sociais

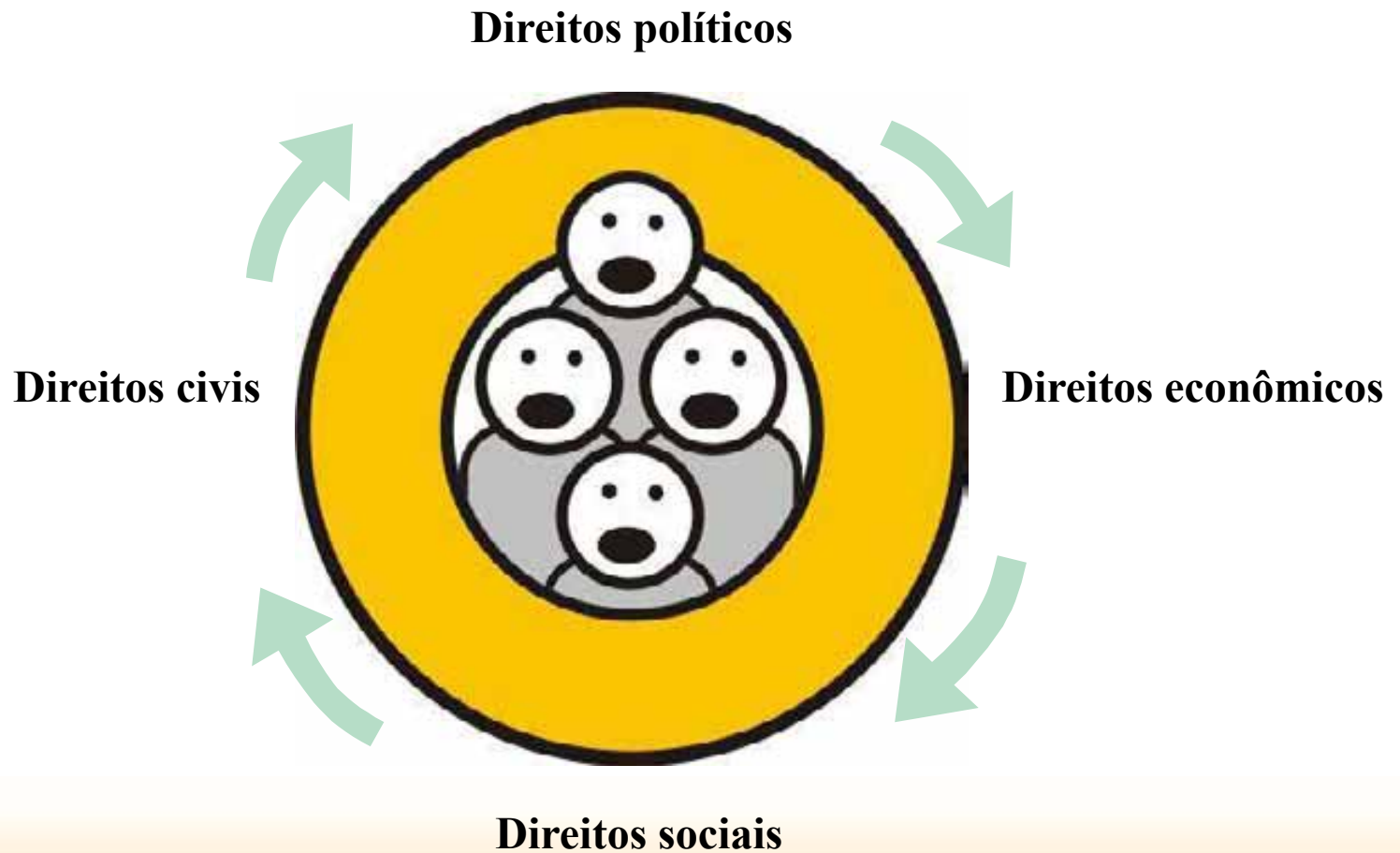


Cidadão Consumidor
Relações do Ter = Direitos
econômicos



As 4 dimensões da cidadania

Ou Estados de direitos da cidadania no Brasil



Direitos Civis



Se somos moradores e cobramos direitos de identidade étnica e cultural, crença e opinião, meio-ambiente e liberdades civis, e nem tanto assim de segurança e justiça...



Direitos Políticos



Se somos eleitores e cobramos representação e defesa contra interesses corporativos, e nem tanto assim de excelência na administração e na gestão dos recursos públicos...

Direitos Econômicos



Se somos consumidores e cobramos preço, qualidade, atendimento, segurança e saúde do mercado privado, mas nem tanto assim de empresas e concessões estatais...

Direitos Sociais



É porque não somos pagadores de impostos, e sim falsos contribuintes, que, se não cobram do Estado seus direitos fundamentais à vida, à justiça, à liberdade e à propriedade, na verdade não têm os direitos sociais.



Só seremos plenos cidadãos quando entendermos que:

O custo de ter direitos, sobretudo os sociais, é o dever de cidadania de participar da vida política e controlar os mandatos, governos e orçamentos públicos do país.

Cidadão Eleitor

Direitos políticos

Cidadão Morador

Direitos civis



Cidadão Consumidor

Direitos econômicos

Cidadão Pagador (de Impostos)

Direitos sociais



Atributos da cidadania como virtudes cívicas

- Nobreza de espírito e repúdio ao cinismo político
- Amor incondicional ao povo e suas tradições: Ágape
- Celebração dos símbolos nacionais em eventos públicos
- Discernimento entre funções de estado e de governos
- Visão estadista: acompanhamento das políticas públicas
- Interação e acompanhamento das instituições de estado
- Conduta social cotidiana de exemplaridade e respeito às leis
- Entendimento e difusão dos princípios fundamentais do Art. 5º
- Priorização dos direitos difusos em relação aos corporativos
- Educação política, moral e cívica como pedagogia transversa



Para refletir e praticar



Continuando a leitura da cartilha "Texto-guia para reflexão sobre o estado da cidadania no Brasil", vamos para a última parte do texto e, depois, fazer um debate sobre o material lido, nos mesmos moldes do debate anterior.



Valores universais da tradição humanista

A cidadania é, para além de doutrinas ideológicas ou políticas:

VIDA/SEGURANÇA
LIBERDADE/PROPRIEDADE
LEGALIDADE/HONRA

Na tradição clássica do pensamento da filosofia política, todos estes valores estão organicamente ligados e se interdependem.



Paradigmas da plena cidadania x Corrupção de valores

O cidadão com verdadeira consciência democrática conhece as diferenças conceituais que fundamentam a plena cidadania e reconhece a necessária coerência entre consciência e conduta.

DEMOCRACIA

Vida/Segurança
Liberdade/Alteridade
Propriedade privada: livre
apropriação do trabalho
Igualdade civil perante a lei
Justiça como honra a contratos

Moralidade política
Imunidade
Conduta apartidária
Estado (instituições perenes)
Prerrogativas de função/autoridade
Cidadania como controle social
Aposta na prosperidade e autonomia
Educação - transmissão de valores
Política – interesse público



DEMAGOGIA

Condições de vida
Liberdade/Identidade
Propriedade pública: livre escolha de
destino
Igualdade “social”
Justiça “social”

Legalidade pública
Impunidade
Conduta apolítica
Governos (temporários)
Privilégios de classe/abuso de
Cidadania como solidariedade
Aposta na dependência social
Educação - transmissão de conhecimento
Política – partidos e eleições



A visão da Avoz do Cidadão:

Só a hegemonia de uma cultura de plena cidadania poderá superar o baixo nível de nossa representação política, com a ação decisiva de verdadeiras elites para resgatar o setor privado de sua crise de valores e o setor público de sua crise de gestão.

Missão:

Cooperar com demais agentes sociais e desenvolver conteúdos e programas de mídia para resgatar os valores da cidadania

Valores da cidadania *(valores da tradição humanística judaico-cristã):*

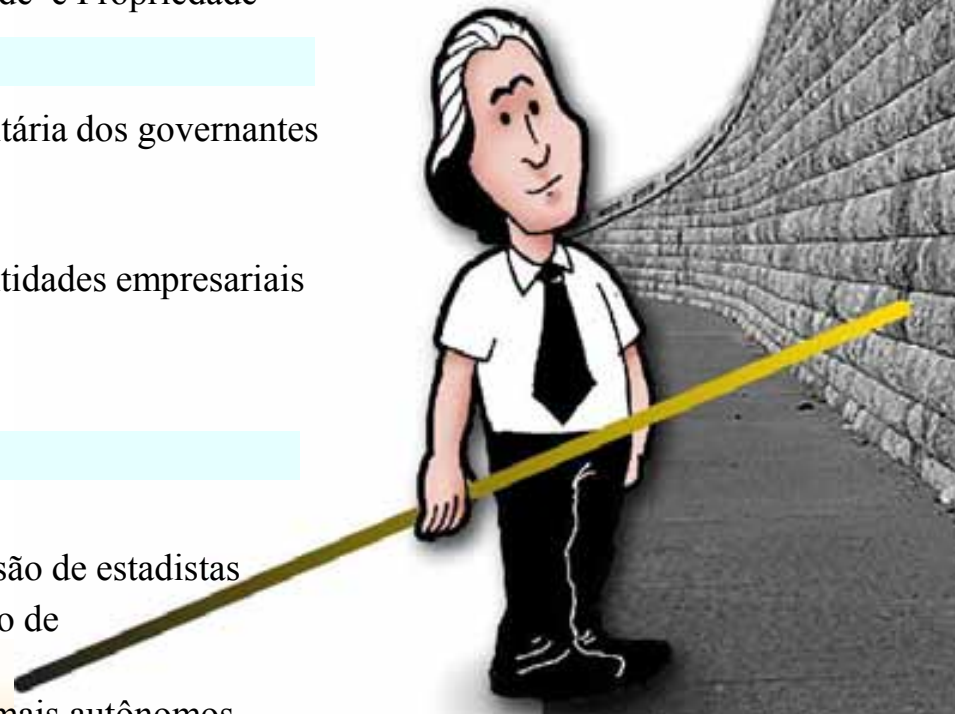
- Legalidade e Honra • Vida e Segurança • Liberdade e Propriedade

Obstáculos a ultrapassar:

- A irresponsabilidade política demagógica e autoritária dos governantes
- O corporativismo do sistema judiciário
- A precariedade do sistema educacional
- As contradições corporativas e sindicalistas de entidades empresariais e de trabalhadores
- Alienação da mídia

Potenciais aliados:

- Setores da mídia com pautas mais estratégicas
- Alguns poucos líderes políticos com estatura e visão de estadistas
- Setores empresariais já globalizados e com padrão de gestão e conduta internacional
- Alguns poucos setores sindicais de profissionais mais autônomos



Art. 1º da Constituição de 1988

Constituição Federal de 1988

- **Artigo 1º** - Organização da República Federativa do Brasil
- **Artigo 2º** - Os poderes da União
- **Artigo 3º** - Objetivos fundamentais da República
- **Artigo 4º** - Relações internacionais
- **Artigo 5º** - Direitos e deveres individuais e coletivos dos cidadãos
- **Artigo 6º** - Os direitos sociais

Note-se que os direitos sociais somente aparecem a partir do Artigo 6º da Constituição Federal.



Artigo 1º

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania

(não se trata apenas de política externa);

II - a cidadania

(ainda não enfrentamos uma verdadeira reforma política);

III - a dignidade da pessoa humana

(é digno o tratamento dado a crianças, idosos e apenados?);

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

(valorizamos mais o emprego do que a iniciativa empreendedora);

V - o pluralismo político

(ainda comprometido pelo maniqueísmo esquerda x direita).



Art. 5º da Constituição Federal

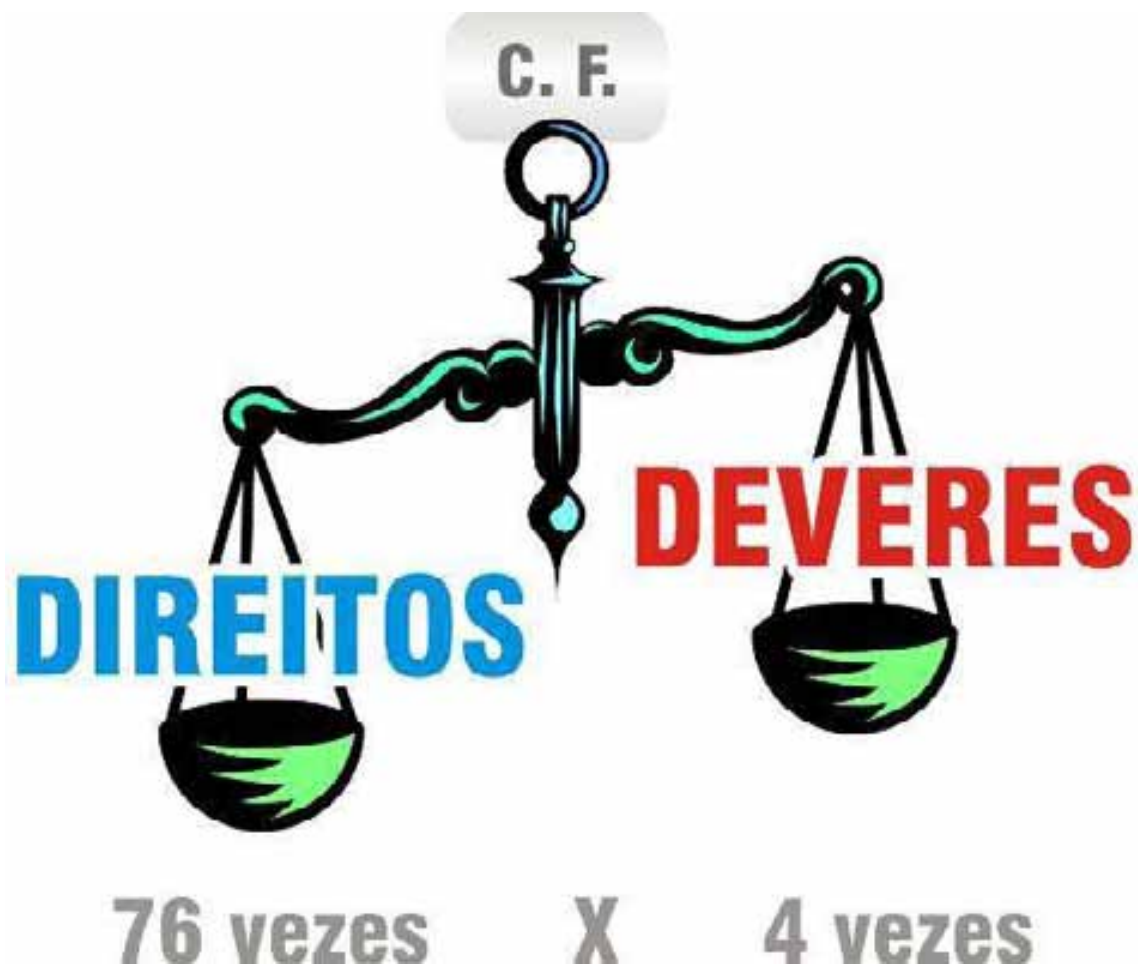
Dos direitos e deveres individuais e coletivos



Constituição/Direito (3 incisos) • Expressão/Criação (3 incisos) • Crença (3 incisos) • Casa/Moradia (3 incisos) • Locomoção/Reunião/ Associação (7 incisos) • Propriedade/Sucessão (7 incisos) • Atividade Profissional (5 incisos) • Consumo (1 inciso) • Justiça Civil (6 incisos) • Justiça Criminal (39 incisos)



Direitos e deveres!



Esta é mesmo a Constituição Cidadã?



Justiça



O código que funda os valores universais da tradição judaico-cristã é o código mosaico da Torah (= lei), cuja língua, o hebraico, não conhece a palavra *caridade*. O termo usado para descrevê-la é *tsedaká*, que significa *Justiça*.

Ou seja, um povo pode abrir mão temporariamente do valor da liberdade, como também da propriedade, mas jamais pode abrir mão da justiça e da honra (entendida sobretudo como cumprimento de contratos).



Os Dez Mandamentos

(Êxodo, 20, 2-17)

1. Não terás outros deuses senão a Mim.
2. Não farás nem adorarás imagens ou ídolos.
3. Não rogarás o nome de Teu Deus em vão.
4. Não trabalharás no dia do sábado.
5. Honrarás a teu pai e a tua mãe.
6. Não matarás.
7. Não cometerás adultério.
8. Não furtarás.
9. Não levantarás falso testemunho contra teu próximo.
10. Não cobiçarás a casa, nem a mulher, nem nada que pertença ao teu próximo.

Justiça/Contrato

Vida/Liberdade

Propriedade



A força da tradição dos valores universais do Artigo 5º da CF



Direitos latino x saxão

Justiça monárquica?

(Inglaterra e Estados Unidos)

- Carta Magna – contratantes – menos recursos protelatórios
- *Common Law* - Direito criado pelos juízes. Nele, o juiz julga baseado em decisões anteriores dos próprios tribunais, os chamados *precedentes*, que são vinculativos.



Justiça republicana?

(países colonizados por França, Espanha e Portugal)

- Rei – desembargador – suplicantes – mais recursos protelatórios
- *Civil Law* - Inspirada no Direito Romano, sua primeira característica é de que são leis escritas e colecionadas; codificado - e não determinado, como na *Common Law*, pelos juízes.



O Judiciário e a mídia

Brasil

Lei Orgânica da Magistratura Nacional

Art. 36 - É vedado ao magistrado:

III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

X

Estados Unidos

Código de Conduta

Cânon 3A(6):

Um juiz deve evitar comentário público sobre os méritos de uma ação pendente ou não, mas esta proibição não se estende a comentários públicos sobre os deveres oficiais do juiz, explicações dos procedimentos da corte, ou apresentação acadêmica para efeitos educativos legais.

Se, no Brasil, a Justiça não é vista pela Mídia como fonte de informação, a Justiça faz ouvidos de mouco e não considera a Mídia confiável.



A voz dos cidadãos



A Ágora grega

A Ágora em Atenas, um mercado ao pé do monte do Parthenon, era o centro da vida pública da cidade. Além de centro comercial e religioso, também era um centro político, onde os cidadãos se reuniam para se manter informados, criticar o governo ou apenas trocar idéias informalmente.



O Fórum Romano

O Fórum Romano era o principal centro comercial da Roma Imperial. Ali havia lojas, praças de mercado e de reunião, procurado pelos cidadãos que iam assistir a festivais religiosos ou procissões de triunfo dos generais. Também era um local para se informar, conversar, jogar dados, negociar ou procurar serviços judiciais.



O Speaker's Corner inglês

A “esquina dos manifestantes” é uma área onde se permite a difusão de idéias e o debate aberto a todos. O mais famoso, e pioneiro, Corner está no Hyde Park, em Londres. Oradores podem falar sobre qualquer tema, desde que considerado legítimo pela polícia que, por sua vez, tende a ser mais tolerante em relação às expressões de opinião.



Enquanto isso...

A Praça dos Três Poderes é
somente dos poderes da
República e não dos cidadãos...



... E o parlatório é só do
presidente da República.



Lei e liberdade



Revolução Francesa

- Romântica
- Liberdades civis
- Rousseau
- Bom selvagem
- Ênfase no legislativo

X

Revolução Americana

- Clássica
- Liberdade com responsabilidade (império da lei)
- Montesquieu
- Ênfase no judiciário

**A França declara a liberdade,
a América a constitui e ordena.**



O preço da liberdade é a eterna vigilância



Existe toda uma discussão sobre a conotação de origem civil da legenda anti-escravista “*Eternal vigilance is the price of liberty*”, atribuída ao político Wendell Phillips, ligado a Thomas Jefferson, e atual lema do Cato Institute.

O Liberty Bell foi fundido em 1751 e é o maior símbolo americano da defesa da liberdade.
Wendell Phillips
(1811-1884)



Na medida em que não há em português a diferença entre *liberty* e *freedom*, resulta nas culturas latinas uma despolitização do conceito original e inglês de liberdades políticas e econômicas, para além de meramente civis.



Liberdade e cidadania



Creso e o tributo do camponês - Claude Vignon, 1629

**Estado = Instrumento de poder da
Cidadania e não dos governantes**

Diante das distorções
demagógicas e da miséria da
cultura política nacional,
temos de re-significar a
liberdade enquanto cidadania
como estratégia de
argumentação política.

FREEDOM = LIBERTY
FREEDOM $\neq$ KINGDOM



Sobre as liberdades



“O Contraste” - panfleto de 1793 comparando a liberdade na Inglaterra, representada por uma Britannia majestosa, com a França pós-revolução, onde Liberdade é uma Medusa assustadora.

À tradição de liberdade de culto, se somam as tradições de liberdade de expressão e de protesto, como na rica herança das liberdades de imprensa dos *pamphleteers* do iluminismo inglês da Fleet Street.

Temos portanto *Freedom* como libertação de domínio, autonomia, respeito às leis, lealdade, moralidade, segurança, justiça e propriedade: “**democracia**”, em uma única palavra.

E não como licenciosidade, rebelião, compulsão, egoísmo, amargura, injustiça, ociosidade, traição: “**demagogia**”, em uma única palavra.



Os pamphlets



“O Contraste” - panfleto de 1793 comparando a liberdade na Inglaterra, representada por uma Britannia majestosa, com a França pós-revolução, onde Liberdade é uma Medusa assustadora.

Panfleto vem do inglês *pamphlet*, “tratado pequeno e sem capa”, que, por sua vez, vem do anglo-latim *panfletus*, forma abreviada de *pamphilus*, um tipo de poema de amor curto do século 12 e amplamente copiado na Idade Média.

Pamphilos vem do grego *pan* (todas) + *philos* (amar). Significa “trabalho curto que lida com questões de interesse de todos”.

Difícil é fazer um panfleto, uma vez que sintetiza uma estratégia de argumentação. O resto é campanha de publicidade!



Os pamphleteers



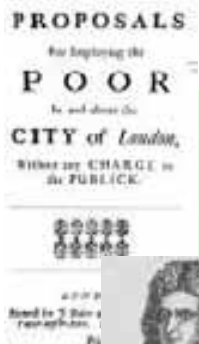
Areopagítica
(1644) por
John Milton
(1608 – 1674)



O Leviatã
(1651) por
Thomas Hobbes
(1588 – 1679)



*Segundo
Tratado sobre o
Governo* (1690)
por John Locke
(1632 – 1704)



*Proposals for
improving the
poor* (1713)
por Daniel
Defoe (1660 –
1731)



A riqueza das nações (1776)
por Adam Smith (1723 – 1790)



Common Sense (1776) por
Thomas Paine (1737 - 1809)

À tradição de liberdade de culto, se somam as tradições de liberdade de expressão e de protesto, como na rica herança das liberdades de imprensa dos pamphleteers do iluminismo inglês da Fleet Street. Embora tratassem dos mais variados assuntos, os pamphlets se notabilizaram por seu cunho emocional, passional, em geral exortando seus leitores a uma ação, quase sempre política. Além de se constituírem numa arma de pesquisa sobre aceitação e venda de livros e demais lançamentos editoriais.



Arte latina x arte saxã



*Michelangelo (1475 - 1564) -
O Juízo Final (Capela Sistina),
de 1534 a 1541*

A superioridade da tradição iconográfica renascentista sobre a saxã é um sintoma dos diferentes graus de liberdade de pensamento concedidos por uma ordem cultural católica e outra protestante. Se na católica a ênfase na estética visava atingir cidadãos mantidos iletrados, em outra prevalecia a força da argumentação e da transmissão de valores e conceitos não necessariamente apoiados em maiores sofisticações estéticas, e voltados a um público que podia ler a Bíblia e as leis.



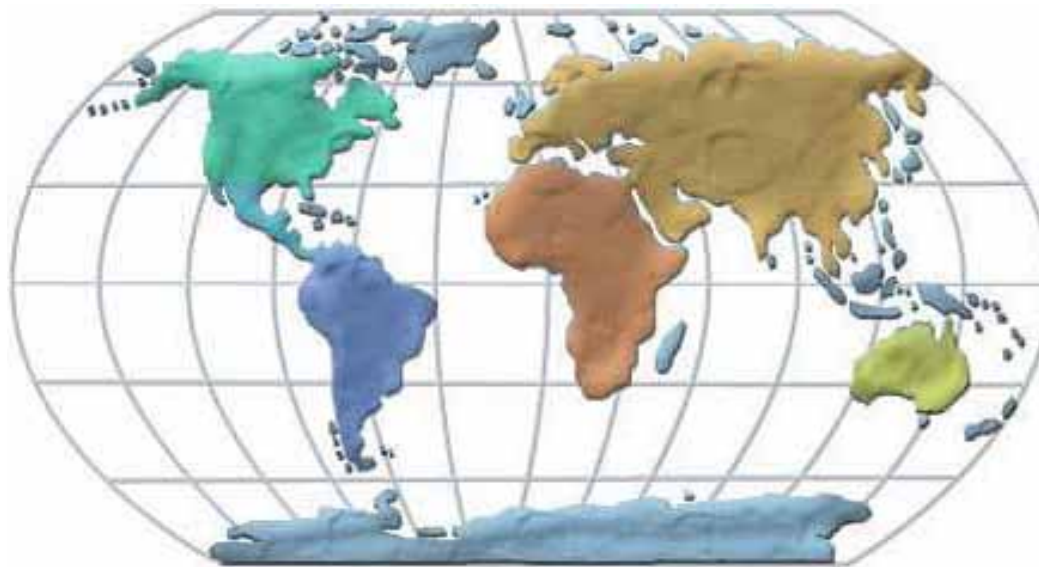
*Gravura alemã representando a execução
de Charles I em 1649.*



Superioridade da cultura política



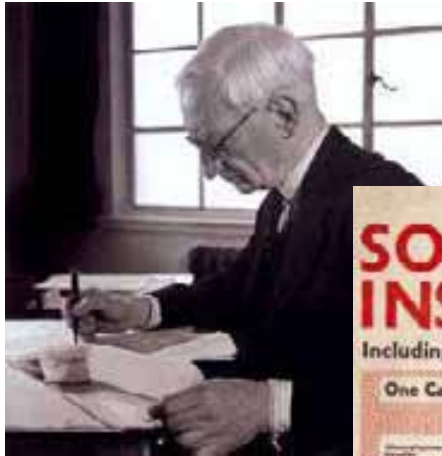
*Torre do Relógio
do Bankhaus Kroch,
Krochhochhaus am
Leipziger Augustusplatz,
Leipzig, 1926, com a
inscrição Omnia labor
vincit*



A superioridade da Europa não se limita ao poderio bélico, ou de transportes, ou da indústria ou da tecnologia. Mas na arte de governar, na ciência do mando, nas relações entre os cidadãos intermediadas por instituições juridicamente consistentes, como tribunais e códigos legais, representação política de parlamentos estáveis, corporações de ofícios, sistema financeiro, bancário e monetário, de pesos e medidas, universidades etc. A Europa foi a primeira a administrar grandes impérios duradouros contra hordas de invasores periódicos.



Welfare State: combate às ameaças aos direitos



William Beveridge
(1879 - 1963)

*Panfleto
produzido na
década de 1940
na Inglaterra
para promover o
Welfare State.*



Preconizado pelo economista inglês William Beveridge, em 1942, propunha um duro combate às cinco grandes ameaças ao direito à vida, à liberdade e à justiça do cidadão comum (fome, doença, ignorância, saneamento e desemprego).

Em pleno esforço de guerra do governo Churchill, o *Welfare State* não estabelecia seus programas às custas do déficit das contas públicas, mas às custas de contribuições negociadas entre os próprios sindicatos, e como meio de garantia de um nível básico de subsistência, sem ingerência na liberdade de gestão da renda do cidadão, essência de sua autonomia. Era o reconhecimento do governo inglês de sua responsabilidade em cuidar do cidadão “do berço ao túmulo” (em inglês, “*from cradle to grave*” ou “*from womb to tomb*”).



Human Rights Act: não aos direitos sociais demagógicos



No início da segunda guerra mundial, H.G. Wells publicou no *The Times* inglês uma proposta para uma nova Declaração dos Direitos do Homem.

Mesmo a partir dos seis direitos civis fundamentais da Convenção de 1950, ou dos 15 da Declaração Universal da ONU de 1948, confirmados pela Inglaterra pelo *Human Rights Act* de 1998, não constavam direitos sociais e socialistas demagógicos como garantia de saúde e previdências sociais universais, educação terciária, trabalho, meio-ambiente, habitação etc.

Tais eram apenas: o direito de protesto, de expressão, da privacidade, de não ser preso sem acusação formada, de ser considerado inocente até prova em contrário e o banimento da tortura. E evoluíram para 15 outros direitos:

- | | |
|---|---|
| - à vida | - à união civil |
| - às liberdades (<i>no sentido de ato, conduta e locomoção</i>) | - a não ser discriminado |
| - a julgamento em tribunais justos | - à propriedade privada |
| - de não ser punido por crime não previsto em lei | - à educação básica |
| - à privacidade e vida familiar | - de participação em eleições |
| - à crença e consciência | - de não ser submetido a tortura ou tratamento degradante |
| - à expressão | - a trabalho forçado ou escravidão. |
| - à associação | |



Direitos dos cidadãos na Constituição de 1824



Art. 179 - A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, da maneira seguinte:

- 15) Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres.
- 17) À exceção das causas que por sua natureza pertencem a juízos particulares, na conformidade das leis, não haverá foro privilegiado, nem comissões especiais nas causas cíveis ou crimes.
- 22) É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção e dará as regras para se determinar a indenização.
- 26) Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas produções. A lei lhes assegurará um privilégio exclusivo temporário, ou lhes remunerará em ressarcimento da perda que hajam de sofrer pela vulgarização.



Romantismo e representação do poder



Não se representa na mídia que todos somos proprietários no mínimo dos utensílios e aparatos que geralmente fazemos uso - o *proprius*. A propriedade é representada pelos grandes proprietários fundiários e fabris do século XIX.

Não se representa os empreendimentos da maioria dos micro, pequenos e médios empresários, mas sempre dos grandes oligopólios.

A representação do poder como concentração do poder vem da tradição romântica da atração arqueológica com as ruínas.



Cultura de cidadania e propriedade

É preciso desmanchar o *imbroglio* cultural brasileiro que toma o público, que deveria ser de propriedade de todos, como sendo de ninguém ou, no máximo, de quem dele se apropria e o privatiza.

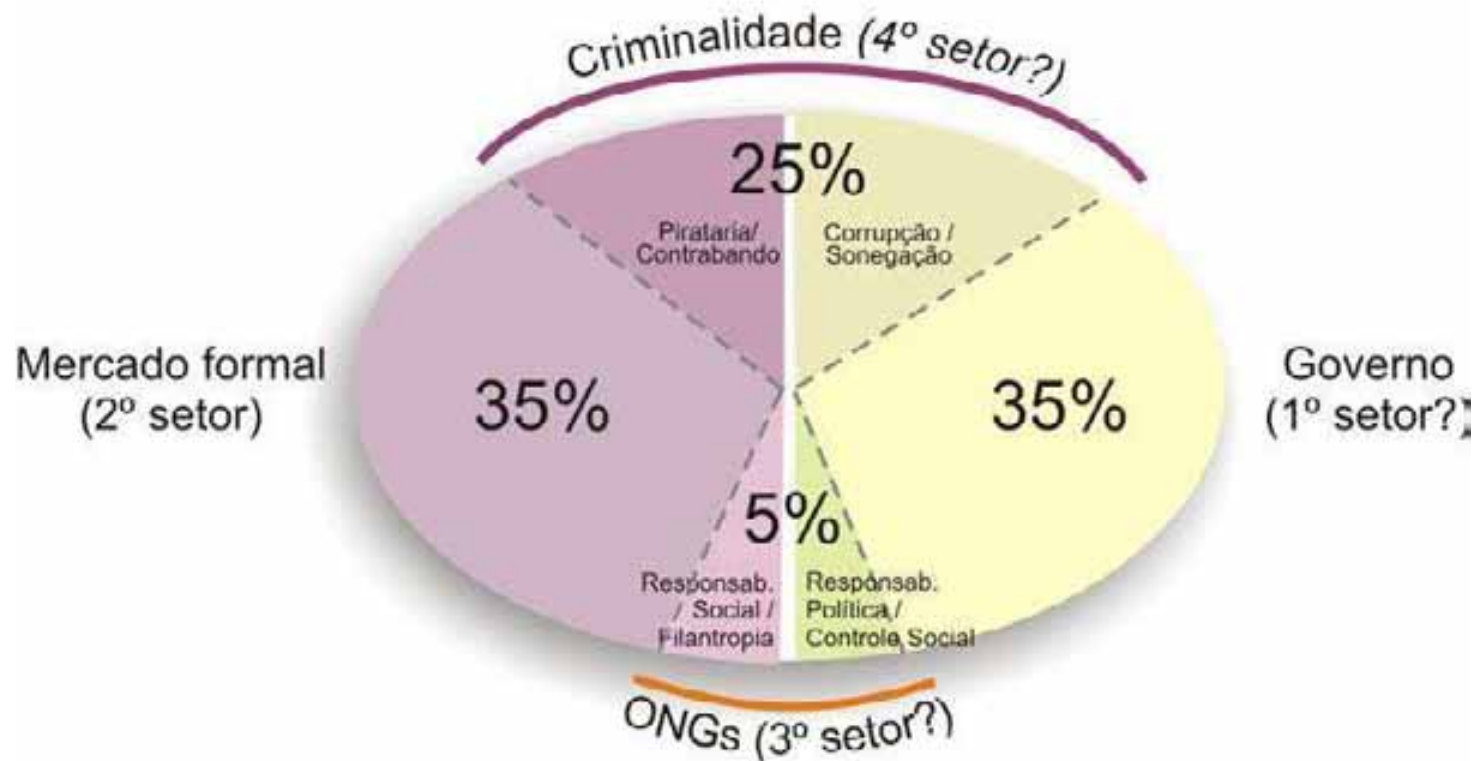


A justa causa da cidadania, portanto, para além de privatizar no campo da vida econômica, é o de resgatar o Estado brasileiro como bem público e agente da própria justiça, nos limites dos valores universais do Artigo 5º.



Apropriação da riqueza nacional

Apropriação Indiferenciada



Apropriação Diferenciada



Justiça e auto-estima



IBGE, região metropolitana do Rio,
Pesquisa de Opinião.



Iuperj, Rio, pesquisa relativa ao *Conceito de Cidadania.*



Sebrae, *A Cara Brasileira*, sobre nossos pontos fracos.



Pesquisa ***LatinoBarômetro*** sobre se confiam nas pessoas de seu país.



Pesquisa **Ibope** sobre *Ética e Corrupção no Brasil.*



Exclusão social e inclusão política



A função social do Estado precede o *Welfare State*



Presenciamos já na Renascença italiana a partir de 1445 – portanto cinco séculos antes do *Welfare State* inglês de 1942 – o exercício da função social do Estado através da articulação das suas instituições e da iniciativa privada, como no caso do *Ospedale degli Innocenti*, de Florença.

Inaugurado em janeiro de 1445, o Ospedale degli Innocenti era uma casa de cuidados com crianças sem condições de serem alimentadas e educadas por seus pais – incluindo as de mães solteiras ou de mulheres que se tornaram freiras... Era financiada em parte pela República de Florença e em parte por empresários e mecenas. Funcionou até 1875 e hoje o prédio (desenhado por Filippo Brunelleschi) abriga um museu de arte renascentista.



O entendimento da miséria cultural brasileira sob a ótica (esquizofrênica) da justiça



Casa grande & senzala

Belíndia & Beláfrica

Marajás & Descamisados

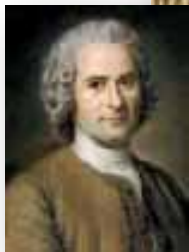
Impunes & Penitentes



Classicismo x Romantismo: o dilema brasileiro



Thomas Hobbes
(1588-1679)



Rousseau
(1712-1778)



O Brasil tem a urgente necessidade de escolher entre o paradigma hobbesiano do homem como lobo do homem ou o rousseauiano do bom selvagem!

Ou seja, entre a ideia do classicismo do pecado original - que confirma o livre arbítrio da liberdade da escolha individual - e o romantismo do mito adâmico do homem puro e sem pecado.

Dependendo dessa escolha, poderemos superar a degradação da demagogia política e a armadilha do baixo crescimento da economia.



A cidadania pela própria cidadania

Nesta era de internet e revoluções tecnológicas de comunicação, a cidadania está a exigir muito mais de seus quadros gerenciais, tanto privados quanto públicos.

E termos como transparência, responsabilidade social, sustentabilidade, governança, prestação de contas (*accountability*), inclusão social, políticas afirmativas e outros se tornaram expressão do politicamente correto, palavras de ordem ou simplesmente termos da moda.



Mas será que a cidadania sabe o que é, por exemplo, a própria cidadania?



Cidadania é...



Cidadania não é uma intitulação de direitos sociais sem fim.

Antes, é um imperativo moral, são os deveres cívicos e políticos de fiscalizar os governantes, a boa aplicação dos recursos públicos e o desempenho das instituições, de sorte que sejam garantidos tais direitos. E que a democracia não se corrompa em demagogia.

É, enfim, o exercício cotidiano das virtudes da democracia e dos valores morais fundamentais do legado humanista das civilizações: a vida, a justiça, a propriedade e a liberdade.



Miséria política e evolução dos conceitos de cidadania

A superação de nossa miséria social não vai se dar pela via econômica, mas sim pela superação de nossa miséria política, do impasse entre a crise de valores do setor privado e a crise gerencial do setor público, expressão de uma real responsabilidade política.



Evolução do conceito

1ª geração - Cidadania como expressão de direitos sociais, filantropia, moral religiosa, assistencialismo.

2ª geração - Cidadania como expressão de direitos civis, civilidade, urbanidade, sustentabilidade.

3ª geração - Cidadania como expressão de direitos/deveres políticos, controle social de mandatos, governos e orçamentos, justiça e segurança.



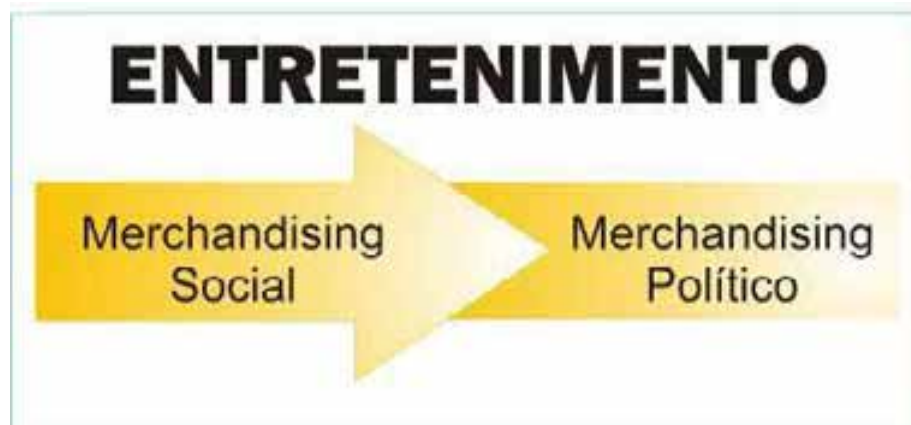
Cultura política + justiça = cultura de cidadania



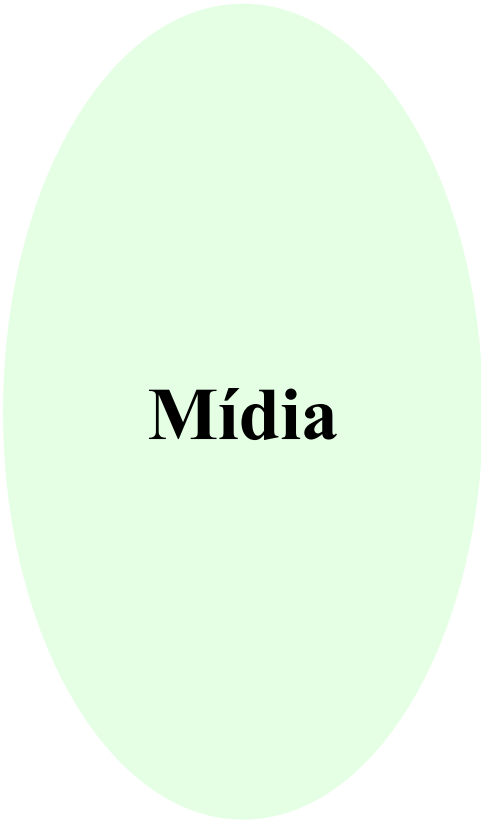
Liberdade & Cidadania

Diante das distorções demagógicas e da miséria da cultura política nacional, temos de usar a cidadania no lugar da liberdade como estratégia de argumentação política.

Qual a função da mídia hoje no Brasil?



Mídia: poder formal x poder real



Mídia

- Cobertura apenas do poder formal;
- Parcial – cobre mal o poder Judiciário;
- Delitos e penas – desmobilização;
- Isenção e objetividade utópicas;
- Não se vê enquanto sistema de reprodução de valores; e
- Dilui a responsabilidade política para toda a sociedade



Exemplo de desentendimento



Na campanha premiada no exterior, através de um jogo de imagem desvia-se a atenção do foco real da discussão: a responsabilidade do Estado.



Uma única paisagem e duas realidades



Brasil, Rio de Janeiro, favela da Rocinha

A responsabilidade pela existência destas duas realidades não é da sociedade. As diferenças são decorrentes tão simplesmente da omissão dos governos.



Itália, cidade de Amalfi



A Teoria da Janela Quebrada



Teoria da Janela Quebrada apareceu primeiro em 1982 num artigo do jornal *Atlantic Monthly* (“Broken Windows”), nos Estados Unidos, escrito pelo cientista político James Q. Wilson e pelo psicólogo criminologista George Kelling.

Se uma janela está quebrada e não é consertada depressa, os ofensores potenciais verão isto como um convite para quebrar mais janelas.

As pessoas em geral terão a idéia de que ninguém se preocupa, e de que ninguém parará de quebrar mais e mais janelas. Quando as janelas nunca são consertadas, e mais estão sendo quebradas, um senso de desordem é criado. Um senso que facilita, quando não incita, mais ação criminal.

O crime não controlado e a desordem criam mais crime e desordem, e assim se forma um ciclo auto-perpetuante que dispara e realimenta o caos criminal.



A lei “para inglês ver”



Rugendas - “Desembarque de escravos Negros Vindos d’África”. Biblioteca Municipal de São Paulo.

A partir de 1807, a Inglaterra proibiu o tráfico de escravos em suas colônias e começou uma agressiva campanha pelo fim do escravismo nos demais países, inclusive aproveitando-se de sua supremacia marítima na ocasião.

Com isso, o Brasil acabou promulgando uma lei, em 1831, que declarava livres os africanos desembarcados em portos brasileiros a partir daquele ano.

Mas o sentimento geral era de que a lei não seria cumprida, fazendo circular pela Corte, inclusive na Câmara dos Deputados, o comentário de que o Regente Feijó fizera uma lei só “para inglês ver”.

Ficou, assim, a expressão que designa tanto leis que só existem no papel – ou não pegam - como também qualquer outra coisa feita apenas para preservar as aparências, sem que efetivamente ocorra.



Um outro lado da mesma moeda

2

2ª edição • Segunda-feira, 26 de novembro de 2007

O GLOBO

POR DENTRO DO GLOBO

IMAGENS DA SEMANA



RICOS E POBRES: O flagrante de GABRIEL DE PAIVA mostra casas de tábua e condomínios de classe média construídos no Parque Estadual de Pedra Branca, na Zona Oeste do Rio. Já são duas mil ocupações ilegais que ameaçam o parque de 12.500 hectares.

Nossa miséria cultural, que é sobretudo de cultura política e de cultura de cidadania, cria espetáculos de ilegalidade e impunidade generalizadas em amplo espectro social, do mais rico ao mais pobre, como no caso ao lado denunciado pela mídia.



A cultura do "puxadinho"



A diferença entre público e privado no m2 mais caro do Brasil.



Resultado da ação da cidadania no subúrbio carioca muda o costume político.

Só mesmo numa cultura de baixa cidadania, uma cultura do "puxadinho", onde uma rua, que por definição é pública, é apropriada como bem privado, dando mau exemplo aos que defendem a apropriação de um parque nacional como área de "interesse social" para a edificação de moradia popular!



Jardim Botânico do Rio de Janeiro: ocupação de patrimônio da União por mais de 600 casas e outras edificações.



Antecedentes de uma cultura de impunidade

Século XV

- O lema da escola de Sagres e a questão judaica: *navegar é preciso, viver não é preciso*.

Século XVI

- Francisco Pizarro conquista o Peru, massacrando milhões de incas.
- Papa Paulo III, sobre os limites da Santa Inquisição nas Américas, edita a bula *Sublimis Deus*, em 1537, através da qual os índios foram reconhecidos como seres humanos.

Século XVII



Caspar Barlaeus (1584-1648)

- Balaeus foi um pensador holandês citado por Euclides da Cunha: “*ultra aequinoctialem non peccavi [não existe pecado abaixo do Equador]*”. Sérgio Buarque de Holanda retomou o tema, acrescentando um comentário do próprio Barlaeus, “*Como se a linha que divide os hemisférios separasse também a virtude do vício*”. Os europeus iam ao Brasil tirar férias morais...

Século XVIII

- É criada a expressão “Telhado de vidro” ou, mais modernamente, “Quem tem rabo de palha...”.

Século XIX

- Após agressiva pressão da Inglaterra, o Brasil promulgou uma lei, em 1831, que declarava livres os africanos desembarcados em portos brasileiros a partir daquele ano. Mas ninguém acreditava que a lei seria cumprida: uma lei só “para inglês ver”.



Uma reflexão sobre nossa cultura de impunidade

*Quem tem rabo
de palha não toca
fogo no rabo do
próximo*

(variação do dito popular “*Quem tem telhado de vidro não joga pedra no do outro.*”)

Pois não há registro na história da humanidade de sociedade que tenha prosperado sem que, pelo menos parte de sua classe dirigente, não apenas tenha cumprido, como tenha se obrigado a cumprir e a fazer cumprir as leis.

O argumento esfarrapado da generalização não nos desculpa da omissão, mas, isto sim, nos cumplicia a todos através de uma cultura de impunidade, uma república de rabo preso.



Para aprofundar a reflexão

Terça-feira, 10 de julho de 2007

O GLOBO

OPINIÃO • 7

Nova cultura (antes A república do rabo preso)

JORGE MARANHÃO

Nosso grande historiador José Murilo de Carvalho costuma dizer que nossos valores políticos são incompatíveis com a vida republicana, uma vez que predomina entre nós a lei "do sabe com quem está" ou a da "pouca vergonha". Mas,

de sua classe dirigente, independentemente da inflamabilidade de seus rabos, não apenas tenha cumprido como tenha se obrigado a fazer cumprir as leis.

Quanto aos céticos (do Gr. *skeptikós*, partidário da doutrina do ceticismo, indivíduo descrente ou que duvida de tudo),

Como se a generalizada cultura do rabo preso fosse uma fatalidade histórica. Como se a própria cultura fosse imutável, uma condenação irremediável ao fracasso civilizatório. Quando, na verdade,

dam cultura de cidadania como empoderamento político da sociedade civil organizada para o exercício de controle social sobre atos políticos, de governos e organizações públicas. Para tanto, devem

- A luta pela conscientização de cínicos e céticos.
- O pacto da omissão: nossa “cultura do rabo preso” é uma fatalidade histórica?
- Opinião pública – trincheira contra as mágicas soluções demagógicas como as que rondam nossos vizinhos.



Alguns conceitos para o entendimento do valor da justiça

(do Artigo 5º da C.F.: dos direitos e deveres individuais e coletivos)

2500 anos de cultura e tradição clássicas	X	250 anos de cultura romântica/individualista	 Locke (1632-1704)	 Montesquieu (1689-1755)
Crônicas	X	História		
Filosofia/Retórica	X	Ciência/Lógica	 Rousseau (1712-1778)	 Adam Smith (1723-1790)
Idealismo / Empirismo	X	Racionalismo cartesiano		
Justiça/ amor	X	Liberdade		
Adam Smith / Comte	X	Rousseau / Proudhon	 Comte (1789-1857)	 Proudhon (1809-1865)



Alguns conceitos para o entendimento do valor da justiça

(do Artigo 5º da C.F.: dos direitos e deveres individuais e coletivos)

Poemas épicos / cantatas
e oratórios barrocos /
criações de autoria coletiva

X

Bach = genérico
de família de músicos



Bach
(1685-1750)



Beethoven
(1770-1827)

Bach / Haydn

X

Mozart / Beethoven

Concerto barroco

X

Concerto romântico



Michelangelo
(1475-1564)



Monet
(1840-1926)

Várias vozes solistas

X

Um único virtuose

Michelângelo

X

Monet

Recuperação da
perspectiva clássica

Inversão do
sujeito/objeto



Picasso
(1881-1973)



Kandinsky
(1866-1944)

Kandinsky
Diluição da figura e
da perspectiva

X

Picasso

Quebra da perspectiva e
resgate da figura



Línguas, livros e gêneros



Trovadores anônimos

(início do século XII)



Dante

(1265-1321)



Lutero

(1483-1546)



Camões

(cerca de 1524 - 1580)



Cervantes

(1547-1616)



Shakespeare

(1564-1616)

La chanson de Roland

A Divina Comédia

Bíblia - Evangelho
(tradução alemã)

Os Lusíadas

D. Quixote

Obra dramatúrgica

Heróis de cavalaria /
Ascetismo religioso

Teogonia e
farsa burlesca

Renascimento/
Aufklärung

Épica de um povo

Heróis de cavalaria
e farsa burlesca

Enlightment /
Modernidade humanista



Marcos retóricos do Ocidente

- | | |
|-----------------|---|
| Séc. XIII a. C. | - Torá hebraica |
| Séc. IV a. C. | - Sócrates e a sofística grega |
| Séc. I | - Evangelho cristão |
| Séc. II | - Talmud/Mishná hebraico |
| Séc. VII | - Alcorão e o islamismo |
| Séc. XV | - Escolástica e retórica aristotélica tomista |
| Séc. XVI | - Reforma luterana |
| Séc. XVII | - Contra-reforma da <i>Congregatio Propaganda Fidei</i> |
| Séc. XVIII | - Revolução Francesa e o <i>Bureau de l'Esprit</i> de Mirabeau |
| Séc. XIX | - Romantismo marxista e Catecismo positivista de Comte |
| Séc. XX | - <i>Agitprop</i> leninista, 1923 |
| Séc. XX | - Propaganda nazista de Goebels, 1933 – 1944 |
| Séc. XX | - <i>Crime doesn't pay</i> , <i>advertising</i> e macartismo, 1940/50 |



Informação e propaganda

Sempre que o Estado se delegou a função de informar os cidadãos, o resultado foi desastroso, com a substituição da informação por propaganda destinada a influenciar. É a triste figura do Estado-bedel, que tutela a cidadania por não acreditar que os cidadãos tenham autonomia e capacidade crítica para refletir e decidir sobre suas escolhas.



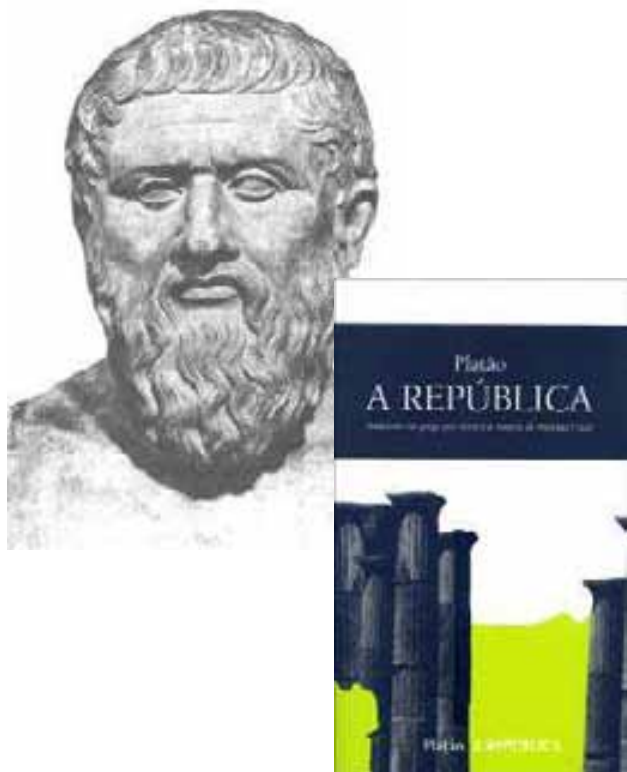
Sugismundo, personagem da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo” dos anos 70.

- *DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda* – governo Getúlio Vargas (1939)
- *AERP – Assessoria Especial da Presidência da República* – ditadura militar (1970-1974)
- *TV pública x TV estatal* – governo Lula (2008)



Platão: a República

Dica de leitura:



É na República que se encontra a alegoria da caverna ou o mundo das idéias que faz prevalecer o conceito como verdade diante de sua existência concreta como objeto sensível e apenas aparentemente real. Na República está também a teoria política platônica ou idealista, em que à ética do bem do indivíduo corresponde o ideal do bem comum, onde a gestão da cidade é baseada sobretudo no ideal da justiça que deve prevalecer sobre a corrupção.

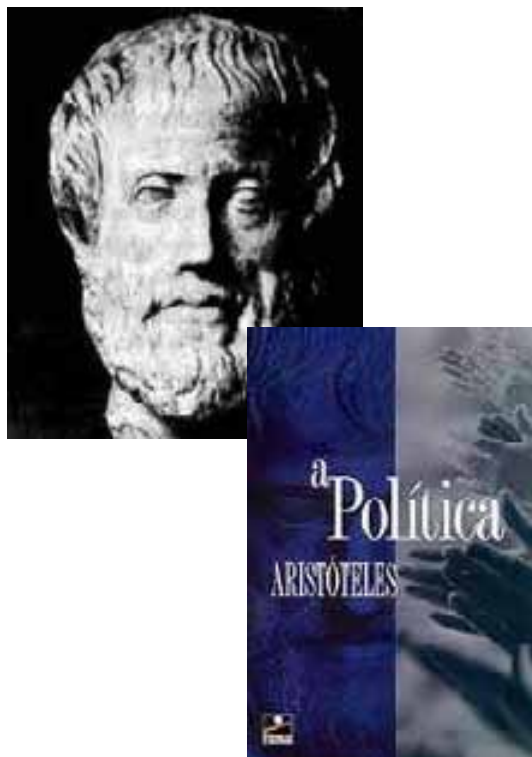
Aliás, o recomendado governo ideal da democracia, que suplantaria o da demagogia ou da tirania, o governo dos sábios, é, para além dos intelectuais, o governo dos justos.

A República e As Leis – Platão (427 - 347 a.C)



Aristóteles: a Política

Dica de leitura:



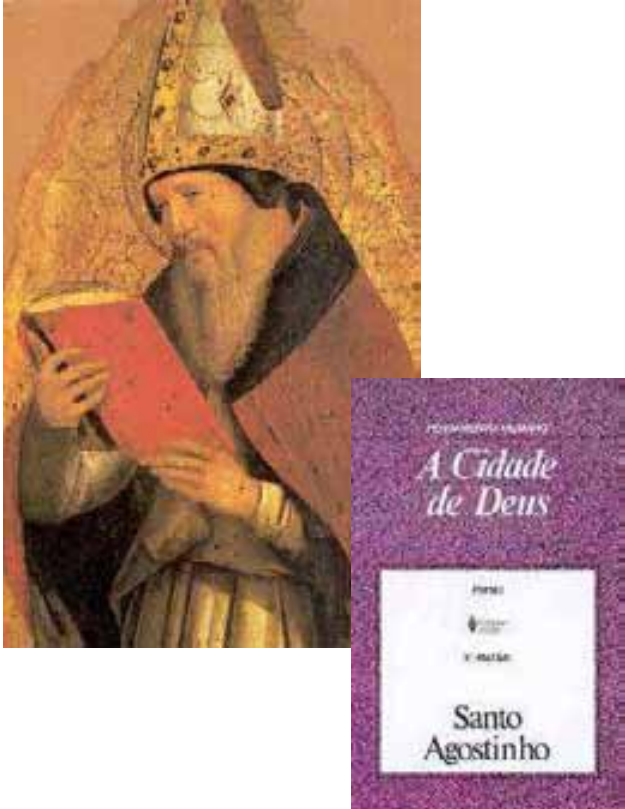
A Política - Aristóteles (384 – 322 a.C.)

O homem é um animal político. Por temor da vida natural, o homem tende à convivência com outros homens. Na filosofia aristotélica a política é o desdobramento natural da ética. Ambas, na verdade, compõem a unidade do que Aristóteles chamava de filosofia prática.

Se a ética está preocupada com o bem do indivíduo, com a felicidade individual do homem, a política se preocupa com o bem coletivo da *pólis*. Desse modo, é tarefa da política investigar e descobrir quais são as formas de governo e as instituições capazes de assegurar o bem comum. Superando o idealismo da *República* platônica, e como preceptor de Alexandre, Aristóteles escreveu *A Política* como meio de investigar a *constituição* real do Estado.



Santo Agostinho: a lei submetida ao papa



A Cidade de Deus (426) -
Santo Agostinho (354 – 430)

Todos os homens são iguais porque todos são filhos de Deus - eis a justiça divina. Mas eles serão tratados desigualmente, de acordo com seu mérito, que consiste na observância da lei divina (*lex aeterna*), da lei natural (*lex naturalis*) e, depois, da lei dos homens (*lex humana*).

As leis dos homens, mesmo que originadas pelo direito divino dos reis, devem se submeter às do Papa, *pontífice* (aquele que é a ponte) e representante do próprio Deus na Terra.



São Tomás de Aquino: religião e filosofia



Comentários sobre a *Ética a Nicômaco*,
de Aristóteles -
São Tomás de Aquino (1225 – 1274)

Se o projeto da filosofia clássica grega é a reforma da cidade, o projeto de São Tomás de Aquino será o da legitimação do direito divino dos reis quando, no *De Regimine Principum*, de 1260, já discorria sobre a natureza do Estado, as tarefas dos reis, os deveres cívicos dos cidadãos e seus direitos, entre os quais o direito à propriedade, inclusive de escravos, fazendo com que seu pensamento viesse a contribuir para a legitimação da própria ordem social feudal.

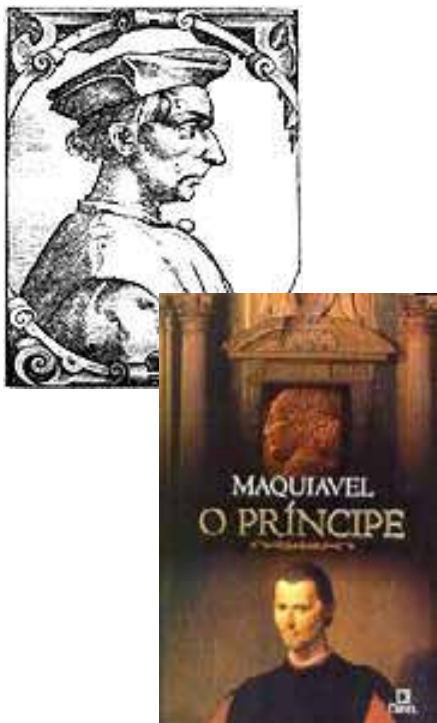
A Escolástica Cristã, na figura de São Tomás de Aquino, empreende a grande síntese entre religião e filosofia, fé e razão, e retorna ao coletivismo platônico:

“Existe uma outra razão pela qual o indivíduo é ajudado pelo grupo, do qual ele é apenas uma parte e ele pode não somente viver, mas viver a vida boa, a qual é permitida pelas oportunidades de interação social”.



Maquiavel: o abuso da força do Estado

Dica de leitura:



O Príncipe (1532)
Maquiavel (1469 – 1527)

A máxima de que “*os fins justificam os meios*” é da ordem da ética da responsabilidade política e visa a manutenção da estabilidade e autoridade do príncipe através das instituições de coerção legal e do monopólio da força do Estado. Sendo que o abuso de autoridade por parte de funcionários públicos pode ser mais perigoso do que os próprios inimigos estrangeiros, pois podem provocar a ira do povo.

Teses bem atuais no Brasil de hoje, onde a cidadania se organiza para exigir as reformas do Estado e não aceita mais as premissas obscuras “*das razões de Estado*” ou de que “o príncipe deve preferir ser temido do que amado” ou as demagogias de que “*se deve fazer o bem aos poucos e o mal de uma só vez*”.



La Boétie: a servidão voluntária

Dica de leitura:



*Discurso da Servidão Voluntária (1549)
- Étienne de la Boétie (1530 – 1563)*

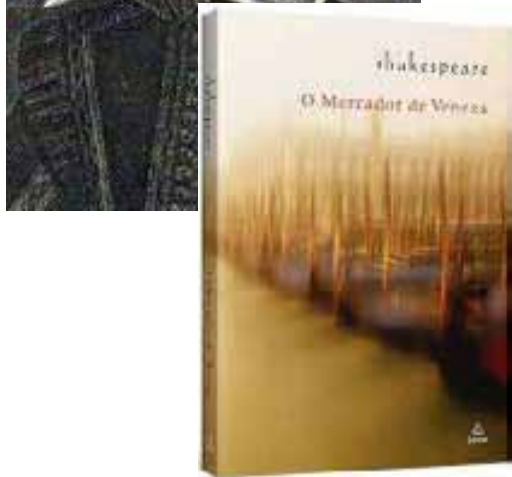
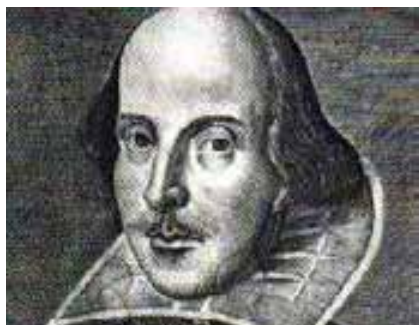
Pela primeira vez se questiona que a fonte de poder dos governantes, na verdade, provém do consentimento dos cidadãos, o que o torna, por natureza, limitado. Se poder é uma capacidade de agir e produzir efeitos na sociedade, a autoridade é o poder político instituído e controlado por esta mesma comunidade:

“Disponham-se a não mais servir e vocês serão livres. Não peço que derrubem ou combatam os governantes, mas apenas que não os sustentem indefinidamente, e verão que tal como o grande colosso do qual se retira a base, ele tombará por terra e se quebrará.”



Shakespeare: a garantia dos contratos

Dica de leitura:



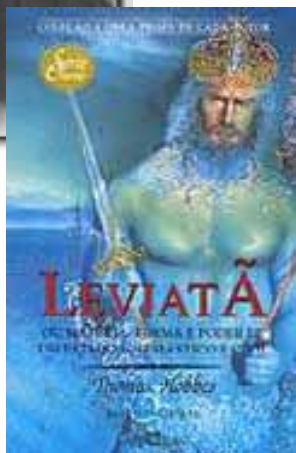
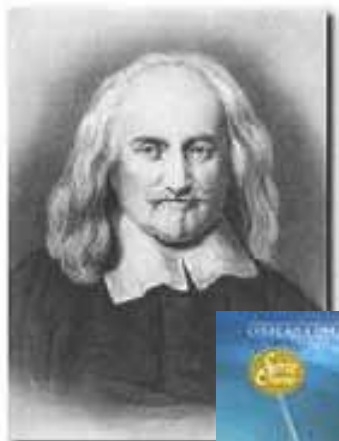
O mercador de Veneza (1594)
Shakespeare (1564 - 1616)

Para além da contenda entre o cristão D. Antonio e o judeu Shylock, o que a peça *O mercador de Veneza* apresenta na verdade é a crítica dos fundamentos do Estado republicano: os limites da legalidade diante da legitimidade, as próprias leis do Estado de Veneza diante dos direitos da livre cidadania. O respeito e a garantia dos contratos, os direitos humanos das minorias étnicas e dos estrangeiros, o papel da justiça, o anti-semitismo, o limite dos juros e os valores da liberdade, da equidade e da iniciativa diante das paixões humanas como a vingança, a usura, o amor, a sabedoria e o poder. O discurso final de Shylock sobre a função da justiça e suas contradições tem inspirado muitos autores da moderna filosofia do direito e da política ainda hoje.



Hobbes: o Leviatã

Dica de leitura:



De acordo com Hobbes, a sociedade necessita de uma autoridade à qual todos os membros dessa sociedade devem render o suficiente da sua liberdade natural, para que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, quer seja um monarca ou uma assembléia (que pode até mesmo ser composta de todos, caso em que seria uma democracia), deveria ser o Leviatã, uma autoridade inquestionável. A teoria política do Leviatã mantém no essencial as idéias de suas duas obras anteriores, *Os elementos da lei* e *Do cidadão* (em que tratou a questão das relações entre Igreja e Estado).

Thomas Hobbes defendia a idéia segundo a qual os homens só podem viver em paz se concordarem em submeter-se a um poder absoluto e centralizado. E recupera do ceticismo clássico a máxima do *homo homini lupus*.

O Leviatã (1651) - Thomas Hobbes (1588 – 1679)



Descartes: *cogito ergo sum*

Dica de leitura:



Discurso sobre o método (1637) -
René Descartes (1596 – 1650)

Quando forja a grande máxima do racionalismo, o *Cogito ergo sum*, Descartes inaugura a grande missão da filosofia moderna, que é a de duvidar de tudo, incluída a existência do próprio Deus, mas sem a possibilidade de se duvidar da existência do próprio homem enquanto o ser que pensa. Esta primazia do indivíduo, até mesmo sobre a própria divindade, colocará o homem no caminho sem volta de sua autonomia e emancipação, inclusive da opressão de outros homens, mesmo que legatários do divino direito dos reis.

Descartes tem uma firme convicção política na autonomia dos cidadãos diante dos governos: *“E, como a multidão de leis fornece amiúde escusas aos vícios, de modo que um Estado é bem melhor dirigido quando, tendo embora muito poucas, são estritamente cumpridas; assim, em vez desse grande número de preceitos de que se compõe a lógica, julguei que me bastariam quatro deles, desde que tomasse a firme e constante resolução de não deixar uma só vez de observá-los.”*



John Milton: só homens de bem amam a liberdade

Dica de leitura:



Areopagitica (1644) - John Milton (1608 – 1674)

No seu mais importante texto político, *Areopagítica*, discurso pela liberdade de imprensa ao parlamento da Inglaterra – pois Milton é mais conhecido pelo poema épico *O paraíso perdido* – afirma que só os homens de bem podem amar a liberdade, pois os demais amam apenas a licença, quando ninguém deve a sua liberdade a qualquer sorte de licença. Sua teoria do estado afirma que a boa-fé dos homens não teria sido suficiente para garantir a paz e a liberdade, tendo julgado necessário dispor de alguma autoridade que pudesse refrear pela força e pela punição toda violação da paz, da liberdade e do direito comum. Em seus escritos políticos, Milton é taxativo: “*o povo não existe por causa do rei, mas o rei existe por causa do povo.*” No breve período da república de Lord Cromwell, seu ataque à tentativa de censura da imprensa se justificava pela convicção de que os homens não poderiam ser tratados como idiotas que necessitam de tutela de seus governantes.



Locke: as limitações do poder do Estado

Dica de leitura:



Segundo Tratado sobre o
Governo (1690) - John Locke
(1632 – 1704)

Suas idéias foram tão fortes que a ele é atribuída a Revolução Gloriosa (1688). Princípios como o do consentimento dos cidadãos para o exercício dos governos são a própria essência da instituição do Parlamento e da promulgação do *Bill of Rights* (1689).

Tomando a liberdade e as leis como tema central de sua obra, o iluminista inglês Locke construiu uma teoria política baseada na correlação das limitações dos poderes do pai em relação à família, da limitação dos poderes do Estado em relação aos cidadãos e mesmo do poder despótico das guerras entre povos vencidos e vencedores. Também pregou a tolerância política e a separação dos assuntos civis dos religiosos no âmbito dos governos.

“Se algum governante se arrogar o poder de lançar impostos sobre o povo, baseando-se na sua própria autoridade e não na autoridade do povo, estaria violando a lei fundamental da propriedade e subverteria o próprio objetivo dos governos, que seria o de garantir o direito do cidadão à salvaguarda dos contratos e da justiça.”



Spinoza: Deus, Natureza e Estado

Dica de leitura:

Spinoza, nascido em Amsterdã em 1632, filho de judeus sefaraditas portugueses emigrados da cidade de Espinoza, na Espanha, passou para a história do pensamento ocidental como “o filósofo dos filósofos”. Sua teoria política afirmava que o propósito do Estado era apenas proteger o indivíduo de modo que pudesse desenvolver livremente a si e a suas idéias através da razão iluminista. Foi enormemente influenciado pela filosofia cartesiana, sem no entanto destacar o papel da subjetividade humana.

Sua obra também tem sido encarada como uma resposta ao pensamento político de Hobbes, pois, liberal na sua essência, determina que ao Estado compete apenas a salvaguarda da segurança do cidadão e a garantia das liberdades de opinião, pensamento, expressão e crença.

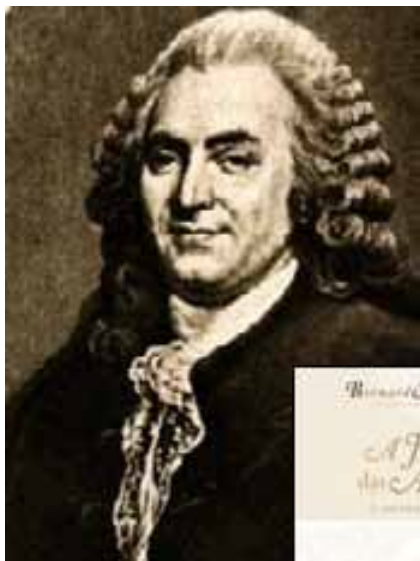
Ethica (1677) –

Baruch Spinoza (1632 – 1677)



Mandeville: vícios privados, benefícios públicos

Dica de leitura:



A Fábula das Abelhas (1714) –
Bernard de Mandeville (1670 – 1733)

Holandês de nascimento, radicado na Inglaterra, e autor da famosa *Fábula das abelhas, ou vícios privados, benefícios públicos* - segundo a qual quando alguém comete uma ação considerada moralmente boa, o faz por interesse próprio, como por exemplo o desejo de ser reconhecido.

Assim, nenhuma atitude é realmente altruísta e tudo o que os indivíduos fazem é movido pelo egoísmo: *"de modo que aqueles que examinam a natureza do homem, abstraindo de arte e educação, podem observar que o que faz dele um animal social consiste não em seu desejo de companhia, índole boa, pena, amabilidade e outras graças de uma aparência agradável; mas que suas mais vis e mais odiadas qualidades são as habilidades mais necessárias para prepará-lo para as maiores e, de acordo com o mundo, as mais felizes e mais prósperas sociedades."*



Montesquieu: a separação dos poderes

Dica de leitura:



*O Espírito das Leis (1748) -
Montesquieu (1689 – 1775)*

Suas maiores contribuições foram a proporcionalidade da pena dos delitos e a separação dos poderes: o judiciário julga, o legislativo legisla e o executivo executa a efetividade das leis e das sentenças.

Se para Hobbes o estado natural do homem é a violência, para Montesquieu é a paz, pois nela os homens se temem e o medo os impede de se atacarem. Será apenas com a constituição da sociedade que os homens perderão esse medo e se enfrentarão. Neste caso, a violência natural será substituída pela guerra entre as nações, e esta pela constituição dos Estados de direito e pelas leis, como única forma de se permanecer em paz.

“A liberdade é o direito de se fazer tudo o que as leis permitem, pois, se um cidadão pudesse fazer o que as leis proíbem, ele não teria mais liberdade, pois os outros teriam igualmente esse poder. A liberdade consiste, pois, em não se poder ser forçado a fazer uma coisa que a lei não ordena.”



Voltaire: combate ao fanatismo

Dica de leitura:



Tratado Sobre a Tolerância
(1763) - Voltaire (1694 – 1778)

Como o mais brilhante iluminista francês, o autor da célebre parábola *Candide*, dedicou sua maior obra política à tolerância religiosa e ao combate do fanatismo.

No *Tratado sobre a tolerância*, pontifica que o Estado deva ser laico para que possa garantir de fato o direito de crença dos cidadãos. É célebre sua advertência ao seu contemporâneo Rousseau:

“Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo”.

E, no entanto, Voltaire não era ateu e defendia mesmo a necessidade da religião pois, se as leis nos protegem contra os crimes conhecidos, a religião nos protege contra os crimes secretos.



Hume: eterna vigilância

Dica de leitura:



*Tratado sobre a natureza humana
(1739) - Hume (1711 – 1776)*

Hume recoloca o homem no centro do universo, uma vez que Copérnico havia definido o sistema heliocêntrico dois séculos antes, e lhe atribui as qualidades morais fundamentais da solidariedade e compaixão como atributos pessoais de felicidade com benefício social. O que permitirá a teoria utilitarista de Stuart-Mill do “*máximo de felicidade para o maior número possível*” no século seguinte.

Para efeito de sua contribuição para com a cultura política humana, basta destacar a sua máxima advertência de que *é muito raro que a liberdade se perca toda de uma só vez*, o que levou a partir daí ao conceito de que *o custo da liberdade é a eterna vigilância*.



Rousseau: cidadania

Dica de leitura:



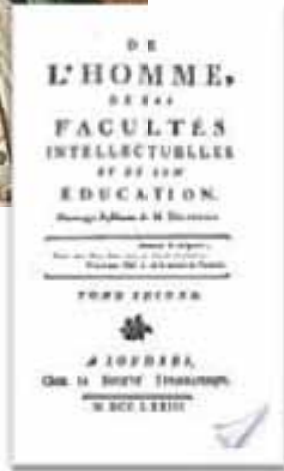
Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1755) - Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778)

Com o *Contrato Social*, Rousseau supera Hobbes com a concepção evolutiva do estado natural de *todos contra todos* para o estado social criado pelos proprietários e legitimado pelo direito. O terceiro parágrafo do livro primeiro do *Discurso* permanece de uma atualidade impressionante para um país como o Brasil, cujas elites governantes não entenderam ainda o conceito de plena cidadania:

“Nascido cidadão de um Estado livre, e membro da soberania do mesmo, qualquer que seja a débil influência que possa ter minha ingerência nos negócios públicos, o direito de votar basta para impor-me o dever de instruir-me nesses assuntos, feliz, sempre que medito acerca dos governos, de encontrar em minhas indagações novos motivos para amar o meu país.”



Helvétius: educação política



Do homem, das faculdades intelectuais e de sua educação (1755) – Claude Adrien Helvétius (1715 – 1771)

Através da educação, os homens deveriam ser levados a fazer com que seus interesses individuais coincidisse com os interesses da coletividade. Mas para isso é indispensável combater os grandes obstáculos constituídos pelas superstições e preconceitos religiosos.

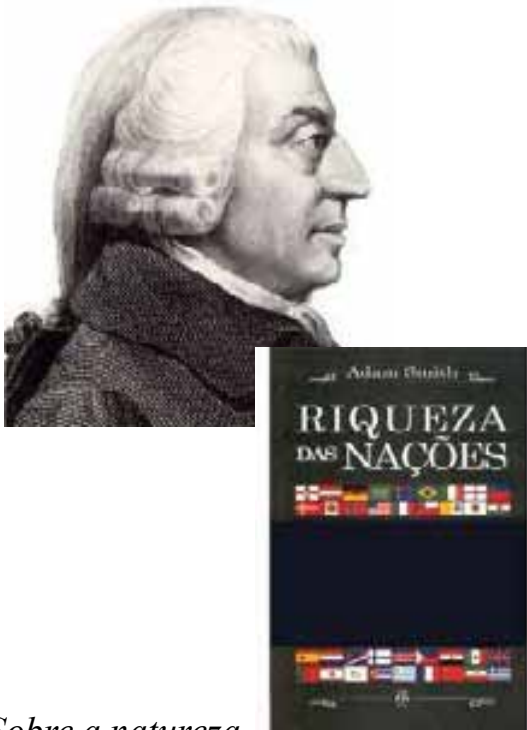
Do homem, das faculdades intelectuais e de sua educação é sua principal obra que, aliás, foi condenada pelo parlamento francês e queimada.

“Se com grande prejuízo financeiro eu tiro da força um assassino – que por acaso é meu parente – minha família me abençoará, mas o bem público sofrerá danos. Se nomeio para um cargo público o candidato mais merecedor e não o meu parente, minha família me reprovará, mas a sociedade será beneficiada. Por que devo preferir o bem comum? Pois se não fazê-lo acabarei causando uma desgraça ainda maior para todos e para mim mesmo”.



Adam Smith: a “mão invisível”

Dica de leitura:



*Sobre a natureza
e as causas da riqueza das nações
(1776) – Adam Smith (1723 – 1790)*

Considerado o pai da economia política moderna, sua antropologia criou o chamado *homo economicus* e os conceitos definitivos da divisão do trabalho e do livre mercado, como atributos da própria natureza humana de se reunir para fazer trocas com o excedente do que produz ou mesmo a de produzir para este fim. Em suas próprias palavras: *"não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu próprio auto-interesse"*.

Smith não concebe o homem na dimensão de seu altruísmo, mas por causa justamente da "mão invisível" do mercado, o homem é socialmente mais útil na dimensão mesma de seu egoísmo. Diríamos hoje que esta "mão invisível" poderia ser entendida como as instituições jurídico-políticas do Estado que, sem intervir nos mercados, detém o poder de garantir segurança, justiça e a honra dos contratos.



Kant: as garantias do Estado democrático de direito

Dica de leitura:



Fundamentação da metafísica dos costumes (1785), Crítica da razão prática (1788) e Metafísica dos costumes (1798) - Kant (1724 -1804)

Embora não tenha formulado uma teoria política propriamente dita, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o filósofo delimita as funções da ação moralmente fundamentada e apresenta conceitos como o *Imperativo Categórico* e a *Boa Vontade*: "Age de tal modo que a máxima da tua ação se possa tornar princípio de uma lei universal".

O imperativo categórico, em termos gerais, é uma obrigação incondicional, ou uma obrigação que temos independentemente da nossa vontade ou desejos (em contraste com o imperativo hipotético). Daí pode-se inferir em Kant o que seriam as garantias do Estado democrático de direito, como “os últimos objetivos de qualquer ação política que garanta a liberdade do indivíduo de não obedecer a ninguém, exceto às leis”. Pois todos são iguais diante da lei.



Kant II: liberdade com autonomia

Dica de leitura:



Fundamentação da metafísica dos costumes (1785), Crítica da razão prática (1788) e Metafísica dos costumes (1798) - Kant (1724 -1804)

Quando Kant propõe o *Sapere aude*, está fundamentando tanto o *Aufklärung* alemão como o princípio da autonomia inata do cidadão numa visão romântica do mundo.

Kant identifica a liberdade com autonomia, o direito natural do homem de obedecer apenas à lei que ele mesmo é autor e, neste sentido, obrigar outros a esta mesma faculdade moral do homem, a este direito inato que lhe é transmitido pela sua própria natureza.

A opção neste caso pela determinação do coletivo pelo individual é evidente, uma vez que, a cada cidadão, um juízo e um voto, fundamento da própria natureza.

Kant define a liberdade como “a liberdade jurídica e faculdade de só obedecer a leis externas às quais pude dar meu assentimento”.



Burke: a crítica ao idealismo romântico

Dica de leitura:



*Reflexões sobre a Revolução
Francesa (1790) - Edmund Burke
(1729-1797)*

Membro do parlamento inglês e defensor da liberdade religiosa dos católicos e da independência americana, o irlandês Edmund Burke, em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790), faz a crítica da razão como único instrumento de elaboração das leis, e não os costumes e tradições culturais e sociais. Se o povo inglês é livre do terror dos governantes, é porque aprendeu no curso da história a construir instituições diversificadas que garantem liberdades concretas de se associar, empreender e se apropriar do produto de seu trabalho, ao invés de reivindicar uma liberdade geral baseada apenas em princípios idealistas.

Trata-se na verdade da primeira crítica ao idealismo romântico de Rousseau do contrato social pois a vontade geral pode sacrificar legítimos direitos de minorias.



Paine: o Estado é um mal necessário

Dica de leitura:



Thomas Paine foi um político que, embora britânico, lutou pela independência americana. Republicano, o jornalista era contra os dogmas da igreja e foi um dos defensores e signatários da declaração de independência americana, participando ativamente de várias reuniões com os demais membros idealizadores, como Jefferson, Hamilton, Madison e George Washington. Em *Common Sense* (1776), expressa a concepção de que a sociedade é boa por natureza e o Estado um mal necessário: *"a sociedade é produzida pelos nossos carecimentos; o governo, pela nossa maldade. A primeira promove a nossa felicidade positivamente, unindo em conjunto os nossos afetos; o segundo, negativamente, freando nossos vícios"*.

Common Sense (1776) -
Thomas Paine (1737 - 1809)

Há três formas de governos: os fundados nas superstições dos homens, os fundados na força e os fundados no interesse comum, o qual pode-se chamar também de governo da razão.



Beccaria: o moderno direito penal

Dica de leitura:



*Dos Delitos e das Penas (1764) -
Cesare Beccaria (1738 – 1793)*

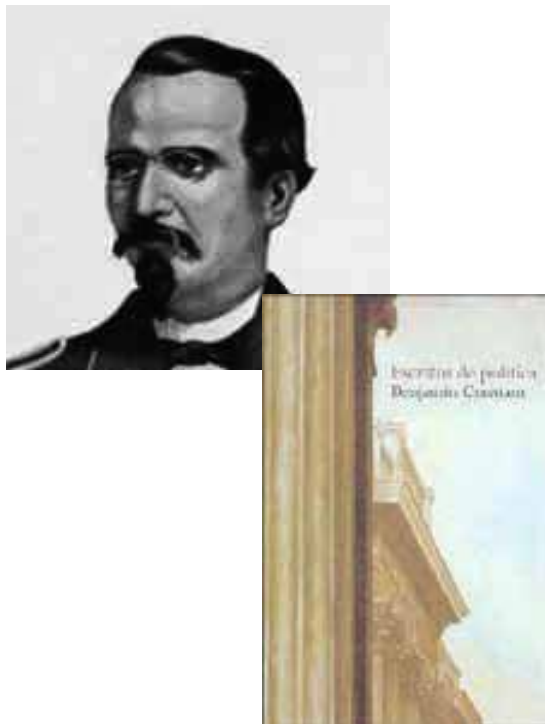
Jurista e filósofo italiano, Beccaria concretiza a igualdade perante a lei no âmbito do direito penal, quando afirma que as penas não são vinganças coletivas contra o réu, mas pedagogia e dissuasão do ato criminoso, possibilitando inclusive a sua reintegração no convívio social. Para os mesmos delitos, as mesmas penas, sem privilégios de classe social ou de poder político ou econômico.

Beccaria é um precursor da moderna filosofia político-social de cunho humanista e racionalista, onde pena não pode ser confundida com vingança, suplício e tortura com processo, nem inquérito com inquisição. Por outro lado, a questão da eficácia penal versus a cultura de impunidade, no Brasil, é uma das mais importantes agendas da cidadania, uma vez que a legislação penal é ultrapassada, ritualística, formalista e elitista para os poderosos e totalmente ineficiente para os pés-de-chinelo, o que redundaria, com a hiper-exposição de delitos pela mídia de massa, numa ordem contraposta à ordem do *crime não compensa* americano.



Benjamin Constant: cidadania e propriedade

Dica de leitura:



*Princípios de Política (1815) -
Benjamin Constant (1767-1830)*

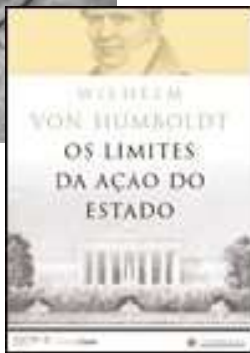
Benjamin Constant afirma: *“defendi durante quarenta anos o mesmo princípio: a liberdade na religião, na literatura, na filosofia, na indústria, na política; e, por liberdade entendo o triunfo da individualidade, tanto sobre a autoridade de quem pretendesse governar pelo despotismo, quanto sobre as massas que reclamassem o direito de subjugar a minoria.”*

Constant dá forma concreta ao valor da liberdade, que é a de que tudo é permitido desde que não proibido por força da lei, inclusive se empreender e se apropriar do produto de seu trabalho, de dispor sobre suas propriedades, inclusive a de abusar das mesmas; enfim, legitimando pela propriedade pagadora de impostos o direito de cada cidadão de influir na administração pública e nos atos de poder dos governos.



Von Humboldt: garantia da justiça

Dica de leitura:



*Os Limites da Ação do Estado (1810) -
Wilhelm Von Humboldt (1767-1835)*

Irmão do famoso naturalista Alexander Von Humboldt, fundador da Universidade de Berlin, ministro da educação prussiano. Na sua *Teoria da Educação Humana* estabelece que a educação de um indivíduo requer sua incorporação em todos os aspectos da vida política e social e, para tanto, a educação pública é o fundamento da igualdade de oportunidade e o limite da ação do Estado. Em seu clássico ensaio *Os limites da ação do Estado*, de 1810, antecipou as idéias do inglês John Stuart Mill em seu célebre ensaio sobre a liberdade, de 1859.

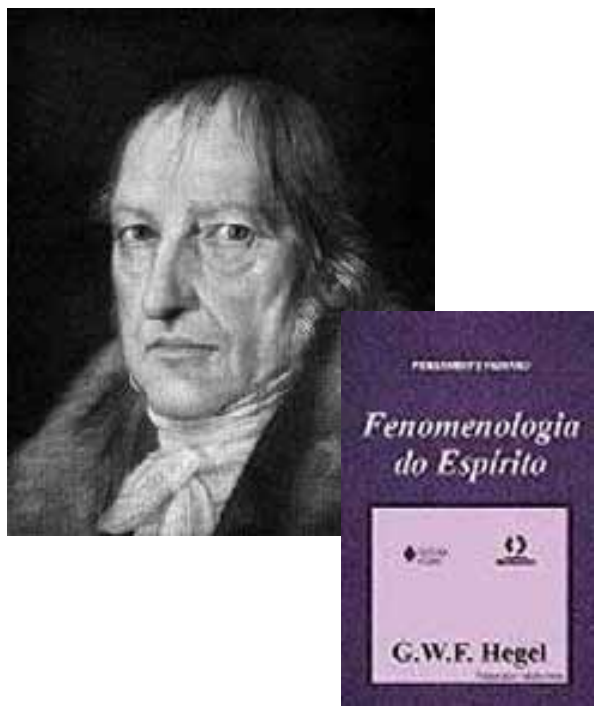
Cabe ao Estado apenas a garantia da vida, da liberdade e da propriedade através da garantia da Justiça:

“contratar o mal que surge do desejo que o homem tem em transgredir os seus próprios limites, e a discórdia produzida por tal apropriação indevida dos direitos dos outros, constitui o objetivo principal da criação do Estado.”



Hegel: a realidade histórica

Dica de leitura:



A Fenomenologia do Espírito (1806)
Friedrich Hegel (1770 - 1831)

Dialética: uma progressão na qual cada movimento histórico (tese) surge como solução das contradições inerentes ao movimento anterior (antítese), o que resulta por sua vez num novo movimento que pode superar estas mesmas contradições (síntese).

A própria filosofia é produto da história, daí o entendimento da realidade histórica como razão absoluta encarnada no Estado como a maior das construções sociais da humanidade: *tudo que é racional é real e tudo que é real é racional*. Para compreender o hegelianismo é mister compreender o romantismo, o idealismo e o nacionalismo dos séculos XVIII e XIX.



Schopenhauer: egoísmo e Estado

Dica de leitura:



*O mundo como
vontade e representação (1818) -
Arthur Schopenhauer (1788 – 1860)*

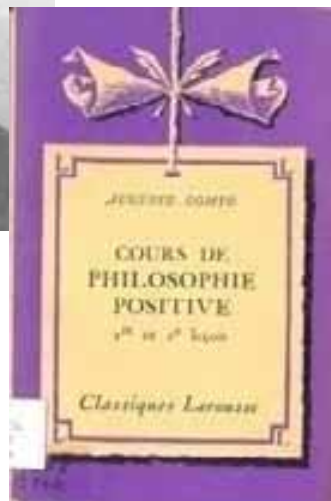
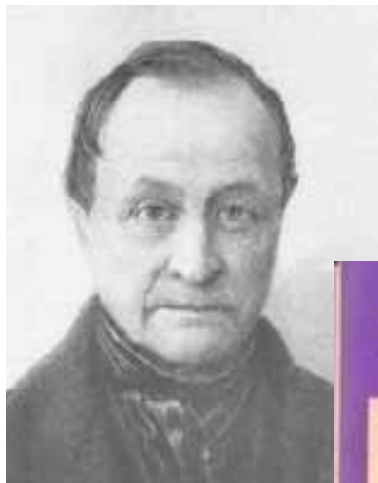
Foram três as grandes influências idealistas do filósofo: Platão, Kant e Rousseau. Pode-se correlacionar a idéia de vontade ao contrato social de Rousseau e a idéia de representação ao próprio idealismo platônico. Schopenhauer não concentrou sua filosofia na política, mas sobretudo nas teorias do conhecimento, da cultura e da arte, assim como na metafísica e filosofia moral.

Mas no livro 4º de *O mundo como vontade e representação* temos uma bela página sobre sua concepção de poder e Estado: *O Estado é criado na suposição de que seus cidadãos não se comportarão de acordo com a moral – ou seja, não escolherão agir de modo correto por razões morais (...). Pois, em primeiro lugar, se esse fosse o caso, não haveria necessidade do Estado. Assim, o Estado, que pretende promover o bem-estar de todos os cidadãos, de modo nenhum é orientado contra o egoísmo em geral. É orientado apenas contra a multiplicidade de egoísmos particulares e seu efeito deletério sobre o egoísmo coletivo, que deseja o bem-estar comum.*



Comte: o positivismo e o amor/justiça

Dica de leitura:



Sistema de Filosofia Positiva (1848)
Auguste Comte (1798 - 1857)

Para Comte, são 3 os estágios do desenvolvimento da humanidade: teológico, metafísico e positivo (científico), nos quais se apóiam os lemas da revolução francesa: igualdade, com ordem, fraternidade, com amor/justiça e liberdade com progresso.

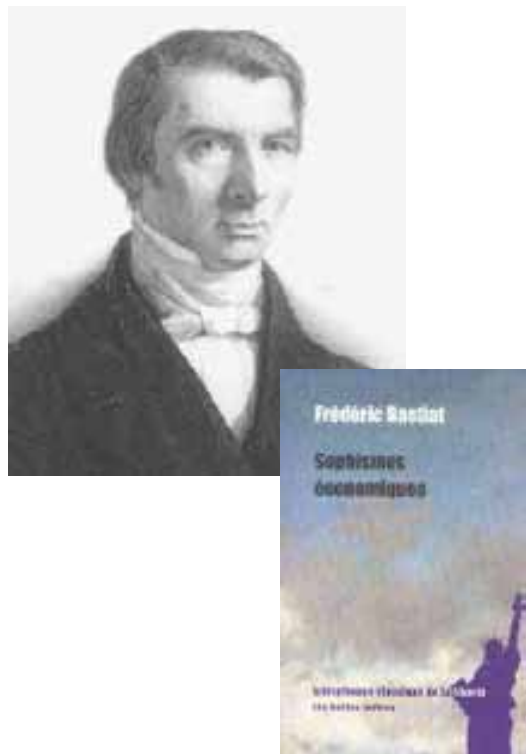
Portanto, quem retirou o elemento da justiça de nossa bandeira nacional foram Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que não reconheceram na República o estágio da justiça/amor/fraternidade.

A pergunta é: já não teríamos chegado enfim ao estágio positivo?



Bastiat: a lei é a própria justiça

Dica de leitura:



*Sofismas Econômicos (1845) -
Frédéric Bastiat (1801 - 1850)*

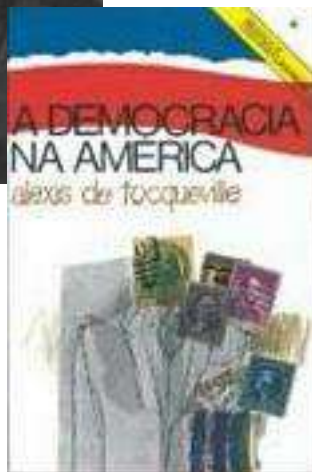
Em seu célebre panfleto *A Lei*, publicado no ano de sua morte, Bastiat afirma uma visão crítica da lei e do entendimento de que, sem a Justiça autônoma, eficiente e acessível que a aplique, a própria lei corre o perigo de se tornar espoliação e demagogia. A lei é a organização coletiva do direito individual de legítima defesa da vida, da liberdade e da propriedade.

Pois, com efeito, não é a justiça que tem uma existência própria, mas a injustiça. Uma resulta na ausência da outra! Em suma: a lei é a força comum organizada para agir como obstáculo à injustiça. A lei é a própria justiça! Para impedir que qualquer cidadão possa impedir direitos de quaisquer outros cidadãos! A lei é a garantia essencial da vida, da liberdade e da propriedade e não a sua limitação!



Tocqueville: pela liberdade política do cidadão

Dica de leitura:



A Democracia na América (1835)
Alexis de Tocqueville (1805 - 1859)

Democracia e socialismo não têm nada em comum além de uma palavra: igualdade. Mas note a diferença: enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade na restrição e servidão.

Os governantes devem desenvolver um poder judiciário forte e independente, que possa garantir efetivamente a controvérsia democrática, as associações civis e a constituição de uma administração pública eficiente e centralizada:

“é no município que reside a força dos povos livres; as instituições dos governos municipais são para a liberdade o que as escolas primárias são para a ciência. Sem instituições municipais fortes e independentes uma nação pode ter um governo livre, mas não possui de fato o espírito da liberdade. E afirmo: para combater os males que o igualitarismo pretende produzir há apenas um remédio eficaz, que é a própria liberdade política do cidadão.”



Stuart Mill: *no harm to others*

Dica de leitura:



Utilitarismo (1835) - John
Stuart Mill (1806 - 1861)

Autor do panfleto definitivo sobre a liberdade *On liberty*, de 1859. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, foi um defensor do utilitarismo, a teoria ética proposta inicialmente por seu padrinho Jeremy Bentham, que prescreve a ação humana de forma a otimizar o bem-estar de si e do conjunto da coletividade, ou ainda uma forma de consequencialismo, que prescreve uma ação ou regra de conduta unicamente em função de suas consequências: “*Agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar*” (*princípio do bem-estar máximo*). Mill ficava horrorizado com o fato de as mulheres e alguns outros grupos de desprovidos serem privados dos direitos financeiros ou das propriedades quando defendia que “*Sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo e mente, todo indivíduo é soberano*”. Mas o seu princípio máximo é “*Nenhum dano aos outros*”, que define a natureza e limites do poder do Estado, cuja legitimidade sobre a sociedade é exercida pelos direitos individuais dos cidadãos. Que têm o direito natural de agir de modo que bem entendam desde que seus atos não causem dano a outros cidadãos.



Proudhon: Filosofia da Miséria e a propriedade

Dica de leitura:



Filosofia da Miséria (1847) - Pierre-Joseph Proudhon (1809 -1865)

O conceito de propriedade, que deveria ser resgatado de sua etimologia latina original de *proprius* - utensílio ou pertence de trabalho que possibilitava a própria identidade social de seu detentor - passou a ser representado como abuso de apropriação, privilégio e até mesmo causa da desigualdade social.



Bakunin: contra a centralização do Estado

Dica de leitura:



*Federalismo, Socialismo e
Antiteologia (1872)*

Mikhail Bakunin (1814 - 1876)

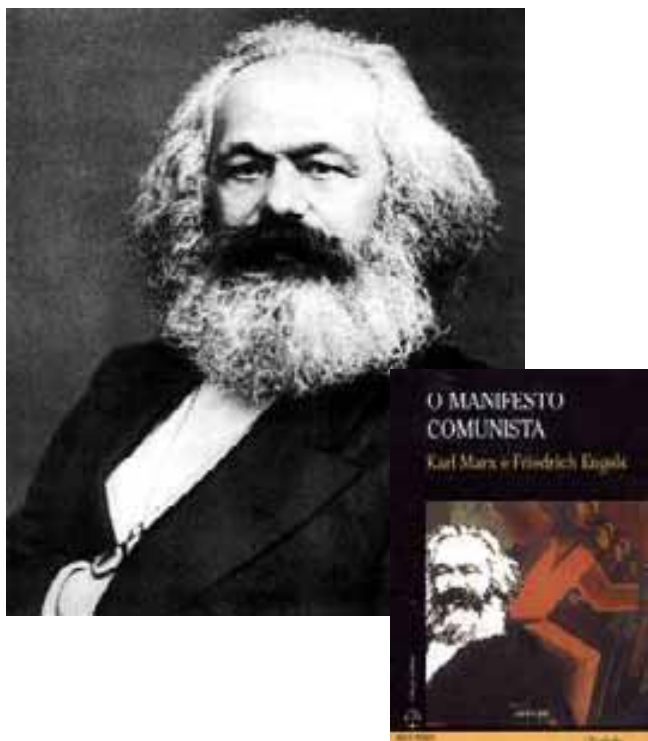
Bakunin faz oposição a Comte, pois identifica a fonte de todo problema na centralização da autoridade e do Estado, pois acabam por criar um obstáculo ao desenvolvimento das pessoas e das Nações. A paz e a realidade devem estar diante das coisas para realização do homem, pois querem uma descentralização das coisas que levaria o desenvolvimento dos homens.

"Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e por-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões de governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana."



Marx: voluntariedade política

Dica de leitura:



Manifesto do Partido Comunista (1848)
Karl Marx (1818 – 1883)

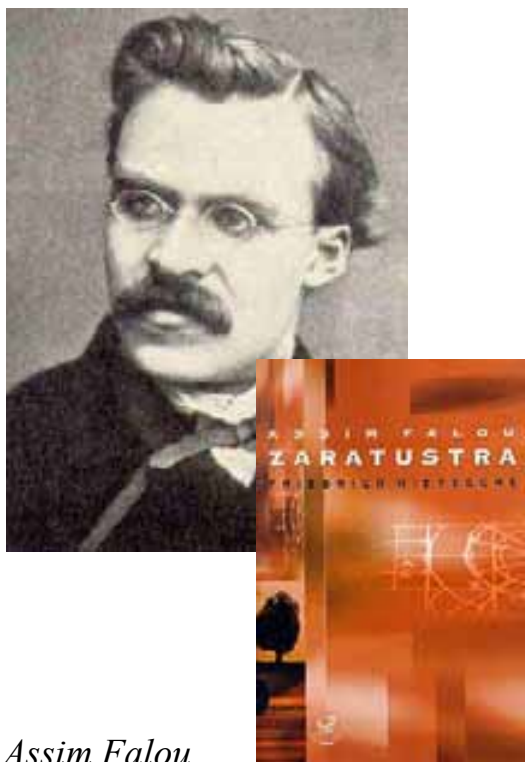
Hegeliano de esquerda, concebia a história política essencialmente como luta de classes. Ao contrário dos hegelianos de direita que pregavam que a conquista de igualdade com sacrifício da liberdade não valeria a pena, pois se acabaria perdendo esta última sem ter conseguido alcançar a primeira.

Como ensina o próprio materialismo histórico, é fundamental compreender o marxismo dentro de seu próprio contexto histórico e de sua visão romântica do mundo, onde traços como a o sujeito e sua voluntariedade política e social são marcantes e extremados.



Nietzsche: radicalidade filosófica

Dica de leitura:



*Assim Falou
Zaratustra (1885) -
Friedrich Nietzsche (1844 – 1900)*

Nietzsche nos liberta da cega obediência moral quando deslegitima os costumes e as tradições como fontes das leis e das condutas sociais, e nos deixa soltos no vazio da razão e ao correr do tempo.

Em *Assim falou Zaratustra* (1885), dirá que Deus é apenas uma suposição a que recorremos em determinados períodos históricos. No *Crepúsculo dos ídolos* afirmará que o bem é a força e o mal, a fraqueza: *o bem é tudo o que intensifica no homem o sentimento de potência, de vontade de potência, e o mal é tudo o que provém da fraqueza; a felicidade é o sentimento de intensificação da potência, de que uma resistência é superada, do poder da virtú, virtude livre da influência de qualquer moralidade*. Seu desprezo pelos políticos se reflete na citação de que todo político divide os seres humanos em duas classes: instrumentos e inimigos. E sua teoria do Estado retoma Hobbes quando afirma que “o Estado é o mais frio dos monstros frios”.



Freud: a horda primitiva

Dica de leitura:



*Totem e Tabu (1913) -
Sigmund Freud (1856 – 1939)*

As referências aos mitos da horda original do *Totem e Tabu* e do sentimento de culpa pelo parricídio do *Mal-estar na civilização* dão conta das origens da lei e coesão social, em especial sobre a deterioração da ação social humana em face mesmo da sua ação individual.

Para Freud se trata de uma regressão infantil da vida em sociedade pela dolorosa experiência da horda primitiva que não permitirá – pela instituição do remorso e da proibição do incesto e do assassinato – que o lugar do pai possa ser ocupado por um indivíduo tentado a usurpar o gozo do poder sobre os demais.



Freud II: a exigência da justiça

Dica de leitura:



*O mal estar na civilização (1929) -
Sigmund Freud (1856 – 1939)*

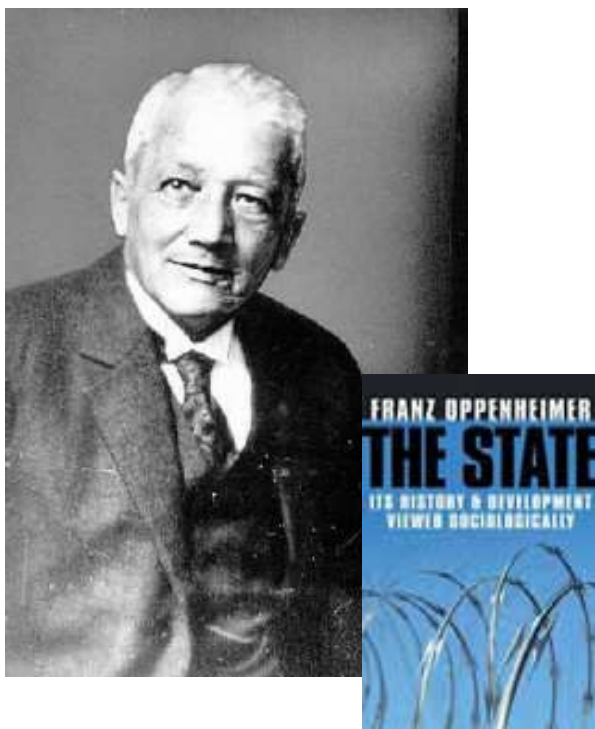
Em contraponto à idéia e da política pública do *Welfare State*, a doutrina freudiana do *Mal-estar na civilização* não vislumbra na nova organização do Estado um instrumento de mitigação das três grandes fontes de mal estar e infelicidades humanas: a debilidade e envelhecimento do corpo, as catástrofes da natureza e a vida social e política dos cidadãos.

Se Freud aponta a sociedade e suas leis como fonte do mal estar, afirma também que “*a primeira exigência da civilização é a justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo*”. Mas não nos parece que veja com clareza que o Estado, para além de se constituir como instituição judiciária criada pelo homem para a aplicação das leis, é também a garantia maior da igualdade dos homens perante estas mesmas leis, suas liberdades civis e políticas e, sobretudo, a da busca de sua felicidade.



Oppenheimer: intervencionismo do Estado

Dica de leitura:



O Estado (1908)
- Franz Oppenheimer (1864 – 1943)

A origem do estado se deu na base da conquista, e não através de um "contrato social".

Para Oppenheimer, existem somente duas formas de se obter os bens e serviços demandados: a via política e a via econômica. A primeira representa o uso da força, da coerção, da conquista, enquanto a segunda representa o método das trocas voluntárias, do consentimento.

Para ele, intervencionismo de Estado é “*o conjunto de normas restritivas impostas pelos órgãos governamentais, nacionais ou internacionais, e aos donos dos meios de produção e empresários, forçando-os a empregar os seus recursos produtivos e financeiros de uma forma diferente do que fariam se não estivessem sujeitos a tais normas restritivas*”.



Weber: o espírito do capitalismo

Dica de leitura:



Quando a limitação do consumo é combinada com a liberação das atividades de busca de riqueza, o resultado prático inevitável é o acúmulo de capital mediante a compulsão ascética para a poupança, pois as restrições impostas ao gasto de dinheiro servirão naturalmente para aumentá-lo, possibilitando o reinvestimento produtivo do capital.

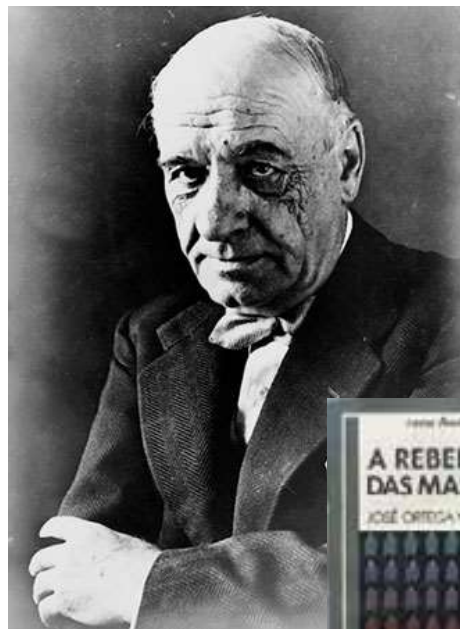
Por outro lado, a imobilização de capital na compra de terras, por exemplo, é dispensável na medida mesma da honra da palavra empenhada e da força e da firmeza dos contratos de arrendamento mercantil, próprios do ascetismo laico protestante. Se Marx explica a história pela determinação econômica em última instância, Weber vai contrapor com a determinação ideológica e religiosa.

A ética protestante e o espírito do capitalismo (1905) - Max Weber (1864 – 1920)



Ortega y Gasset: a rebelião das massas

Dica de leitura:



A questão que se torna preocupante diante da fúria das recentes manifestações sociais no Brasil, não é propriamente a ameaça do advento do homem-massa, mas a ausência e omissão dos melhores cidadãos. Parafraseando San Tiago Dantas: “o Brasil tem um grande povo e uma elite de bosta”.

Leia-se o próprio pensador espanhol: *“É imoral pretender que uma coisa desejada se realize magicamente, simplesmente porque a desejamos. Só é moral o desejo acompanhado da severa vontade de prover os meios da sua execução. É necessário reforçar os fins morais da Educação e estimular, na minoria, a missão de esclarecer os demais. Muitos homens, como as crianças, querem uma coisa, mas não as suas consequências”*.

“Nas revoluções, a abstração tenta sublevar-se contra o real: por isso o fracasso é consubstancial às revoluções. A revolução não é a sublevação contra a ordem preexistente, mas a implantação de uma nova ordem que vira a tradicional pelo avesso.”

A Rebelião das Massas, José Ortega y Gasset

A rebelião das massas, 1930

José Ortega y Gasset (1883 – 1955)



Werner Jaeger: a formação do cidadão

Dica de leitura:



Paideia (1936) era o "processo de educação em sua forma verdadeira, a forma natural e genuinamente humana" na Grécia antiga. Veja-se que ironia da história, justamente na década de ascensão do Nazismo. O termo também significa a própria cultura construída a partir da educação. Era o ideal que os gregos cultivavam do mundo, uma vez que o próprio governo era muito valorizado pelos gregos.

A *Paideia* combinava *ethos* (hábitos) que o fizessem ser digno e bom tanto como governado quanto como governante. O objetivo não era ensinar ofícios, mas sim treinar a liberdade e nobreza. *Paideia* também pode ser encarada como o legado deixado de uma geração para outra na sociedade. Mas, se até então o objetivo fundamental da educação era a formação aristocrática do homem individual como *Kalos agathos* ("belo e bom"), a partir do século V a.C., exige-se algo mais da educação.

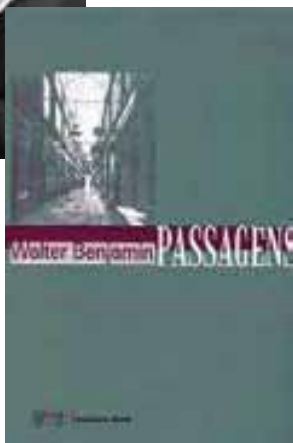
Para além de formar o homem, a educação deve ainda formar o cidadão.

Paideia (1936) – Werner Jaeger
(1888 – 1961)



Walter Benjamin: o Estado de emergência

Dica de leitura:



Passagens (Das Passagen-Werk / 1955)
Walter Benjamin (1892 – 1940)



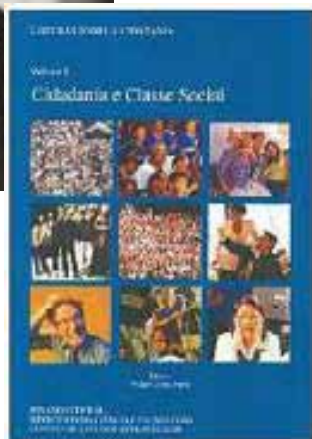
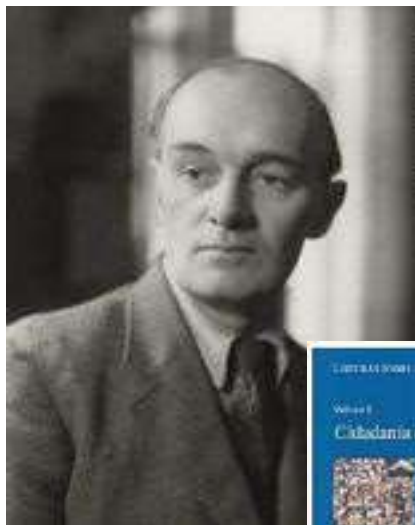
Eqüidistante das três principais correntes filosóficas que o influenciaram, o idealismo alemão, o materialismo histórico e o misticismo judaico, Walter Benjamin negava as dicotomias do despotismo moderno, tanto a do Estado capitalista governando pela lógica do consumo quanto os Estados comunista e fascista governados pela lógica coletivista.

Basta ver um de seus iluminados *insights*, como o da correspondência da estetização da política do nazismo versus a politização da arte pelo realismo-socialista, observação de uma argúcia filosófica e premonição histórica surpreendentes.

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o “Estado de emergência” no qual vivemos não é uma exceção, se não a própria regra do Estado.”

Marshall: cidadania e classe social

Dica de leitura:



Cidadania e Classe Social (1949)
Thomas Humphrey Marshall (1893 - 1981)

Os direitos civis seriam os primeiros, surgidos no século XVIII; os políticos estão ligados ao século XIX; e os sociais, ao século XX.

Sendo que a literatura sociológica moderna atribui ao século XX o surgimento de uma quarta geração de direitos difusos relativos aos direitos dos consumidores e do meio ambiente.

O que abriria na nossa concepção um novo campo de direitos econômicos ao consumo consciente e ao controle social dos governos, mandatos e orçamentos públicos como forma de garantia de fato dos direitos sociais e não de sua manipulação demagógica pelos políticos.



Marshall II: direito à igualdade de oportunidade



Cidadania é um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade. Todos aqueles que possuem um status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. E esta também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores. É, portanto, compreensível que o impacto da cidadania sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos.

A igualdade implícita no conceito de cidadania (igualdade de oportunidades e perante a lei), embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe, que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos devem inevitavelmente enfraquecer e destruir a justiça de classe, e a liberdade pessoal, como um direito natural universal, deve eliminar a servidão.



Hayek: legalidade e justiça

Dica de leitura:



Hayek resgata o valor universal da legalidade e da justiça através da desmistificação esquerdista do valor da igualdade, afirmando a posição liberal clássica da negação de todo privilégio concedido pelo Estado que não a igualdade perante a lei e as condições de oportunidade de ascensão social.

Na verdade, o que Hayek procurou fazer durante toda a sua vida foi resgatar o sentido histórico do liberalismo clássico inglês do século XVII contra a tempestade romântica e utópica de todos as correntes socialistas que dominaram corações e mentes a partir do século XVIII. Hayek desmonta a “inevitabilidade” da planificação centralizada no Estado na medida em que a mesma interfere na livre formação dos preços nos mercados, condição fundamental para a própria racionalidade do planejamento econômico.

*O caminho da servidão (1944) -
Friedrich Hayek (1899 – 1992)*



Voegelin: a manutenção da democracia

Dica de leitura:



*Ordem e História – 5 volumes
(2009/2010) – Eric Voegelin
(1901 – 1985)*

São três os fatores para a manutenção da democracia: elites democráticas convictas do valor da liberdade e da dignidade humanas, um sistema eleitoral livre e transparente, e programas e propostas de governo claras e verdadeiras.

Por exemplo, pode-se escrever uma constituição em seis meses; ou jamais escrevê-la, como no caso inglês. Já um sistema político-eleitoral e partidário livre e transparente, pode-se levar seis anos. Já uma elite política verdadeiramente democrática, que não caia na tentação totalitária das tiranias ou oligarquias, pode levar até 60 anos, ou mais de duas gerações para a sua construção.

A maior contribuição de Voegelin à filosofia política contemporânea se dá na sua concepção da república enquanto *politéia*. Aliás, a própria *República* de Platão se intitulava em bom grego antigo de *Politéia* que, neste sentido, implica mais na ação política do cidadão do que no ordenamento jurídico institucional.



Popper: a defesa da sociedade aberta

Dica de leitura:



A sociedade aberta e seus inimigos (1945) – Karl Popper (1902 – 1994)

Popper considera que a alternância de poder das democracias liberais é o instituto imprescindível para a convivência pacífica entre os homens e o desenvolvimento social da humanidade.

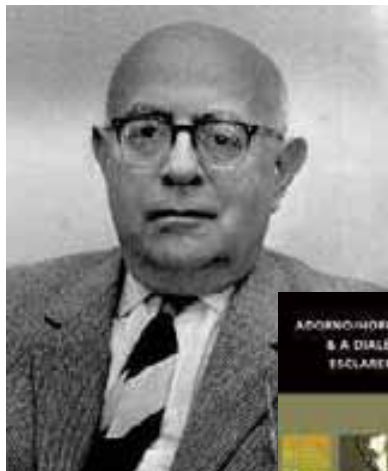
Como sua teoria do conhecimento encara a ciência como um processo crítico de resolução de problemas, Popper irá defender radicalmente as organizações sociais que facilitem a livre proposição crítica, o que denomina a sociedade aberta. Os que advogam as liberdades civis sem restrições são na verdade inimigos da liberdade e devem ser combatidos com vigor pelas instituições democráticas. Neste sentido, a intervenção do Estado se faz necessária para que se faça justiça e a própria economia concorrencial se torne eficaz.

Portanto, antes de nos perguntarmos quem deve exercer os governos, devemos nos perguntar quem pode reduzir mais o desgoverno facilitando a transparência e o controle das políticas públicas por parte dos cidadãos.



Adorno: a perda dos valores da liberdade

Dica de leitura:



A Dialética do Esclarecimento (1947)
– Theodor Adorno (1903 – 1969)

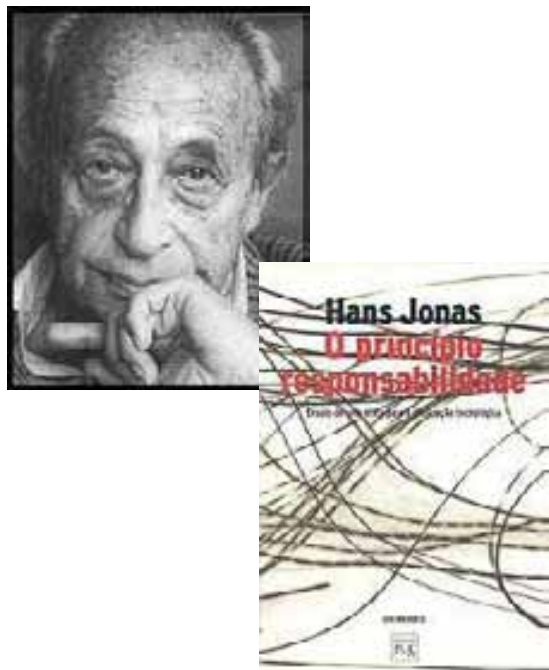
O filósofo alemão Theodor Adorno faz de sua obra uma das mais férteis produções da chamada Escola de Frankfurt que, durante as guerras mundiais do século XIX, vai propor a Teoria Crítica sobre a perda dos valores liberais do indivíduo pela sociedade de massa e a indústria cultural, a *Kulturindustrie*. Critica também a “desartização” da arte, através do neologismo *Entkünstung*, criado por ele mesmo.

Segundo Adorno, a atual civilização técnica, surgida do espírito do Iluminismo e do seu conceito de razão, não representa mais que um domínio racional sobre a natureza, que implica paralelamente um domínio (irracional) sobre o homem; os diferentes fenômenos de barbárie moderna (fascismo e nazismo) não seriam outra coisa que não as piores manifestações desta atitude autoritária de domínio sobre o outro.



Hans Jonas: ética ecológica

Dica de leitura:



O princípio de responsabilidade: uma ética para a civilização tecnológica (1990) – Hans Jonas (1903 – 1993)

As gerações atuais têm responsabilidade pelos direitos à vida e à segurança ambiental das gerações futuras.

O novo imperativo moral, derivado de Kant, deve se formular positivamente: *age de modo que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana na terra.*

Ou mesmo negativamente: *age de modo que os efeitos de tua ação não destruam a possibilidade de vida futura na terra.*



Hanna Arendt: origens do totalitarismo

Dica de leitura:



Origens do Totalitarismo (1951)
– Hanna Arendt (1906 – 1975)

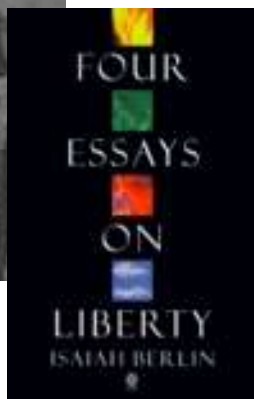
Cidadania é o direito de ter direitos. No entanto, o preceito tem sido usado pela metade, como demagogia de viés socialista, pois à garantia de qualquer direito deve corresponder sempre uma “obrigação política”, qual seja a de o cidadão oferecer resistência à opressão e à tentação totalitária dos governantes, através de sua ação de oposição, participação e até mesmo da desobediência civil.

Para Arendt, o totalitarismo é identificado com três ocorrências políticas: o isolamento dos indivíduos da livre convivência social; o terror objetivo e subjetivo, ou exterior, via os aparelhos repressivos do Estado, e interior, via ideologia dogmática; e a dominação do indivíduo, via a abolição da distinção público/privado.



Isaiah Berlin: liberdade e cultura política

Dica de leitura:



Quatro ensaios sobre a liberdade (1969)
– Sir Isaiah Berlin (1909 – 1997)

Numa abordagem histórica, onde a liberdade já teve mais de duzentos sentidos diferentes entre os mais variados pensadores, o filósofo inglês resume o entendimento da liberdade em apenas dois tipos.

A liberdade negativa como a liberdade anterior à lei; a liberdade enquanto aquilo que não pode prejudicar o outro.

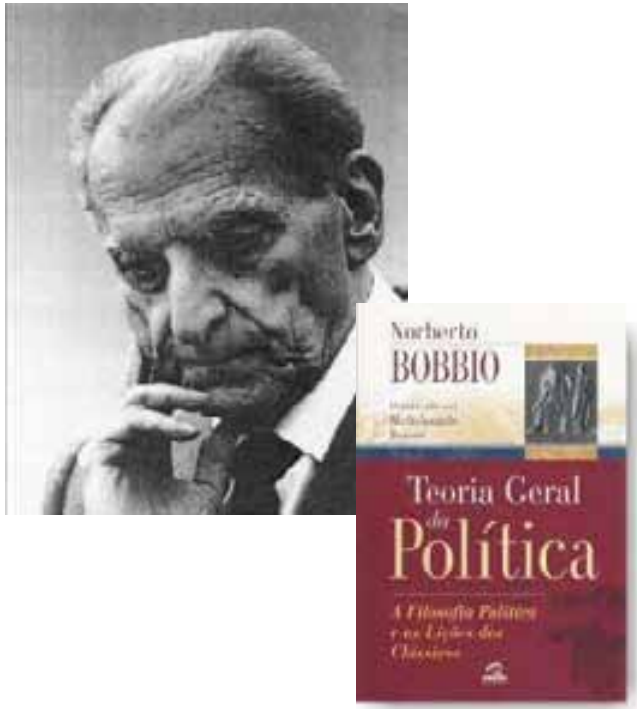
A liberdade positiva é a liberdade posterior à lei, de tudo aquilo que não podemos fazer segundo o poder político delegado aos governantes.

Enquanto a liberdade negativa é a liberdade como não-interferência, a liberdade positiva é a liberdade como participação na definição de fins coletivos.



Bobbio: política é para o bem comum

Dica de leitura:



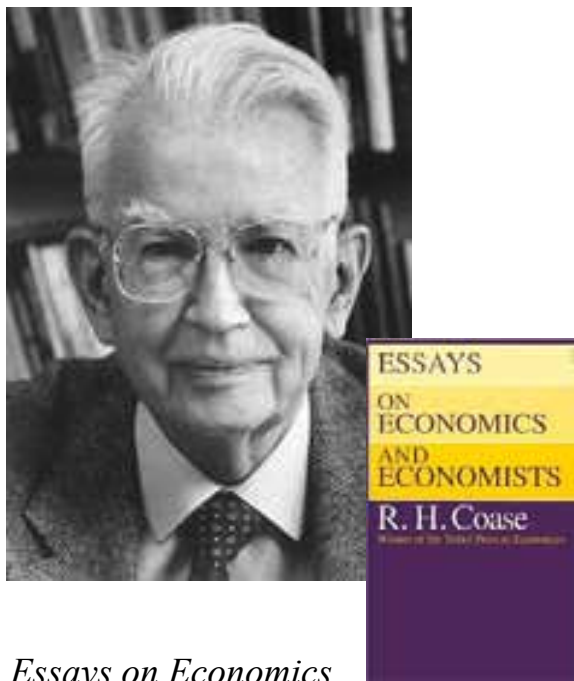
Teoria geral da política (1990)
Norberto Bobbio (1909 – 2004)

É um dos grandes arautos do fim das ideologias no âmbito dos países mais desenvolvidos, quando grandes conquistas até então ditas socialistas são incorporadas às grandes economias de mercado europeias e americana, como universalização da previdência, monopólio do Estado na emissão da moeda, controle do comércio exterior, compensações à desigualdade de renda, livre negociação sindical, tributação progressiva etc. Todavia, adverte a cidadania para a condução dos negócios do Estado: o que garante a democracia é o multipartidarismo. O que torna moralmente ilícita toda forma de corrupção política é a presunção de que o homem político que se deixa corromper coloca o interesse individual à frente do interesse coletivo, o bem próprio à frente do bem comum. E assim fazendo falta ao dever de quem se dedica ao exercício da atividade política.



Coase: as externalidades

Dica de leitura:



*Essays on Economics
and Economists (1995)
Ronald Coase (1910 –)*

As externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão.

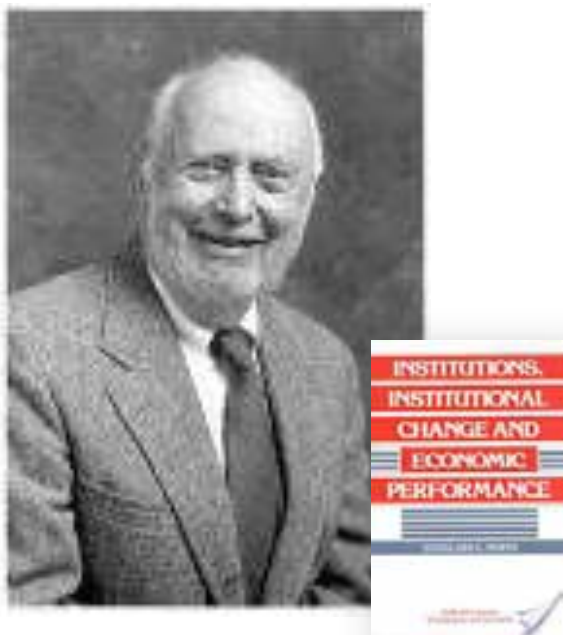
O Teorema de Coase é uma teoria desenvolvida pelo economista Ronald Coase (Prêmio de Ciências Econômicas, 1991), que busca resolver as externalidades, provocadas nos mercados.

Basicamente, segundo o Teorema de Coase, se os agentes envolvidos com externalidades puderem negociar (sem custos de transação) a partir de direitos de propriedade bem definidos pelo Estado, poderão negociar e chegar a um acordo em que as externalidades serão internalizadas.



Douglass North: o valor das instituições

Dica de leitura:



*Institutions, Institutional Changes
and Economic Performance (1990)
Douglass North (1920 –)*

“A liberdade, a igualdade e a democracia só sobrevivem com base no poder controlado. A função principal das instituições é ajustar os limites da igualdade aos limites da liberdade. Liberdade e igualdade são preservadas como bens comuns na razão direta da eficiência das instituições”.

“Instituições são as restrições estabelecidas por nós de forma a estruturar a interação humana. Elas são constituídas de restrições formais (regras, leis, constituições), informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e suas características impositivas. Em conjunto, as instituições definem a estrutura de incentivos das sociedades e, especificamente, das economias. As instituições e a tecnologia empregada determinam os custos de transação e transformação que se somam aos custos de produção.”



John Rawls: liberdades e direitos

Dica de leitura:



Teoria da Justiça (1971)
John Rawls (1921 – 2002)

O que faz de John Rawls o mais importante pensador político da segunda metade do século XX, são suas contribuições para a ética e a teoria política através de sua teoria da justiça, por ele denominada “*justice as fairness*”, onde a justiça é sempre a busca de equilíbrio e equidistância entre duas partes, atributo mais do juiz do que a igualdade que é atributo das partes, enquanto cidadãos em conflito que exigem tratamento igual diante da lei. O próprio conceito de Rawls do *the veil of ignorance* remete à clássica alegoria da deusa Têmis com a venda sobre os olhos para garantir que não vê as circunstâncias sociais das partes, mas apenas as razões de seus argumentos diante da lei.

As convergências dos princípios da igualdade e da liberdade em Rawls são os mais importantes para a compreensão da democracia liberal e suas chances de sobrevivência em um novo século que viu se esgotarem os velhos receituários socialistas e liberais.



Zygmunt Bauman: medo líquido

Dica de leitura:



Medo líquido (2006)
Zygmunt Bauman (1925 –)

O socialismo pode ser definido de um modo muito simples, pela qualidade de vida de seus membros mais fracos. Se se pensa, por exemplo, num dos fundadores do liberalismo moderno, John Stuart Mill, nota-se que ele também chegou ao socialismo por acreditar que para implementar o programa liberal, o programa da liberdade humana, é necessário uma distribuição justa de oportunidades, diminuindo-se a distância entre os membros mais ricos e os mais pobres da sociedade.

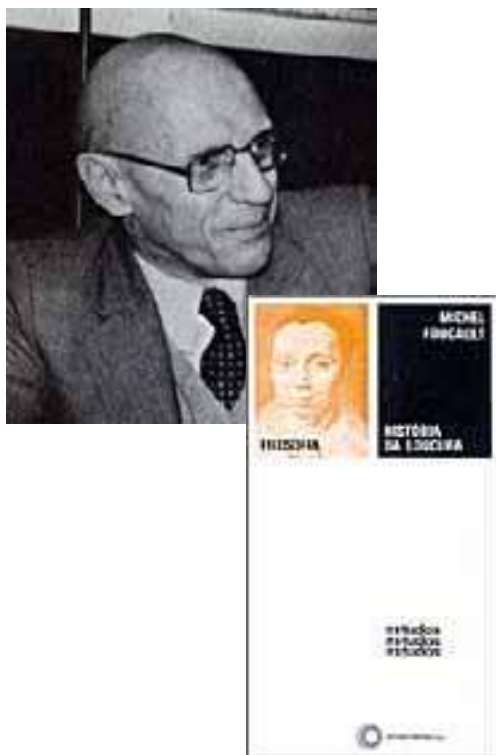
E, se nos lembrarmos de Lord Beveridge, o criador do Estado de bem-estar social britânico, o caso é o mesmo. Ele não era um socialista e não se definiu jamais como tal.

Para resumir, tudo se reduz à questão muito simples de que há dois valores igualmente indispensáveis para uma vida humana decente e digna: liberdade e segurança. Não se pode ter um sem que se tenha o outro. Esse é o ponto de encontro entre socialismo e liberalismo



Foucault: saber e poder

Dica de leitura:



História da Loucura (1961)
– Michel Foucault (1926 – 1984)



O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, mas sobretudo fora das instituições do Estado, como na família, escola, meios de comunicação, artes, empresas etc. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo práticas sociais e a própria subjetividade humana.

O aparecimento de uma nova forma de poder acompanha sempre o surgimento de um novo sistema de conhecimento. Foucault chama de *episteme* o conjunto de pressupostos, preconceitos e tendências que estruturam e delimitam o pensamento dominante de uma determinada época histórica. Assim como Marx, relido por Althusser, vai chamar de *ideologia dominante*. O que determina inclusive o que alegamos como verdade. Mas indaga ironicamente de que se trata “a tomada do poder” (do Estado) preconizada pelos marxistas.

Amartya Sen: desenvolvimento como liberdade

Dica de leitura:



Desenvolvimento como liberdade
(1999) – Amartya Sen (1933 –)

Prêmio Nobel de Economia em 1999, Amartya Sen repensa a liberdade para além do fenômeno político, integrando-a na questão econômica e social.

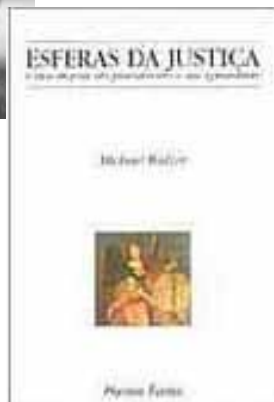
Amartya demonstra que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que pode oferecer à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura.

A expansão da liberdade é o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal para o desenvolvimento: *“um país, antes de estar preparado para a democracia, deve estar preparado pela democracia, uma vez que a democracia é um valor universal do humanismo e, sem dúvida alguma, a maior conquista da humanidade consolidada globalmente nesta primeira década do século”*.



Michael Walzer: guerra justa

Dica de leitura:



Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade (1983)
– Michael Walzer (1935 –)

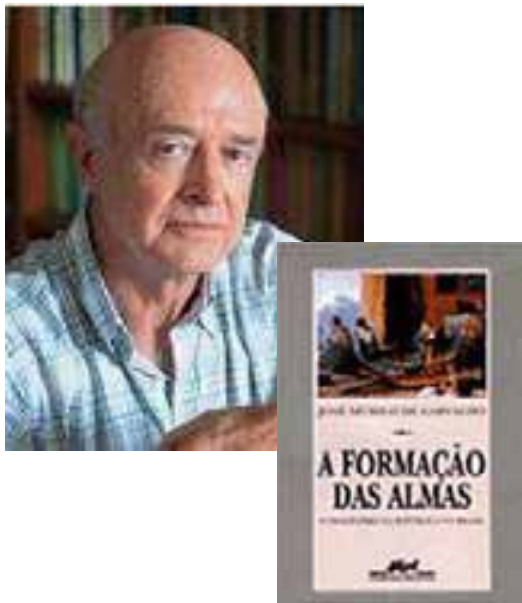
A sociedade distribui não só a riqueza e o poder - mas outros "bens" sociais, como reconhecimento, educação, trabalho, proteção social, lazer e até amor - de forma desigual e estes “bens” não devem servir como meio de dominação política, numa nova e criativa teoria da igualdade.

Neste sentido deverá haver uma intervenção mais sustentada do Estado a favor da justiça social, contra a pobreza e pela igualdade complexa, sobretudo nos domínios do emprego, da proteção social e da educação básica, contrastando com as posições dos *libertarians* e se identificando com um social-liberalismo.



José Murilo: a formação das nossas almas

Dica de leitura:



A Formação das Almas (1990)

José Murilo de Carvalho (1939 -)

O que marca o romantismo positivista brasileiro é a contradição da superação da base da razão (a ordem) pelo amor (o princípio) para se chegar à ação-fim (progresso), quando na verdade o que se suprimiu no tríptico comteano foi o próprio princípio do amor-justiça.

Este seria o grande mistério da formação de nossas almas tão mais afeitas ao individualismo e à omissão política e incapazes de construir uma verdadeira cultura de cidadania.



Michael Sandel: as concepções de Justiça

Dica de leitura:



Justiça, o que é fazer a coisa certa (2011)

Michael Sandel (1953 -)

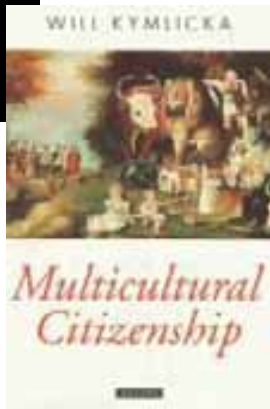
São três as principais concepções de justiça:

- A concepção utilitarista de maximização da felicidade de todos da tradição empiricista inglesa.
- O respeito incondicional às liberdades dos cidadãos, tanto das liberdades de escolha no mercado quanto das escolhas hipotéticas da concepção moral kantiana.
- E, por fim, a atualização por John Rawls da concepção clássica de Aristóteles que implica no dever de uma cultura da virtude civil preconizada pelas instituições do estado e na ênfase do bem comum preconizada pelas empresas e pelas organizações da sociedade civil.



Will Kymlicka: a nova teoria da cidadania

Dica de leitura:



Multicultural Citizenship (1995)

Will Kymlicka (1962 -)

A verdade democrática não está nos extremos, entre os valores da liberdade e da igualdade, senão na sua equidistância.

“A saúde e estabilidade de uma moderna democracia não depende apenas da justiça e de suas instituições básicas, mas também das qualidades e das atitudes de seus cidadãos”.

A democracia resulta não apenas de um ambiente político de pluralismo, ou dos valores morais de seus cidadãos, seu senso de equidade e concepção do bem comum, mas na sua capacidade e disposição de influir em políticas públicas, tanto através do voto como da deliberação direta através de consultas, pesquisas, referendos, plebiscitos, fóruns e outros instrumentos.



Para refletir e praticar



Para vocês, Cidadania É...



Citação

"O Amor por princípio, a Ordem por base, e o Progresso por fim" Auguste Comte

"O amor, como valor e princípio maior da humanidade, se identifica como a expressão afetiva da justiça; esta nada mais é do que a expressão social do amor"



QUESTÃO: Quem roubou o Amor-justiça?



Amor, Ordem e Progresso?

Miguel Lemos
(1854 - 1917)



Teixeira Mendes
(1855–1927)



“O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim” – fórmula máxima do positivismo.

O lema de nossa bandeira nacional é um díptico derivado de uma variante desta fórmula, do próprio Comte.



Entendimento da marca nos símbolos da nacionalidade

A bandeira: ordem & progresso?



O desprovinimento da cidadania é como uma orfandade coletiva, que começa com o desprovinimento da autoria, passa pelo desprovinimento da autoridade e acaba com o desprovinimento da autonomia.



D. Pedro republicano & D. Sebastião

O trauma do abandono paterno



*D. Pedro II morto em Paris -
fotografia de Paul Nadar*

D. Pedro II considerava que a própria monarquia parlamentarista era uma forma de preparação do país para a república, desde que o grau de civilização da nação estivesse a essa altura.

E aqui é que colocamos a indagação: passados um século, chegamos mesmo a um grau de civilização que suporte uma verdadeira república, uma cultura de cidadania que de fato a exija?



O Hino Nacional: filhos da mãe?

I

Ouviram do Ipiranga...

... Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria
morte!

Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!...

... E o teu futuro espelha essa
grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!...

II

... Do que a terra mais garrida,
Teus risonhos, lindos campos têm
mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais
amores".

Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!...

... Nem teme, quem te adora, a
própria morte.
Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,

Ó pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

*Em nosso emblemático hino-
destino é significativa a
omissão ou exclusão da figura
do pai, cuja função é a de nos
forjar a consciência de
direitos, nos preparando não
apenas para a vida, mas
sobretudo para a convivência
social; só nos resta mesmo
“paz no futuro e glória no
passado”. Pois no presente, só
temos mesmo é a própria
omissão do Direito e da
Justiça, que é a mãe perversa e
gentia de todas as violências.*

Para entender o Hino Nacional brasileiro



*Para entender o
Hino Nacional
Brasileiro (2002) –
J. C. Martins*

A feminilização dos símbolos positivistas de Palas Atena como símbolo da República se opõe não apenas à virilidade monárquica, mas também à completa emancipação do cidadão. O que fica claro na renitente referência ao “teu seio”, “mãe gentil”, “pátria amada, idolatrada”, “berço esplêndido”, “nossa vida em teu seio mais amores”, é que nossa orfandade paterna não nos ensina que o preço da liberdade é o respeito à lei. E o preço da justiça, que pode existir no presente assim como a paz no futuro e a glória no passado, pode ter um custo que não seja necessariamente a própria morte!

O que o hino não diz é de nosso dever cívico maior de sermos mais filhos de instituições jurídicas e políticas que devemos nos esmerar em construir do que sermos filhos da mãe gentil do solo em que se plantando, tudo dá... Pois o caminho da cidadania é emancipação política e radicalidade democrática.



Os símbolos nacionais e a república



Bandeira do Brasil Império



*“Esquisse de La République”, de
Honoré Daumier (1848)*

*Revista Veja,
14/11/2007*



O Império foi mais republicano do que a República. Até hoje, no Dia da Proclamação da República, o personagem lembrado não é Deodoro ou Benjamin Constant, mas sim D. Pedro II.



A prova maior do pastiche: a bandeira nacional



Bandeira do Império



Bandeira da República

Se o hino nacional conservou a mesma melodia do Império, a bandeira manteve as cores e a mesma estrutura gráfica: o retângulo verde dos Bragança e o quadrângulo amarelo dos Habsburgos. No lugar do brasão do globo terrestre sob a coroa e a cruz de Malta, cercado de 19 estrelas (províncias), a constelação do Cruzeiro do Sul com 27 estados! E o grande ato falho da supressão do Amor/Justiça do lema tríptico positivista!



O país das excelências setoriais



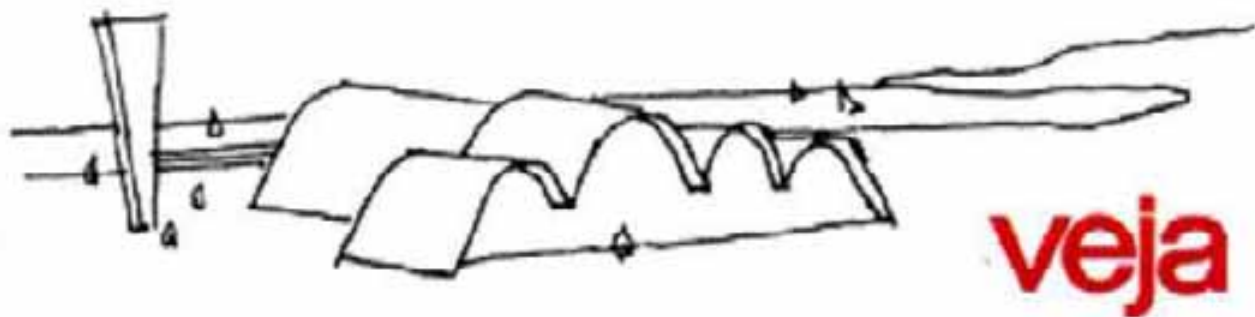
Somos extremamente competitivos em muitas áreas, como esportes, medicina, engenharia, combustíveis etc. Mas um time só de “Pelés” é um bom time?

Para um coletivo, um bom equilíbrio de medíocres é melhor que o desequilíbrio de gênios individuais.

No que se refere à produção simbólica de valores, temos na miséria cultural de nossa Política um câncer linfático, que vem contaminando a excelência de todos os setores.



Os surtos retóricos da cultura brasileira



**Afirmção da cultura -
Anos 20 e 30**

**Expansão -
Anos 40 e 50**

**Integração -
Anos 60 em diante**



A genialidade da cultura X a miséria política



Em O Bem Amado, seriado televisivo do imortal Dias Gomes, o prefeito corrupto Odorico Paraguassu foi imortalizado por Paulo Gracindo.

Se as aventuras e desventuras de um prefeito corrupto no magistral seriado de Dias Gomes fazem rir, na vida real não é possível nos acomodar ante os descabimentos que vivenciamos diariamente com nossos “Odoricos Paraguassus” de plantão que, na verdade, riem dos cidadãos enquanto tratam como privado o patrimônio público.

A mídia é ambígua e não constrói a crença nas instituições da democracia. O jornalismo de isenção parodia o entretenimento no denunciismo generalizado da desqualificação da representação política, que desmobiliza a cidadania e se silencia sobre a omissão das elites e sua suspeita cumplicidade com a bandalheira da vida pública nacional.



Herói ou apenas um mártir?

“Martírio de Tiradentes”, quadro de Aurélio de Figueiredo (1893)



A diferença do grande nome da nossa independência, Tiradentes, e os *Founding Fathers* da história americana é que, enquanto eles efetivamente criaram um novo paradigma, e a conquista da liberdade para o seu país, o nosso foi um mártir, que não conseguiu seu objetivo.



Detalhe do frontispício do Capitólio, em Washington/DC, que mostra os principais Founding Fathers da independência americana (John Adams, Thomas Jefferson, George Washington e Benjamin Franklin) lendo o documento para colonos.



O ministério do mercado adverte: *os governos fazem mal à saúde das empresas*

Livre empreendedorismo
com recursos
estritamente privados



*Santos Dumont e seu
Demoiselle em Paris, 1907*

Empreendimento de
origem privada em
relação promíscua com
os governos



*Antiga Varig – início das
operações em 1927*

Resgate do livre
empreendedorismo
nacional nos mercados
internacionais



*Embraer – vendas para mais
de 68 países*



Central do Brasil e a Pietà invertida



A Pietà de Michelangelo talvez seja o maior ícone da cristandade depois da imagem da crucificação que é o próprio símbolo do cristianismo. A sua imagem simboliza a dor da mãe perante o filho morto, mas também a resignação perante os desígnios divinos. Pois a legenda que define o cristianismo está no capítulo 3 do evangelho de São João: *“Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”*.

Ou seja, com relação ao seu atributo de misericórdia e piedade, o Deus do cristianismo difere integralmente do Deus judaico no episódio da Torá em que, ainda pequeno, Isaac foi instrumento da maior prova de fé de Abraão, quando Deus ordenou que ele levasse Isaac ao alto de uma colina para sacrificá-lo. Ao ver Abraão resignado e com uma faca pronta para degolar o seu filho, Deus enviou um anjo para impedir de matá-lo. A genialidade da cultura brasileira expressa a ótica de nossa orfandade congênita quando apresenta o filho consolando a própria mãe, tão ou mais desamparada do que ele próprio! Ousada contribuição de uma "Pietà invertida" da cultura brasileira a todo o legado simbólico da tradição judaica-cristã!



Uma lenda judaica

Certa vez, Deus convidou um Rabino para conhecer o céu e o inferno.



Ao abrirem a porta do inferno, viram uma sala em cujo centro havia um caldeirão onde se cozinhava uma succulenta sopa. Em volta dela, estavam sentadas pessoas famintas e desesperadas. Cada uma delas segurava uma colher de cabo tão comprido que lhe permitia alcançar o caldeirão, mas não suas próprias bocas. O sofrimento era imenso. Em seguida, Deus levou o Rabino para conhecer o céu. Entraram em uma sala idêntica à primeira: havia o mesmo caldeirão, as pessoas em volta, as colheres de cabo comprido. A diferença é que todos estavam saciados. "Eu não compreendo", disse o Rabino. "Por que aqui as pessoas estão felizes, enquanto na outra sala morrem de aflição, se é tudo igual?". Deus sorriu e respondeu: "Você não percebeu? É porque aqui eles aprenderam a dar comida uns aos outros."



A formação do cidadão

(Para além da dialética do peixe & da vara)

*“Se você quer
formar um
cidadão
consciente, não
lhe dê o peixe,
mas sim a vara.”*

Mas se você quer formar um cidadão atuante, além da vara, dê a iniciativa do arremesso embutida no molinete.

Tanto é que a penúria do moleque mais pobre dispensa a vara e até a isca, mas jamais a linha enrolada na lata.



Jogo de Cena: a miséria da representação



*Eduardo Coutinho,
diretor do longa “Jogo
de Cena” (2007)*

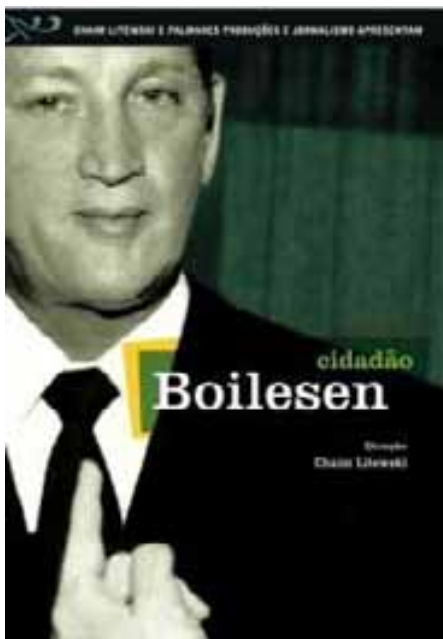
Para além do filme/documentário, “Jogo de Cena” é a grande alegoria da cultura do pastiche brasileira.

A pergunta que o filme levanta é a mesma que pode ser feita em relação à “performance” de nossa classe política: como detectar a diferença entre um depoimento real e a sua interpretação? Ao nos perguntarmos “O que é verdade e o que é simulação?” nos vemos arrebatados num jogo de cena político, essência da questão fundamental: “O que é democracia e o que é demagogia, como pastiche e deturpação da democracia?”.

Vale a pena conferir este clímax da expressão cultural brasileira. Sobretudo num momento em que cabe à cidadania mais consciente a missão histórica de resgatar a verdade da nossa representação política, onde se finge, se engana, simula e dissimula mais do que o mais talentoso dos atores! Assim como o jogador dribla para a arquibancada e o ator interpreta para a platéia, o político engana o eleitorado por interesse privado ou corporativo, e na falta de uma cultura de plena cidadania.



Cidadão Boilesen: empresariado e cidadania



Cidadão Boilesen - com direção de Chaim Litewski (2009) - foi premiado no Festival Internacional de Documentários É Tudo Verdade de 2009 e no Festival do Rio e do Cinesul.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o filme “Cidadão Boilesen” não se limita a investigar a vida e o papel do dinamarquês naturalizado brasileiro Henning Boilesen na ditadura brasileira. Na verdade, é uma investigação muito mais densa e espinhosa sobre as relações do empresariado civil com os órgãos de repressão do regime militar no período da ditadura (1964 – 1985), passando pelo período final da distensão “lenta e gradual” e da lei de anistia de 1979.

Na perspectiva da cidadania, é fundamental o alerta sobre a importância da ação empresarial clara e manifesta no que concerne ao seu poder de realização de programas de apoio e desenvolvimento da consciência e educação política da sociedade, exatamente para que ela não sirva de massa de manobra de políticos demagógicos ou radicais totalitários a exemplo do que tem agitado novamente vários países latinoamericanos.



Modelos da tradição literária idealista/heróica ocidental



- Papagueno x Tamino
- Dom Quixote x Sancho Pança
- Pinocchio x “grilo falante”



Modelos da tradição realista (farsa) inglesa/americana

- Mutt & Jeff
- Laurel & Hardy
- Batman & Robin
- Donald e Tio Patinhas
- Mickey e Pateta



O realismo fantástico latino-brasileiro

- Macunaíma (Mario de Andrade)
- Grande Otelo/Oscarito/Mazzaropi
- Amigo da Onça (Péricles)
- Jeca Tatu (Monteiro Lobato)
- Zé Carioca/Panchito
- Fradim (Henfil)



A construção do imaginário brasileiro - I

Da Colônia ao Império



O imaginário político e cultural brasileiro foi primeiramente construído em torno de valores basicamente cristãos jesuíticos e da ordem da caridade, piedade e solidariedade.

Em 1790, em Diamantina/MG, o padre Rolim juntamente com o capitão Manoel Rodrigues de Carvalho decidiram adquirir o prédio que seria depois doado ao ermitão Manoel Jesus Fortes, para que ele pudesse construir ali um hospital.



A construção do imaginário brasileiro - II

Do Império à República Velha



Mesmo o célebre grito do Ipiranga de "Independência ou morte!", atribuído a D. Pedro I em 1822, é pastiche do "Give me liberty, or give me death!", de Patrick Henry na convenção de Virgínia que antecedeu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776.

Esta etapa se deu em torno dos valores positivistas e nacionalistas, da ordem econômica emancipacionista e expansionista. A tradição crítica do liberalismo clássico, que poderia nos instruir para uma autonomia e protagonismo políticos propriamente ditos, passou de longe, no máximo como puro pastiche do que acontecia no mundo político saxão, como demonstram os episódios sucessivos e fracassados da inconfidência mineira, da elevação de colônia a reino, com o traslado da família real e, logo depois, da passagem do poder de D. João VI para o filho D. Pedro I.



A construção do imaginário brasileiro - III

A República Nova



Os últimos esforços foram o getulista, de implantação de uma ordem política trabalhista-previdenciária, e o retórico desenvolvimentista do período JK.

Na foto, JK na inauguração da fábrica da Volkswagen, em 1959.

Inauguramos o nacionalismo assistencialista sem a devida crítica liberal aos desmandos dos governantes. Pode-se até dizer que permanecemos nos valores do patriarcado oligárquico providencialista e demagogo até os dias de hoje.

E aí paramos. Não temos mais um projeto nacional de construção de nosso imaginário político e cultural. Entramos numa grande pasmaceira de ceticismo e cinismo, e de desconstrução do civismo e do nacionalismo desenvolvimentista.



A construção do imaginário brasileiro - IV

A partir da Constituição de 88



O presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, apresenta a Constituição em 5 de outubro de 1988.

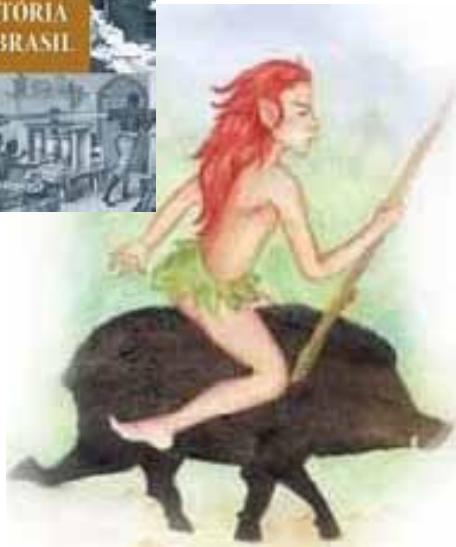
Ele a chamou de 'Constituição Cidadã'.

Desde 1988, estamos com um crescimento pífio diante dos anos da Bossanova.

Do ponto de vista do desenvolvimento político e da consolidação institucional o desempenho também é medíocre. Sequer o trabalho de limpeza da casa, a remoção básica do entulho autoritário e das práticas da demagogia e maus costumes políticos, tivemos a coragem de levar a cabo.



Uma breve história do Brasil



*Uma breve história do Brasil - Mary
Del Priore e Renato Venancio - Editora
Planeta, São Paulo, 2010*

Curupira, o espírito das florestas, era um pequeno índio de cabelo vermelho que tinha os pés tornados para trás, deixando rastros em sentido contrário ao de sua marcha; segundo descrição de José de Anchieta, já em 1560, era, para os índios que temiam as matas e seus perigos, verdadeiro demônio. Pois é nestes primeiros anos do século XV que se colonizam as capitanias e se decide pela tomada do espaço territorial dos indígenas, cessando assim a cumplicidade coletivista inaugural.

Nada mais simbólico para caracterizar este novo mundo do que a substituição da visão do paraíso inicial pela experiência infernal da ocupação. Se buscavam os chifres do demo em tudo, nada mais propício do que caracterizar o Curupira indígena como uma entidade que troca os sinais, inverte os sentidos, corrompe os valores, enfim, o que poderíamos ver como o próprio estigma da futura identidade nacional.



A expressão do déficit de cidadania



Dom Sebastião



Tiradentes



Collor

- Pastiche x Paródia
- Orfandade política
- Sincretismo cultural
- Licenciosidade tropical
- Jesuitismo/Compadrismo



Padre Anchieta – A conversão das almas



Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595) – Padre José de Anchieta (1534 – 1597)

A missão jesuítica da catequização dos índios, enquanto tecnologia social, não significava apenas a conversão de almas, mas a garantia do bem intangível de um capital social que rendia força de trabalho escrava no período colonial.

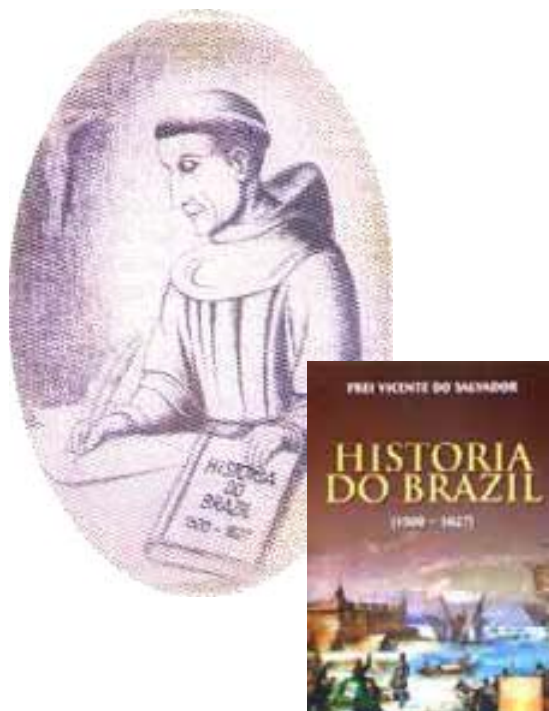
Com a expulsão dos missionários a partir de 1760, rendia dízimos do salário do trabalhador para a Igreja, e impostos para o recém independente Estado brasileiro.

Não obstante o valor maior da própria liberdade política, enquanto participação da cidadania nos negócios do Estado, mesmo com a extinção formal e tardia de uma escravidão que perdurou por mais de três séculos, será para sempre comprometido com os valores das inviolabilidades da pessoa e da propriedade e das liberdades civis individuais de crença, expressão, opinião, reunião e associação.



Frei Vicente do Salvador – aqui ninguém é repúblico

Dica de leitura:



Primeiro historiador brasileiro, Frei Vicente do Salvador, em finais do século XVI, escreveu o seu “História do Brasil”, um dos primeiros estudos sobre a vida cotidiana na colônia, relatando como eram os costumes de casamento e criação dos filhos, dos ritos funerários, as línguas indígenas etc.

Frei Vicente dizia: “*nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular*”.

*História do Brasil (1920) –
Frei Vicente do Salvador (1564 -1635)*



Antonil – Cultura e opulência

Dica de leitura:



Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas (1711) -

André João Antonil (1649 – 1716)

“O Brasil é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos.”

Ou, traduzindo em termos de cidadania: nenhum direito e todos os deveres para os escravos negros; todos os direitos como privilégios para os brancos a custa dos deveres de manutenção da ordem; e um mundo utópico e marginal à lei para os mulatos que, aliás, se chamam assim por derivação de mulos, animais de carga ambíguos e híbridos por excelência.



Tiradentes – Uma Nova América



DICA DE LEITURA: A devassa da devassa, por Kenneth Maxwell (1973)

Joaquim José da Silva Xavier “Tiradentes” (1746 – 1792)

A eventual paródia política da independência das Américas do Norte e do Sul não teria acabado mais uma vez em pastiche quando D. Pedro I proclama duas décadas depois a independência exatamente para que “outro aventureiro” não o faça. No entanto, sabemos que a estrutura mesma do poder feudal do baronato do Império português se perpetuará na oligarquia do coronelismo republicano, para não dizer de sua resistência até os dias de hoje. Note-se as coincidências entre a figura mítica de Tiradentes e o próprio Cristo, que nada mais seria do que um recurso demagógico e exploratório da fé pública do povo brasileiro: a representação da figura física de cabelos longos, com o manto de mártir da pintura de Pedro Américo, e a presença de um traidor vil (o próprio “judas” na pessoa Joaquim Silvério dos Reis).



Hipólito José da Costa – brasiliense ou brasileiro?



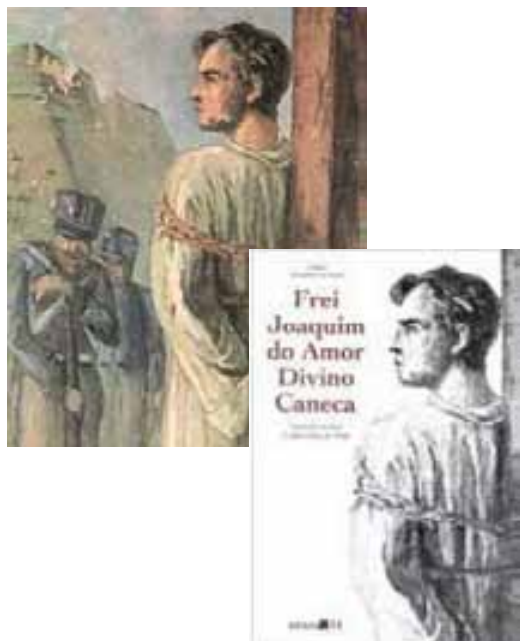
Correio Braziliense
(1808-1822) -
Hipólito José da
Costa (1774 – 1823)

Discípulo do liberalismo inglês e editor do *Correio Braziliense*, primeiro jornal brasileiro embora fosse impresso em Londres. Aqui nos surpreendemos num ato falho relativo à nossa própria denominação de origem: o termo *brasileiro*, na língua portuguesa, não se refere à pátria de procedência (como *braziliense*), mas sim ao ofício (de explorador), como mineiro, vaqueiro, pedreiro etc. Embora viesse a superar este último, *brasileiros* na verdade eram os portugueses que exploravam o pau brasil e não propriamente os nativos da nova nação chamada Brasil.



Frei Caneca – a soberania é dos povos

Dica de leitura:



Obras políticas e literárias, coleção
Formadores do Brasil, Recife (2001)
- Frei Joaquim do Amor Divino
Caneca (1779-1825)

De idéias liberais, freqüentou a *Academia do Paraíso*, um dos centros de reunião daqueles que, influenciados pela Revolução Francesa e pela independência dos EUA, conspiravam por uma revolução republicana contra o jugo português. Participou da chamada Revolução Pernambucana (1817), que proclamou uma República e organizou o primeiro governo independente na região, a Confederação do Equador de 1824.

A soberania está nos povos. Os povos não são herança de ninguém. Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos aos caprichos de um só. Os reis não são emanção da divindade, são autoridades constituídas. Os povos têm o direito de mudar a forma de governo. As Cortes são superiores ao imperador. Clamando-se ao soberano congresso sobre alguma lei, que dele emanar, ao qual contrária seja aos interesses do povo, se este não for atendido, desfeito está o pacto; cabe-nos então reassumir nossos direitos. O povo do Brasil deu por generosidade o trono ao imperador (D. Pedro I). O governo absoluto é o maior de todos os males.



Machado – representação e não aristocracia

Dica de leitura:



*Contos Fluminenses (1870) -
Machado de Assis (1839-1918)*

"Quanto às minhas opiniões políticas, tenho duas, uma impossível, outra realizada. A impossível é a república de Platão. A realizada é o sistema representativo. É sobretudo como brasileiro que me agrada esta última opinião, e eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais alumiou...

Não frequento o paço, mas gosto do imperador. Tem as duas qualidades essenciais ao chefe de uma nação: é esclarecido e honesto. Ama o seu país e acha que ele merece todos os sacrifícios."

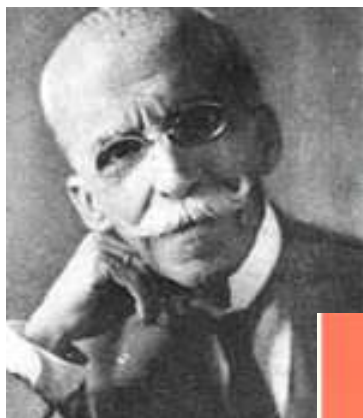
(Em À opinião pública, da série Cartas fluminenses, crônica de 5 de março de 1867)

"O Brasil real é bom, revela os melhores instintos, mas o país oficial é caricato e burlesco." Machado de Assis

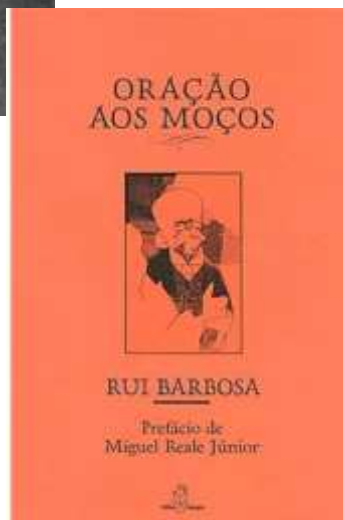


Ruy Barbosa – Oração aos moços

Dica de leitura:



Oração aos Moços
(1920) - Rui
Barbosa
(1849-1923)



“A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.” Mas nem por isso, devemos nos afastar do princípio liberal de que *“todos são iguais perante a lei”*.

Pois a desigualdade não pode ser uma premissa anterior ao fato julgado. Uma vez que o bom juízo se dá sobre atos consubstanciados em condutas. E não em intenções ou interpretações das mesmas.



Joaquim Nabuco – emancipação social pelas elites

Dica de leitura:



A Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que fundou em 1880, dirigia seu esforço argumentativo sobretudo aos cidadãos seus iguais, e não aos próprios escravos, que poderiam ser dizimados se incitados à rebeldia. Foi o primeiro grande estadista a empreender uma reforma social que se iniciasse pelas elites para lhes convencer das superioridades da doutrina liberal, pois esta, sim, seria a verdadeira emancipação social, econômica e política nacional.

De certa forma, seu livro *Minha formação*, em que relata sua biografia iniciada no engenho da família e a convivência com os escravos africanos, prenuncia *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.

Minha formação (1900)
- Joaquim Nabuco (1849-1810)



Eduardo Prado – A proclamação

Dica de leitura:



*A Ilusão americana, de Eduardo Prado
(1860 - 1901)*

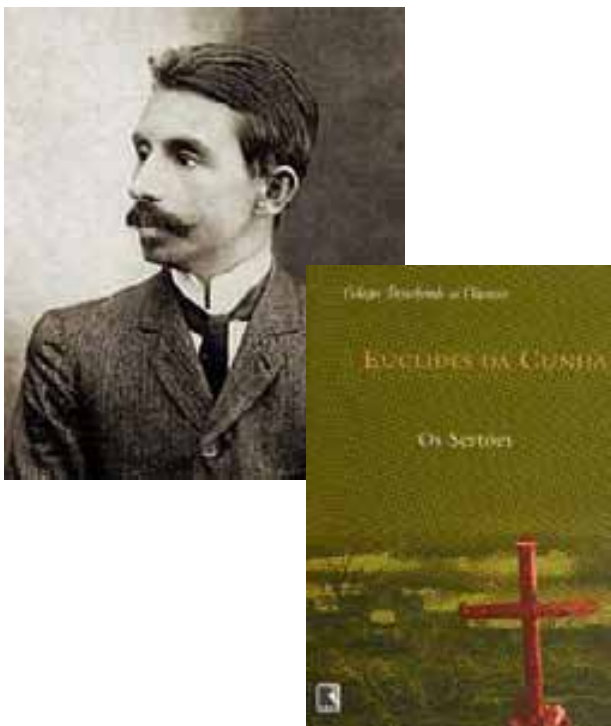
*EbooksBrasil, 2002, da edição original de
1917 (a primeira edição, de 1895, foi
apreendida pelo governo brasileiro)*

A proclamação da república teve influência positivista, de viés romântico-idealista, distanciando-se, portanto, do princípio liberal da separação dos poderes e da autonomia da administração pública pelos cidadãos conscientes de sua soberania política diante dos governantes.



Euclydes da Cunha – sertanejo é a força da mestiçagem

Dica de leitura:



Os sertões (1902)
- Euclydes da Cunha (1866-1909)

Engenheiro e jornalista, ao ser enviado pelo *O Estado de São Paulo* para relatar a guerra de Canudos no sertão da Bahia em 1897, apresenta o sertanejo como homem antes de tudo forte no contexto de um meio-ambiente natural e político-social gravemente hostil, quando esta era uma surpreendente novidade para uma intelectualidade que à época justificava o atraso cultural do país pelos maus costumes coloniais da mestiçagem, segundo um dos autores da então em voga teoria da eugenia das raças, o Conde de Gobineau que visitou o Rio de Janeiro em 1896.

“Deslumbrados pelas miragens de uma civilização que recebemos de empréstimo e que nos chega embalada pelos transatlânticos, nós ficamos nos cotovelando na rua do Ouvidor e deixamos de ver o Sertão amplíssimo, onde se desata a base real de nossa nacionalidade.” Euclydes da Cunha



Oliveira Lima – Pan-Americanismo

Dica de leitura:



*O movimento da independência (1923)
- Oliveira Lima (1867-1928)*

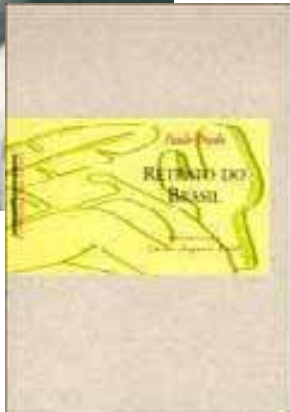
Jornalista, escritor e diplomata pernambucano que, em grande parte sob a gestão do Barão de Rio Branco na chancelaria brasileira, criticou exaustivamente a permanência do domínio das oligarquias imperiais sobre a república brasileira.

Foi autor de grandes obras sobre nossa história imperial e do clássico *Pan-Americanismo* em que fazia reservas sobre a doutrina Monroe de defesa da influência norte-americana sobre os países do continente sul-americano.



Paulo Prado – Retrato do Brasil

Dica de leitura:



Retratos do Brasil (1928)
- Paulo Prado (1869-1943)



O caráter nacional

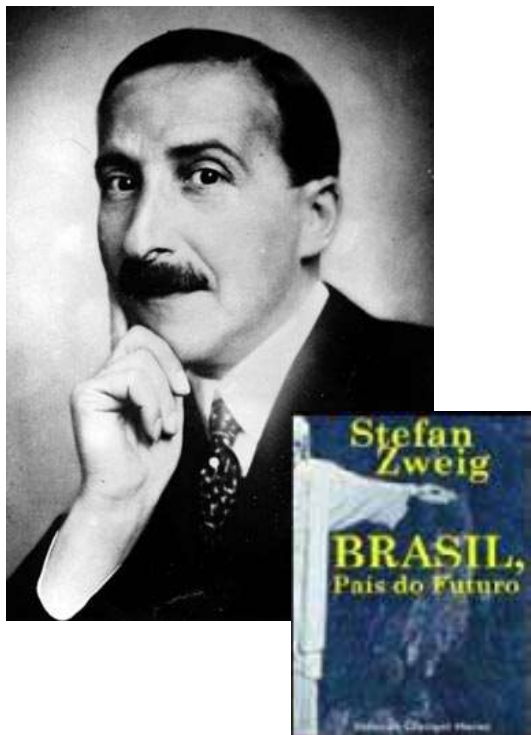
- **Luxúria** (“*não existe pecado abaixo da linha do Equador*”) e **Cobiça** (“*a cobiça do ouro e o enriquecimento fácil dos primeiros colonizadores*”)
- **Tristeza** (“*numa terra radiosa vive um povo triste*”) e **Romantismo** (“*a permanência da falta de propósito político, da crença numa nova perspectiva de vida e da construção de uma sociedade melhor*”).

As três grandes diferenças culturais:

- **Dimensão moral-religiosa** – Os ingleses eram colonos, onde o moralismo era atávico e não de fachada; os portugueses, motivados pelo saque, não se faziam acompanhar de suas famílias
- **Dimensão política** – A casa real inglesa era chefe da Igreja; a portuguesa era vassala do Papa
- **Dimensão psico-social** – Perspectiva da criação de uma Nova Inglaterra, longe e independente da antiga; os donatários portugueses, comerciantes, estavam a serviço do Rei na exploração dos fins da terra.

Stefan Zweig: o país do futuro

Dica de leitura:



*Brasil, país do futuro (1941) –
Stefan Zweig (1881 – 1942)*

Destaca-se no autor o testemunho de exaltação que faz de nossa identidade cultural. Quando o futuro do Brasil não se refere apenas ao destino de nossa civilização, mas, antes, ao destino do própria humanidade pela forçosa convivência multirracial e multicultural a que será fadada.

Se não, citemos um trecho do próprio autor: *“Como conseguir em nosso mundo uma convivência pacífica entre as pessoas apesar da diversidade de raças, classes, cores, religiões e convicções? Esse é o problema com que toda comunidade, todo país sempre volta a se defrontar. A nenhum outro país senão no Brasil ele se impôs em uma constelação tão complicada, e nenhum outro país – e é como grato testemunho disso que escrevo este livro – conseguiu resolvê-lo de maneira tão feliz e exemplar como o Brasil. Uma maneira que, na minha opinião, não requer apenas a atenção, mas também a admiração do mundo”.*



Oliveira Viana – para além da raça

Dica de leitura:



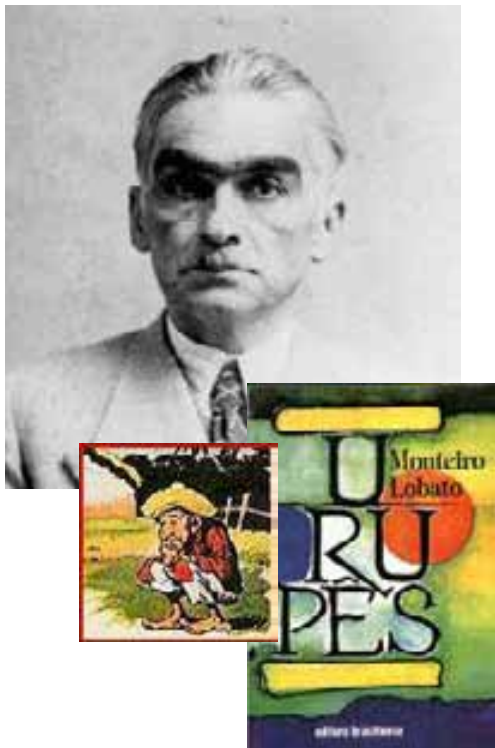
Populações Meridionais (1920)
- Oliveira Viana (1883-1951)

Jurista, historiador, sociólogo e professor se propõe a estudar os três tipos sociais brasileiros: o matuto agricultor dos platôs e montanhas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o gaúcho pastor dos pampas e o sertanejo pastor das caatingas do nordeste. Sua contribuição se dá pela superação definitiva da determinante racial como causa de nosso atraso, substituindo-a pela determinante político-fundiária: o latifúndio era nosso maior obstáculo de desenvolvimento e a solidariedade parental no interior dos engenhos e fazendas inibia a formação de consciência política liberal e independente de *self-government*. Desde a constituição do Vice-reino e do império, o poder central se curva aos ditames dos barões e coronéis herdeiros das sesmarias coloniais. Retoma o vaticínio de Frei Vicente desde inícios do século XVII: “*nenhum homem nesta terra é repúblico*”



Monteiro Lobato – o caso do Jeca Tatu

Dica de leitura:



Urupês (1918)

- Monteiro Lobato (1888-1948)

Com a polêmica sobre o Jeca Tatu, Monteiro Lobato inaugura um consistente debate sobre a nossa identidade e as causas de nosso atraso cultural, uma vez que ainda estávamos cativos das idealizações do romantismo indigenista nacional, a meio caminho de um *Peri* de José de Alencar e o futuro herói sem nenhum caráter *Macunaíma*, de Mario de Andrade. A partir da polêmica, Monteiro Lobato começa a erigir uma das maiores obras de literatura infantil totalmente positiva e presa às tradições folclóricas nacionais.

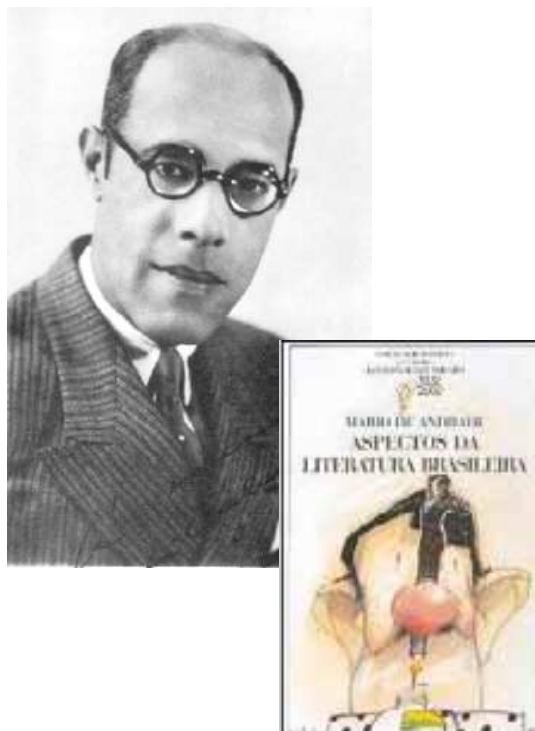
Como forma de responsabilização política pelo descaso dos governos, meio de difusão de nossos valores autóctones, propaganda social de nossas tradições e educação de massa das gerações vindouras: “*Escrevo para as crianças porque depois de amanhã elas construirão o Brasil com que sonhamos*”.

“Temos de ser nós mesmos; ser núcleo de cometa, não cauda; puxar fila, não seguir.” Monteiro Lobato



Mario de Andrade – O crítico da cultura brasileira

Dica de leitura:



*Aspectos da literatura brasileira (1943)
- Mario de Andrade (1893 - 1945)*

Nada mais arguto como percepção da omissão política de nossas elites, da leniência para com seus deveres cívicos e políticos de construção do bem comum.

“Eu creio que os modernistas da Semana de Arte Moderna não devemos servir de exemplo a ninguém. Mas podemos servir de lição. O homem atravessa uma fase integralmente política da humanidade. Nunca ele jamais foi tão momentâneo como agora. Os abstencionismos e os valores eternos podem ficar pra depois.

E apesar de nossa atualidade, da nossa nacionalidade, da nossa universalidade, uma coisa não ajudamos verdadeiramente, duma coisa não participamos: o amelhoramento político-social do homem.

E esta é a essência mesma de nossa idade.”



Gilberto Freyre – A formação da brasilidade

Dica de leitura:



*Casa-Grande & Senzala (1933) -
Gilberto Freyre (1900 – 1987)*

Entre os intérpretes de nossa cultura, desde o século XIX, Gilberto Freyre é o primeiro que estuda o hibridismo entre as três etnias que formam a nossa chamada brasilidade: o indígena, o português e o escravo negro. *Casa Grande & senzala*, obra-prima de nossa identidade cultural, examina as relações de convivência e influência que sobredeterminaram as relações de dominação dos senhores de engenho sobre os negros africanos – note-se o símbolo associativo “&” provocativamente colocado pelo autor.

Uma arguta percepção de nosso sincretismo cultural e superação de nosso puritanismo hipócrita.



Sérgio Buarque de Holanda – As raízes do Brasil

Dica de leitura:



*Raízes do Brasil
(1936) - Sérgio
Buarque de
Holanda (1902 –
1982)*



Fac simile da capa da primeira edição

A consciência de auto-determinação e cidadania é substituída pela cordialidade das relações paternalistas entre classes sociais tão distantes entre si como donos de engenho e escravaria, mascarando preconceitos de raça e recalcando impulsos de revolta.

O Estado não é uma continuidade da ordem familiar ampliada como queria o romantismo de Rousseau. É uma oposição a ela! Somente a transgressão da ordem doméstica e familiar justifica o Estado, fazendo surgir o cidadão!



Caio Prado Junior – dependência da metrópole

Dica de leitura:



*Formação do Brasil Contemporâneo (1942) -
Caio Prado Junior (1907 – 1990)*

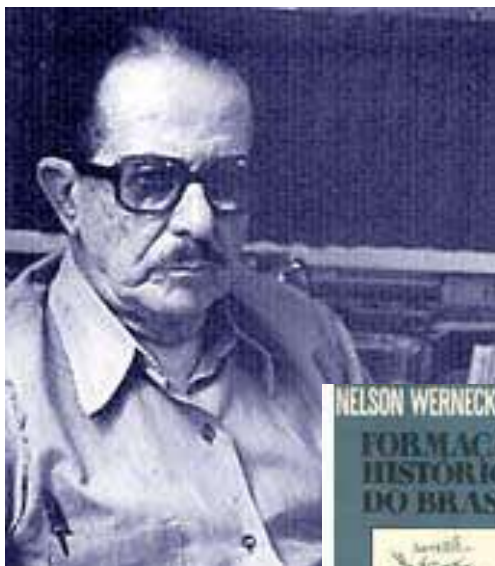
Através de sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, de orientação comunista, Caio Prado Junior denuncia a dependência econômica, política e cultural da colônia brasileira em face de sua metrópole portuguesa, chamando o Brasil de "Quintal da Metrópole".

Prado Júnior explica as diferentes razões e motivações religiosas, econômicas, demográficas, climáticas e políticas das migrações inglesas para a América do Norte e das portuguesas para o Brasil. Enquanto na América se constitui uma nação, aqui se constitui um empório reserva de provisão.



Nelson Werneck Sodré – defesa da soberania

Dica de leitura:



Formação Histórica do Brasil (1962)
- Nelson Werneck Sodré (1911 – 1999)

Um dos fundadores do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, juntamente com Helio Jaguaribe, Roland Corbisier, Cândido Mendes, Celso Furtado, Roberto Campos, Anísio Teixeira, entre outros, foi um verdadeiro *think tank* do nacionalismo brasileiro, eclético doutrinariamente mas focado na defesa da soberania nacional brasileira e de seu papel de liderança no continente, a partir dos anos 50.

Além de escritor, militar e historiador, Nelson Werneck lutou por reformas dos sistemas político e econômico brasileiros, cujo protagonismo achava que deveria ser exercido pelas classes operárias, comunista que sempre foi, cassado pelo golpe militar de 64.



Luiz Gonzaga – Cultura de cidadania pela música



Luiz Gonzaga (1912 – 1989)

Vozes da Seca

Luiz Gonzaga e Zé Dantas - 1953

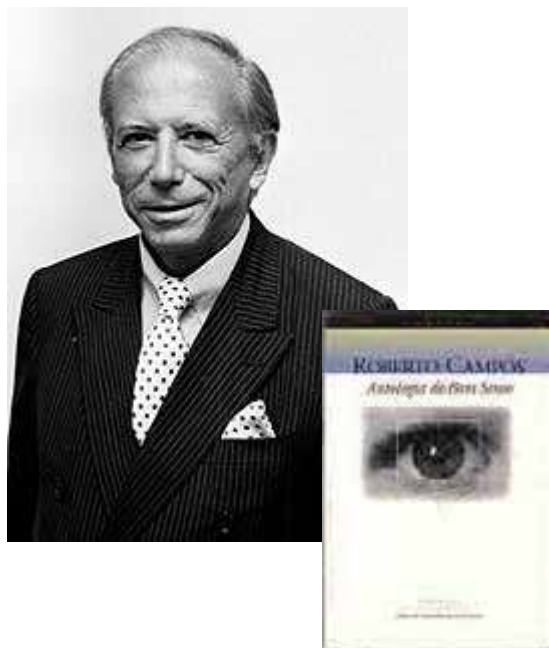
Seu dotô os nordestino
Têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista
Nessa seca do sertão
Mas dotô uma esmola
A um home qui é são
Ou lhe mata de vergonha
Ou vicia o cidadão

Luiz Gonzaga, um grande artista popular, define com exatidão o conceito de plena cidadania, ao estabelecer uma relação de contrato com o governante, autônoma e independente, e para além do conformismo passivo do assistencialismo demagógico.



Roberto Campos – a doutrina liberal

Dica de leitura:



Antologia do Bom Senso (1996)
– Roberto Campos (1917 – 2001)

Embaixador de carreira, escritor, professor, político e estadista diferenciado do contexto dominante de esquerda de toda uma geração de intelectuais brasileiros do século XX, pois foi um dos poucos que assumiu uma posição doutrinária francamente liberal.

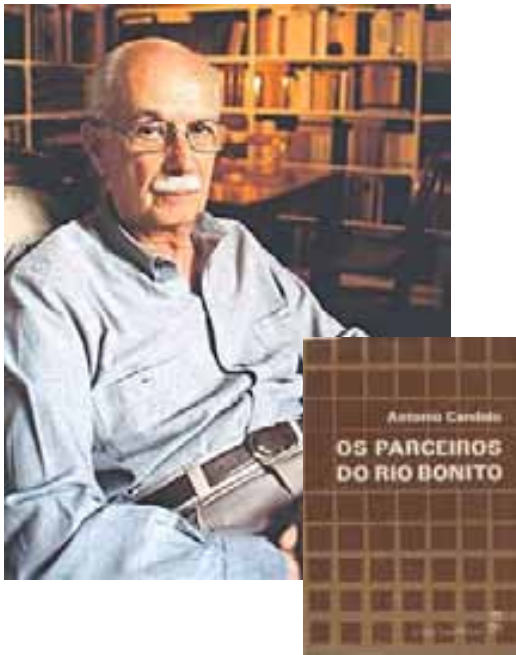
Foi extremamente crítico em relação à Constituição de 1988, denunciando como demagogia o que deveria ser a consolidação das instituições do Estado democrático de direito e o fortalecimento da cidadania, denunciando-a como um perigoso expediente de ingovernabilidade do país, na medida em que oferece intitamentos sem as correspondentes provisões e o termo *direitos* é citado 76 vezes contra apenas 4 vezes é citado o termo *deveres*.

Ficou emblemática, todavia, no final de sua vida, já em cadeiras de rodas, a sua decisão de comparecer à sessão de votação do *impeachment* de Collor, demonstrando com seu exemplo que a cidadania está acima de quaisquer interesses.



Antonio Candido – o “mínimo social”

Dica de leitura:



*Os parceiros do Rio Bonito (1964
– Antonio Candido (1918 –)*

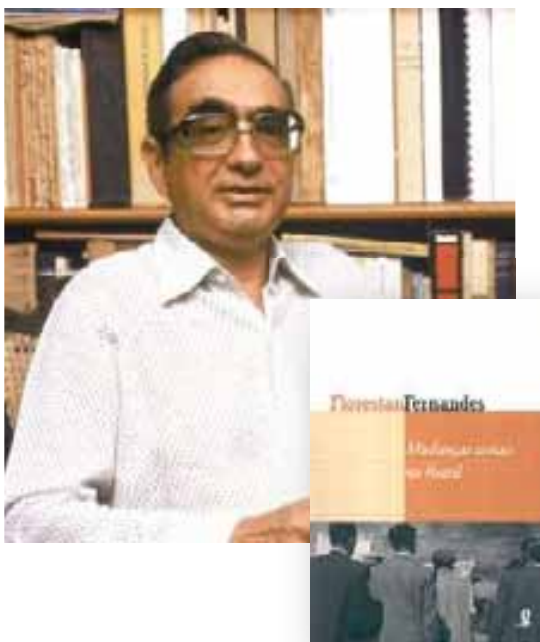
Um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menos organização das relações, não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro e anomia no segundo.

O bairro é o agrupamento básico, unidade por excelência da sociabilidade [do homem do interior]. Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida. É o “mínimo social”.



Florestan Fernandes – Ensino público laico, gratuito e de qualidade

Dica de leitura:



Mudanças Sociais no Brasil (1960)
– Florestan Fernandes (1920 – 1995)

O Estado deveria empenhar-se em construir um sistema educacional compromissado com a tarefa de preparar o homem para a vida. Como se sabe, a crença de Florestan no poder transformador da educação seria comprovada também por meio de sua destacada atuação na Campanha em Defesa da Escola Pública, iniciada em finais da década de 1950, na qual o sociólogo posicionou o ensino público laico, gratuito e de qualidade como direito inabalável do cidadão brasileiro.

Em *Mudanças sociais no Brasil*, o sociólogo mensura com perspicácia os limites dos processos de redemocratização e de industrialização do país, sempre preocupado com a consolidação de mecanismos que permitissem os efetivos avanços sociais que ele tanto desejava. **O mais significativo deles seria a passagem de uma ordem democrática incipiente para um novo estágio, no qual estaria plenamente constituída.**



Anísio Teixeira e Paulo Freire

“Choca-me ver o desbarato dos recursos públicos para Educação, dispensados em subvenções de toda natureza a atividades educacionais, sem nexos nem ordem, puramente paternalistas ou franca mente eleitoreiras.”

"Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública".

*(Anísio Spínola Teixeira,
12/07/1900 – 11/03/1971).*



Anísio Teixeira



Paulo Freire

Anísio Teixeira e Paulo Freire foram grandes educadores nascidos no Brasil, um da linha liberal e o outro progressista.

Dedicaram suas vidas ao Brasil e ao ensino, mostrando ao mundo que a Educação é o maior bem de um povo e que por ela devemos lutar, seja no modo de educar ou pelos empreendimentos, para que esse modo seja aplicado com sucesso.



Celso Furtado – A formação econômica do Brasil

Dica de leitura:



Formação econômica do Brasil (1954) – Celso Furtado (1920 – 2004)

Quando nosso maior economista defendeu a intervenção do Estado na economia, como fator estruturante do desenvolvimento econômico, está retomando Keynes sem a necessária crítica da tradição liberal sobre os males de uma política econômica que, através da inflação, perpetuará miséria e desigualdades sociais.

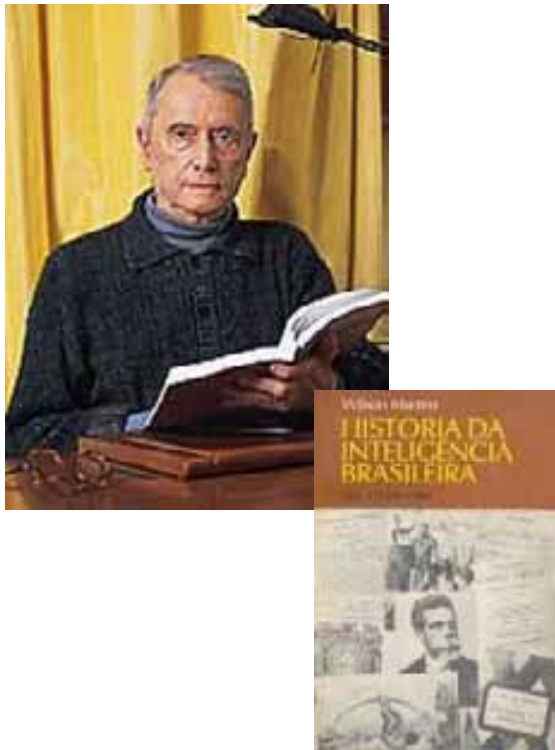
Só um reducionismo econômico de viés socialista pode explicar as causas originais de nosso atraso colonialista com a política metropolitana de interdição da industrialização do Brasil, quando interessava exportar bens manufaturados de maior valor em face da importação dos produtos *in natura* de menor valor.

Como se sabe hoje em dia, a recomendação de uma política de substituição de importações acabou de ser demonstrada como equívoca, quando num mundo globalizado, desde então, os preços das *commodities* só fazem aumentar diante dos manufaturados que só se depreciam.



Wilson Martins – História da Inteligência Brasileira

Dica de leitura:



*História da Inteligência Brasileira (1977)
– Wilson Martins (1921 – 2010)*

Mais do que uma crítica literária, trata-se verdadeiramente de uma crítica da cultura brasileira. São sete volumes, que nasceram do desejo do crítico de pensar e ligar tudo, absolutamente tudo, o que foi escrito, publicado e pensado no Brasil desde 1550 até 1960.

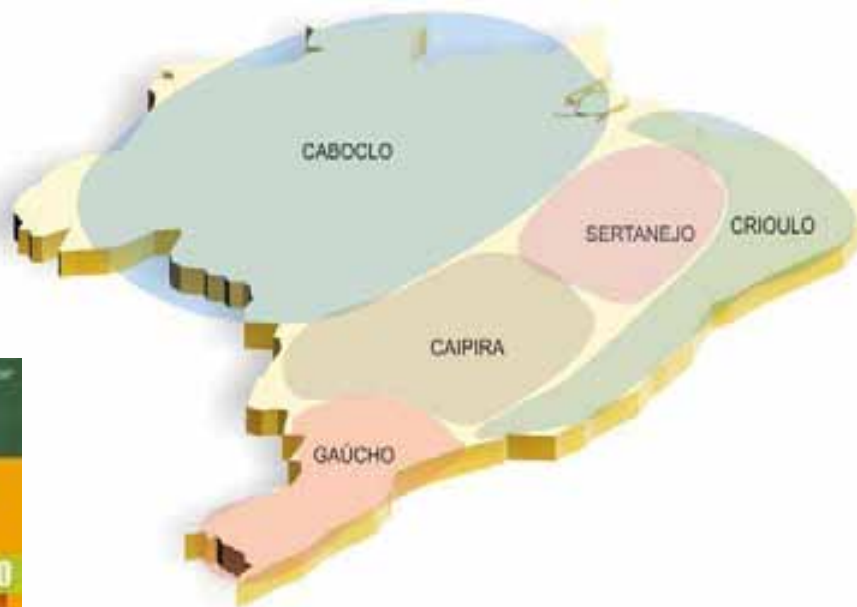
O fato de sermos “palco morto” em relação ao Renascimento que explodia na Europa, o que nos atravancou para o Humanismo, foi um desses achados. Destaque-se também a descoberta da raiz de nossa tradição de solidariedade fincada na missão jesuítica a partir de 1549, que traz também a nossa conhecida limitação iluminista e política.

Por fim, o mais interessante é a citação da biblioteca deixada pelos inconfidentes em 1797. A obra original de 1758, *Des Droits et des Devoirs des Citoyens*, do Abade Mably (1709 – 1785), foi traduzida tão somente como *Direitos do Cidadão*.



Darcy Ribeiro - Os 5 povos brasileiros e seus biomas

Dica de leitura:



O Povo Brasileiro
(1995) – Darcy
Ribeiro (1922 –
1997)

Processo civilizatório (para entender e amar o Brasil)

- comunhão lingüística e territorial
- instituição do cunhadismo ameríndio, o misticismo africano e o patrimonialismo ibérico
- o gosto pelas festas populares
- a liga dos “comedores de farinha”
- sincretismo religioso, étnico e cultural



Raymundo Faoro – A liberdade política

Dica de leitura:



*Os donos do Poder – formação do patronato político brasileiro (1958)
– Raymundo Faoro (1925 – 2003)*

Introduzindo o pensamento do filósofo político alemão Max Weber no Brasil, investiga o tipo de dominação política estabelecida na relação Estado-cidadão no Brasil, onde se prefere a relação carismática à racional-legal ou tradicional.

Na primeira, o dominador é escolhido pelas suas pretensas qualidades superiores e pelo carisma que irradia, o segundo tipo de dominação é sempre discutido e em seguida consentido, e o terceiro porque faz parte da tradição e não se questiona.

Mesmo tendo sido criticado como liberal, Faoro insiste em priorizar a busca pela liberdade política acima da busca pela igualdade econômica.

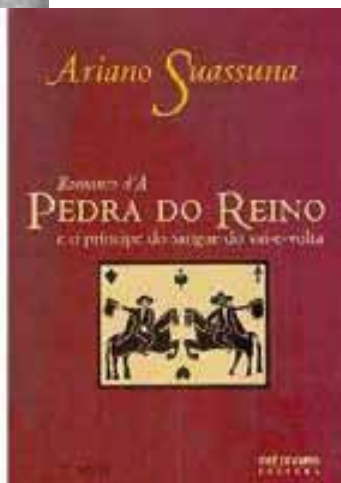


Ariano Suassuna – Intérprete da brasilidade

Dica de leitura:



A pedra do reino (1971) - Ariano Suassuna (1927 -)



Nossa cultura de impunidade pode ser vista como a nostalgia do patriarcado rural brasileiro, refletido na república de

pastiche proclamada em 1898, na ilusão do Estado Novo da revolução de 1930 e no golpe militar moralista de 1964.



A expressão do personagem Quaderna, da microssérie “A Pedra do Reino” simula um mamulengo nordestino.



Wanderley Guilherme dos Santos – aspectos fundamentais do Estado

Dica de leitura:



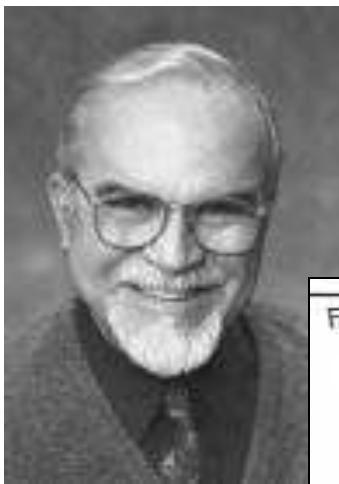
*Ordem Burguesa e Liberalismo
Político (1978) – Wanderley
Guilherme dos Santos (1935 -)*

“O aparelho de estado brasileiro, além de possuir um pequeno valor entre nós, nunca foi visto como uma estrutura estratégica para a reprodução social e, na ausência de uma burguesia nacional organizada como ator político, em interação com e dentro do Estado, os capitalistas brasileiros não investiram nas bases da constituição e reprodução de uma sociedade liberal, mostrando total desinteresse em relação aos três aspectos fundamentais do Estado: a organização militar, o sistema educacional e a burocracia pública, o que teria inviabilizado a implementação, no Brasil, de uma ordem liberal em sentido clássico.”



Roberto DaMatta – O que faz o brasil, Brasil?

Dica de leitura:



*O que faz o brasil, Brasil? (1985)
– Roberto DaMatta (1936 -)*

Perpetuação da interpretação dualista da cultura brasileira:

- Feijão e arroz x pão, pão, queijo, queijo
- desfiles de festas carnavalescas x paradas cívico-militares x procissões religiosas

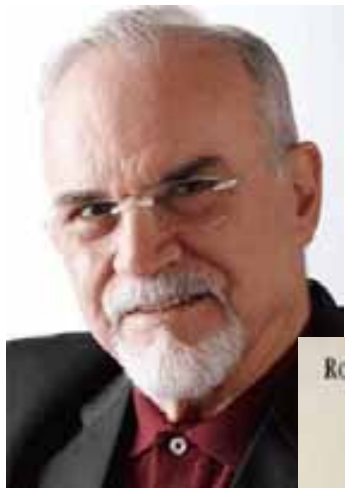
Nossa demagogia da igualdade social é uma forma de mascarar desigualdades na aplicação das leis, ou simplesmente privilégios.

Entre o que pode e o que não pode, nos esmeramos em encontrar um jeito... de burlar as leis.



Roberto DaMatta II – A casa e a rua

Dica de leitura:



A casa e a rua (1997)
– Roberto DaMatta (1936 -)

Enquanto Nova York é fundada a partir de um porto, comércio e bolsa de mercadorias e valores, como *Wall Street*, capitais brasileiras, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, são fundadas em torno do Paço, tendo geralmente à esquerda a sede da igreja e à direita, o comércio.

Sintomática, no entanto, é a ausência de relevância à calçada, equipamento urbano surgido como marca da própria cidade moderna na reurbanização de Paris do século XVIII e XIX, divisor mais do que evidente entre a rua pública e a casa privada, espaço de defesa e afirmação de direitos civis dos próprios cidadãos, que, no Brasil, invadido, desrespeitado e privatizado, é o espaço demarcatório e significativo do nosso próprio déficit de cidadania.



Roberto Schwartz – aspectos fundamentais do Estado

Dica de leitura:



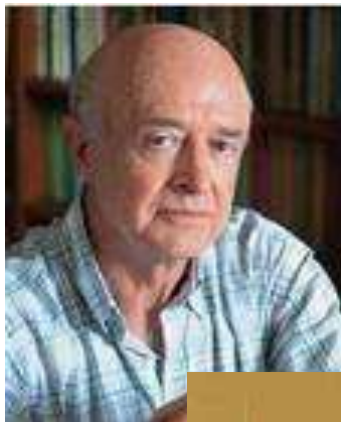
Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis (1990) – Roberto Schwartz (1938 -)

“Desde a formação do Estado nacional brasileiro, fomos sinalizando o caráter mimético da vida cultural brasileira. Desde a independência e a constituição do Império, passando pelo modernismo da década de 20, até o nacionalismo desenvolvimentista da década de 50, o que consideramos nossa identidade nacional surge de um projeto de permanente tensão entre a importação de valores e modelos culturais estrangeiros e a sua transformação pelos valores autóctones nacionais. ”



José Murilo de Carvalho - entendendo a *res publica*

Dica de leitura:



Regime em que predomina o interesse público, a virtude cívica, e não o interesse privado, a *res privata*.

No Brasil, a *República dos Coronéis* é o oposto: privatista, nepotista, familista, patrimonialista, clientelista, corporativista, estatista, hierarquizada.

“Farinha pouca, meu pirão primeiro”, “Você sabe com quem está falando?”, “Macaco que tem rabo de palha não toca fogo no do outro” (ditos populares)



Frei Vicente do Salvador – séc. XVII

“Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular.”

E, mais recentemente:

“a República tem se democratizado política e socialmente. A lamentar apenas que ela tenha avançado menos do que a democracia. A inclusão democrática para se consolidar exige o bom governo republicano, eficaz, transparente e ético. A ambição de se projetar no cenário internacional, que poderá ser o marco do país no século XXI, dependerá, para seu êxito, de nossa capacidade de construir instituições políticas respeitáveis no país e no exterior. Elas ainda são nossos pés de barro.”

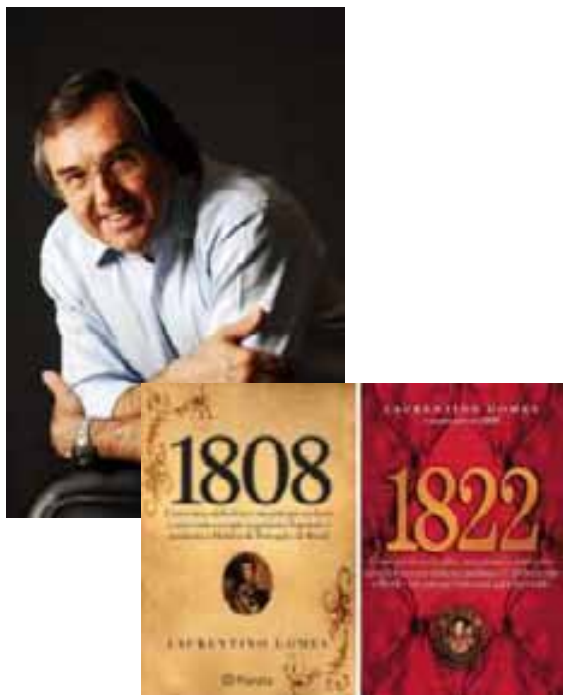
Cidadania no Brasil (2001)

- José Murilo de Carvalho (1939 -)



Laurentino Gomes: a história do Brasil desmistificada

Dica de leitura:



1808 (2006)
- Laurentino Gomes (1956 -)

“Fatos irrefutáveis” da historiografia clássica brasileira devem ser colocados em cheque. Um bom exemplo é a desconstrução do imaginário social sobre nossa história, representado, dentre outros, pelo episódio do grito do Ipiranga, com D. Pedro montado numa mula, com dor de barriga, e não garboso naquele alazão pintado em 1888 por Pedro Américo na tela *“O Grito do Ipiranga”*, tela considerada por sua vez um pastiche da tela *“Napoleon à Friedland”*, do pintor francês Jean-Louis Ernest Meissonier, de 1875.

Fica a valiosa reflexão sobre a falta de limite claro de nossos poderes republicanos, um invadindo a seara dos demais, sem uma instituição que interceda para estabelecer limites, como até hoje a lei, que deveria ser igual para todos, como prescreve o artigo 5º da atual constituição cidadã, é confundida com privilégios, os mais descabidos.



Os surtos retóricos da cultura brasileira na mídia



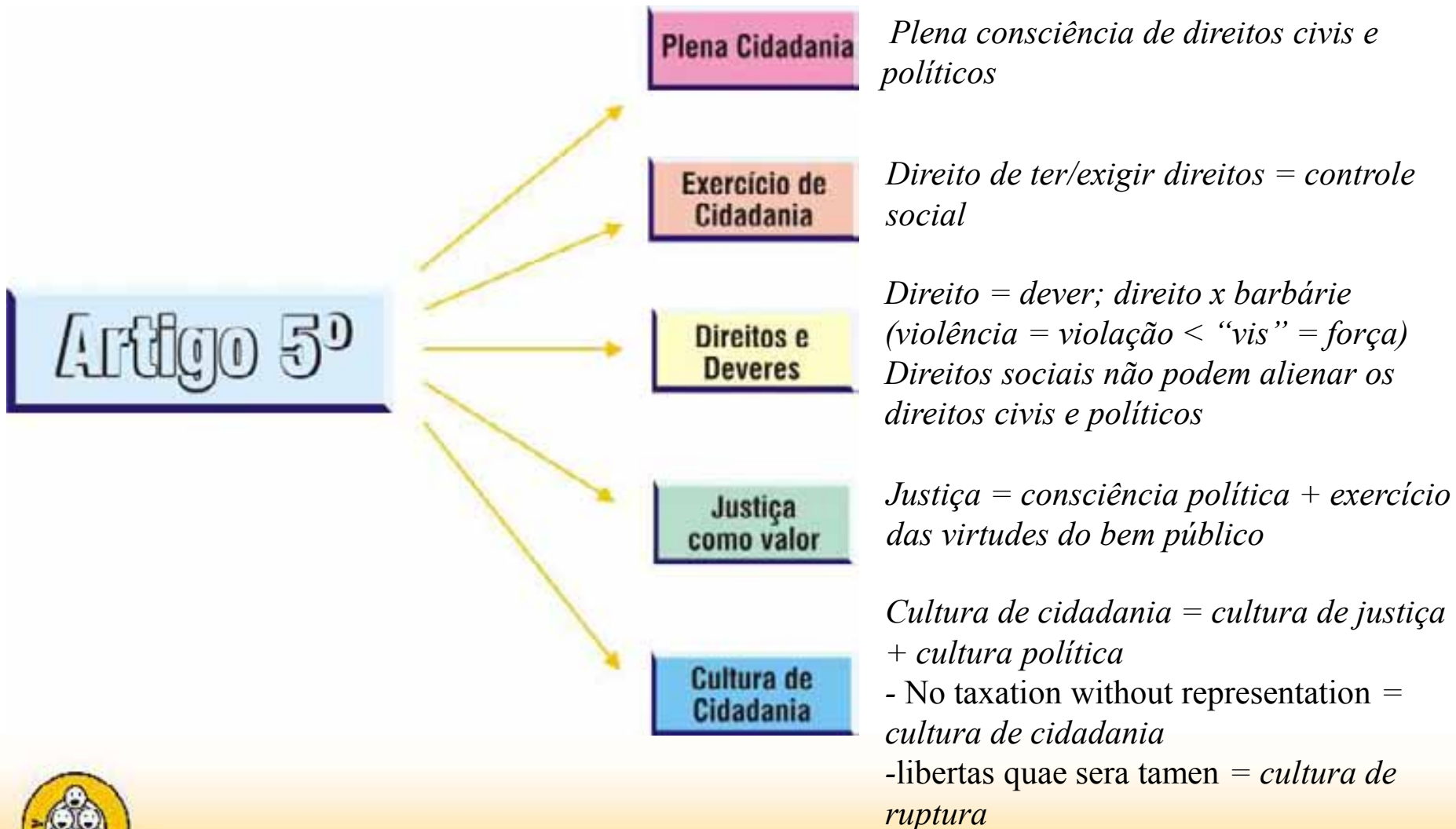
11 e 12 de novembro de 1956



18 de abril de 1959



Resumo conceitual: Art. 5º da C. F



Economia, ética e cidadania



A ética – disciplina filosófica que trata do ser do ente e dos princípios do bem existir ou conviver entre os demais entes – tem a ver com a própria natureza do ser humano. Do que ele é para além e antes mesmo de sua conduta social. Enquanto que a moral se deve à conduta social em face de tradições e costumes, de códigos, normas legais e contratos.

Neste sentido, deve a moral ser regida pela ética.

Políticas econômicas, pois, por se tratarem de intervenções nas escolhas individuais dos cidadãos entre alternativas de iniciativas e programas de ações possíveis, são da ordem da moral, dos costumes e das condutas.

E se não levarem em conta a natureza do homem, sua ética, serão sempre fadadas ao fracasso.



Justiça, crescimento econômico e custo Brasil

Para explicar as diferenças entre ricos e pobres

O fato de que as nações se desenvolvem em ritmos dramaticamente diferentes sempre desafiou os estudiosos. Confira ao lado algumas explicações



ADAM SMITH
(1723-1790)

O escocês considerado o pai da economia de mercado afirmava que as nações mercantilistas que encaravam o comércio exterior como um meio de diminuir a força dos rivais estariam sempre condenadas a crescer menos



KARL MARX
(1818-1883)

O pai do socialismo científico e do materialismo histórico foi o primeiro a levar em conta o avanço tecnológico, que ele chamou de "meios de produção", para explicar as desigualdades de desempenho



MAX WEBER
(1864-1920)

O sociólogo alemão viu no protestantismo um componente forte do crescimento econômico nos países que o adotaram. Nações católicas tenderiam a crescer menos, pois sua ética via a riqueza como algo ruim



GILBERTO FREYRE
(1900-1987)

O sociólogo brasileiro achava a localização geográfica decisiva na definição do grau de riqueza dos países. Freyre escreveu que a colonização do Brasil pelos portugueses foi um feito notável, pois, como regra geral, o calor e a umidade dos trópicos são incompatíveis com a civilização



DOUGLASS NORTH
(1920-)

O americano ganhador do Nobel de Economia sustenta que prosperam mais rapidamente os países que têm regras claras de funcionamento da economia, justiça rápida e eficiente e instituições políticas sólidas

CONCLUSÃO

A relação entre a qualidade das instituições e o desempenho econômico proposta por North vem tendo confirmações. Ela se completa com a tese de outro ganhador do Nobel, Ronald Coase, segundo quem a existência de instituições fortes em um país ajuda a criar riqueza simplesmente porque nos países estáveis "o custo das transações" é menor e, portanto, a eficiência econômica e a produtividade tendem a ser maiores



Veja, 30/06/04

O que vai definir a retomada de fluxo de investimentos é a estabilidade das instituições que mantém, sobretudo, a chamada segurança jurídica.



O apagão gerencial: da crise de valores do setor privado e da crise de gestão do setor público



O maior apagão gerencial do Brasil é cultural: justamente o do entendimento do que significam os valores universais do legado humanista, dentre os quais a cidadania que, para além dos direitos sociais ilimitados, provisão e providencialismos, são os direitos e deveres políticos de acompanhar a boa aplicação dos recursos públicos.



Nossa perplexidade:



O Estado deve cumprir suas
funções básicas: Justiça /
Segurança / Educação pública /
Saúde Básica / Diplomacia

O Estado brasileiro não é injusto apenas para com os cidadãos socialmente excluídos mas também é injusto para com os cidadãos pagadores de impostos e politicamente excluídos, porque:

- Você paga imposto para ter segurança e não tem, a menos que contrate segurança privada.
- Você paga imposto para ter educação para seus filhos e não tem, a menos que contrate educação privada.
- Você paga imposto para ter garantia de saúde e previdência e não tem, a menos que contrate saúde e previdência privadas.

Diante do noticiário escandaloso de corrupção e desperdício de dinheiro público, você continua pagando seus impostos, se omitindo politicamente e financiando esta incompetência.



As relações de empresas com governos e o Estado



1º Carga tributária formal e complexa + custo de assessorias tributárias + custos relativos à pirataria + custos privados de serviços públicos não oferecidos.

2º Contribuições “espontâneas” eleitorais a partidos e candidatos que não cumprem, via de regra, compromissos de campanha + custo assessorias e lobbies parlamentares.

3º Doações a programas assistencialistas e filantrópicos, que aumentam a dependência e inibem a cidadania para o controle social dos governos.

Resultando que o Estado é aparelhado e está a serviço dos governantes gastadores de impostos e não dos cidadãos pagadores de impostos. Enquanto ambos “assistem” os não pagadores de impostos.



A responsabilidade política advinda da liberdade de escolha



Congestionamento diário em São Paulo. Foto Estadão SP.

A política do governo de privilegiar o transporte individual, abrindo mão da Cide e reduzindo IPI para automóveis, fez o Tesouro deixar de arrecadar cerca de R\$ 30 bilhões desde 2008.

A conta é do consultor Adriano Pires.

Segundo ele, este mar de dinheiro seria suficiente para construir um trem-bala ligando o Rio a São Paulo.



“Livre” mercado x Estado-empresário



No Brasil, o Estado se distancia da sua função reguladora, preferindo se tornar, ele próprio, um empresário e disputar mercado com as empresas privadas, que acabam cooptadas via contratos de empreitada, concessões públicas ou de terceirização.



RSE - Responsabilidade Social Empresarial



RSE = Desmobilização



Responsabilidade social empresarial sem responsabilidade política empresarial é mero marketing de reputação, na medida em que deseduca e desmobiliza o cidadão para a ação política de controle social dos mandatos, premia governos omissos e corruptos e consagra o rombo dos orçamentos.

RPE - Responsabilidade Política Empresarial



1215

*Carta Magna inglesa =
Landlords x João Sem Terra*

1517

*Gutemberg & Lutero +
Príncipes alemães*

1688

Revolução Gloriosa (Jaime II)

1776

*Revolução do Chá
(independência americana)*



Consciência de cidadania e responsabilidade



Os países mais desenvolvidos somente puderam sistematizar as ações de RSC uma vez atingido o patamar do que chamamos de Responsabilidade Política Corporativa, a RPC. E isso não se consegue fugindo ou se omitindo da esfera pública ou política, e, sim, participando dela, cobrando e fiscalizando as ações dos governos e estimulando o controle social dos mandatos e dos orçamentos públicos.

Ou seja, não há RSC sem RPC.



Índice de Liberdade Econômica x IDH



Fonte: Fundação Heritage

Segundo as recentes pesquisas de Índice de Liberdade Econômica, tanto do Instituto Fraser, quanto da Fundação Heritage, países com maior grau de adesão aos pilares da liberdade econômica e com instituições mais fortalecidas são os que tendem a ser mais prósperos e socialmente inclusivos. Sociedades com boas instituições conseguem promover um ambiente onde o esforço empreendedor conduz a crescimento econômico e prosperidade.

Nas pesquisas de valorização de instituições econômicas, políticas e civis do Instituto Fraser, dentre os 22 países da América Latina ocupamos posições ruins ou apenas medíocres.



Fonte: Instituto Fraser



Corrupção dos valores

Atribui-se ao professor San Tiago Dantas (1911-1964) uma frase segundo a qual "a Índia tem uma grande elite e um povo de bosta, o Brasil tem um grande povo e uma elite de bosta".

Elio Gaspari

O Globo - 12/05/2013

Para além do mau entendimento da importância de instituições fortes e valorizadas, temos como determinante do nosso rumo o desentendimento que nossas elites empresariais e políticas têm dos valores mais básicos da cidadania, como moralidade, propriedade, vida, liberdade, igualdade e justiça.

"Nosso progresso político deveu-se mais à força reivindicadora dos homens do povo do que à consciência das elites. Elas, quase sempre, foram empurradas" Tancredo Neves



Gestão de gente enquanto cidadania corporativa

Capacitação da **pessoa**

Cidadania **solidária**
incidindo no sentimento

Capacitação do **profissional**

Cidadania da **legalidade**
incidindo na razão

Capacitação do **cidadão**

Cidadania da **moralidade**
incidindo na conduta social



Social Responsibility ≠ Corporate Citizenship

HSBC



Microsoft



Coca-Cola



Várias empresas globais já perceberam que não podem fazer de seus programas de *social and environment responsibility* um mero instrumento de marketing de reputação ou de imagem institucional.

Com um mundo cada dia mais interativo e transparente, prometer filantropia e solidariedade (que é decisão da pessoa física) com os recursos de acionistas de grandes *public companies* fica cada dia mais impraticável. Ao contrário da prática de assistencialismo corporativo arraigado na nossa cultura jesuítica, estas empresas são algumas das milhares de signatárias do *UN Global Compact* e não brincam de tomar o lugar das instituições de Estado, mas sim de fortalecê-las nas suas articulações internacionais.

Os 10 princípios básicos do Pacto Global da ONU



O Pacto Global (UN Global Compact) advoga dez princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998), da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (2003).

Não basta assinar, aderir, concordar publicamente e não agir ou exigir uma conduta política responsável para com tais princípios.

Na verdade, o Princípio 10, do combate à corrupção e ao suborno e extorsão, é que determina a cidadania corporativa de uma empresa.

• *COMBATE À CORRUPÇÃO*

Princípio 10: *As empresas devem combater a corrupção sob todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.*

Pois este é o que dá efetividade às garantias das instituições do Estado contra a violação dos direitos humanos (*princípios 1 e 2*), do trabalho (*princípios 3, 4, 5 e 6 – das condições de trabalho, negociação coletiva, trabalho forçado, trabalho infantil e discriminação no emprego*) e do meio ambiente (*princípios 7, 8 e 9 – prevenção a desafios ambientais, responsabilidade ambiental, e incentivo ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis*).



O monitor cidadão



Na outra ponta, os meios de comunicação brasileiros ainda não aprenderam a fazer o chamado “merchandising cívico” de valores.



"Não vote em cores ou discursos. Vote nas melhores propostas." é uma campanha com um sentido de educação política, realizada por iniciativa do maior grupo de comunicação do México.

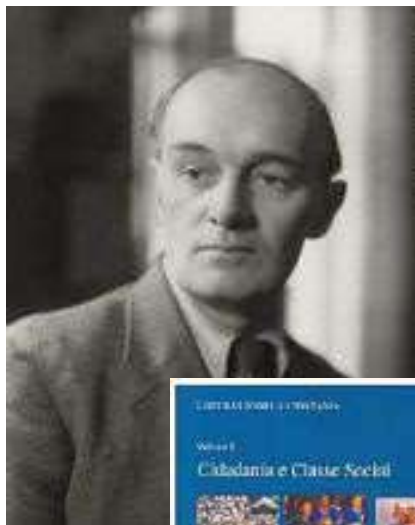


Ciudad de México, 2006

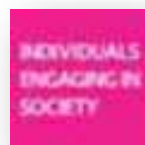


Marshall: inspiração conceitual

Dica de leitura:



O custo de ter direitos, sobretudo os sociais, é o dever de cidadania de participar da vida política e controlar os mandatos, governos e orçamentos públicos do país.



Citizenship Foundation

Evolução do conceito

1ª geração – Solidariedade

Cidadania como expressão de direitos sociais, filantropia, moral religiosa, assistencialismo.

Incide sobre a emoção.

2ª geração – Norma/Legalidade

Cidadania como expressão de direitos civis, civilidade, urbanidade.

Incide sobre a razão.

3ª geração – Moralidade

Cidadania como expressão de direitos/ deveres políticos, controle social de governos e orçamentos, justiça e segurança.

Incide sobre a conduta social.



Cidadania e Classe Social (1950)

Thomas Humphrey Marshall (1893 - 1981)



Benchmarks



- **Berlim, 1918, Staatsburgerschule** – Friedrich Naumann (FDP)
Fiel da balança na República de Weimar antes da ascensão do nazismo, entre democratas-cristãos (CDU) e social-democratas (SPD)



- **Londres, 1989, Citizenship Foundation** – Lord Phillips of Sudbury
To engage people in democratic society – Democratic Life
BBC – For civic and political education



- **Washington, 2006, Sunlight Foundation** – Michael Klein and Ellen Miller, ex-lawyers
Transparency activists for open data and open government



- **México, 2006, Fundación Televisa** – Monitoreo Ciudadano
Campanha de conscientização de responsabilidade política no âmbito de sua iniciativa “*tienes el valor o te vale?*”. Algo como “*tens valor ou és omissos?*”.



Os 4 segmentos de INGs (Indivíduos Não-governamentais)



Cidadania é transformar o vício corporativo das empresas e entidades em virtude cívica e política de seus membros!

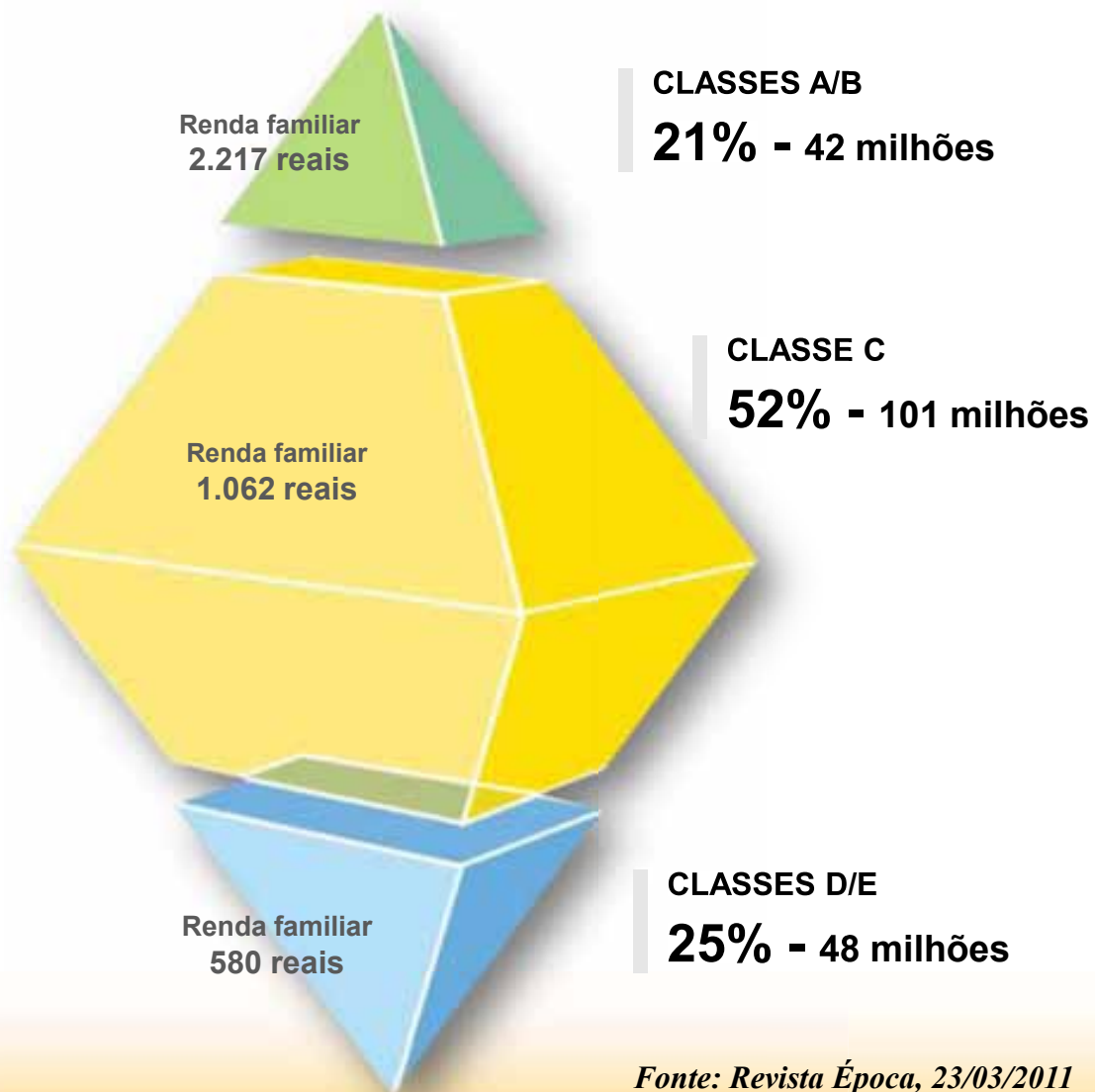


Desafio de Responsabilidade Política

Convite à ação:

Cidadãos exemplares, conscientes e esclarecidos como os que apoiaram a Ficha Limpa devem se engajar na formação de outros cidadãos.

- Exemplo: apenas 15% dos cidadãos de classe A/B, num universo de 60 milhões de internautas brasileiros (dos quais 87% participam de alguma rede social)



Fonte: Revista Época, 23/03/2011

Educação para reduzir as desigualdades sociais?



O tema do seminário do Prêmio Jovem Cientista, iniciativa do Globo com apoio do empresariado, é mesmo “educação para reduzir as desigualdades sociais”? Não lhe parece que esta finalidade subalterna (para não dizer mesmo esquerdista) da educação e igualdade social não desvirtua a finalidade maior de formar um cidadão independente, autônomo e crítico com relação aos desmandos dos governantes, que é a definição por excelência da plena cidadania?



O concreto e o simbólico



O que evita a demagogia é a consciência política das elites e sua responsabilidade de liderança, e não a conduta dos desvalidos. A pobreza é sempre massa de manobra e iludida pelos maus governantes, independente de cultura e tempo histórico. Pois é premida pelas demandas da sobrevivência concreta e imediata, e não simbólica.



Para refletir e praticar



De posse da cartilha "Cidadãos Exemplares e Flagrantes da Cidadania", vamos fazer um debate em busca do conceito de exemplaridade para estas três dimensões e suas barreiras: a mídia (questão da isenção), o empresariado (questão das relações políticas) e os cidadãos (questão da boa conduta social).



Enquanto isso...

"Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo sua ciência; muda sim pela sua cultura".

Betinho - 1993

"O momento exige que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas"

Benjamin Disraeli, romancista e político inglês (1804/1881)

"The true administration of Justice is the firmest pillar of good government" G. Washington - Inscrição do frontispício da sede da New York Supreme Court of Justice

"No justice, no peace"

Slogan da revolta popular de afro-americanos em Los Angeles que, em 1993, enfrentaram a polícia armada contra uma sentença equivocada, e depois revogada pela corte do estado da Califórnia, de absolvição de policiais que assassinaram um negro inocente. Citado em Mídia e Cidadania.

"Que continuemos a nos omitir da política é tudo o que os malfeitores da vida pública querem."

Bertolt Brecht

– escritor, dramaturgo e poeta alemão (1898-1956).



Marcos da cultura de cidadania da mulher



*Liberdade Guiando o Povo, por
Eugène Delacroix (1830)*

A Monarquia é pátria, viril,
masculina.

A República é mátria,
feminina inspirada em Palas
Atena, símbolo da guerra
justa e da liberdade.

A própria liberdade / justiça
não é apenas uma
representação, é Marianne,
uma heroína de fato da
Revolução Francesa.



Marcos da cultura de cidadania da mulher



Em 1903, a cidadã Emmeline Pankhurst funda a WSPU – Women Social and Political Union (União Feminina, Social e Política), cujas militantes, que atuaram até o início da Primeira Guerra, ficaram conhecidas como *suffragettes*.

Mrs Pankhurst várias vezes é presa, protestando com greve de fome contra a discriminação da mulher pela legislação eleitoral inglesa.

Por ironia do destino, acaba morrendo em 1928, ano em que a Inglaterra concede, enfim, este direito político às suas cidadãs, mesmo assim apenas a partir de 30 anos de idade.



Crime does not pay: benchmarking da cultura de cidadania americana



-  1920 = Fundação da *League of Women Voters*.
-  1929/1938 = Grande Depressão, *New Deal* e *social relief*.
-  1929/1931 = Eliot Ness e os Intocáveis vs. Al Capone e o assalto ao Estado.
-  1934 = Alcatraz - mais do que meio de punição, meio de comunicação.
-  1920/1940 = Comics da Fox Corporation e jornalismo cívico.
-  Hollywood = “*Trial movies*” = merchandising da Justiça.

Exigência política de mudança no Executivo

Exigência civil de mudança na Justiça

Exigência cultural de mudança na Mídia

-
-  1982 – Teoria da Janela Quebrada – *pelo cientista político James Q. Wilson e o psicólogo George Kelling*.
 - 1990 = Operação Mãos Limpas.
 -  1994 = Programa “Tolerância Zero”.

Protagonismo das carreiras de Estado



Mani Pulite - a Operação Mãos Limpas



Giovanni Falcone (1939 - 1992) foi um juiz italiano especializado em processos contra a máfia siciliana Cosa Nostra.

A Operação Mãos Limpas ou *Mani pulite* foi uma investigação judicial de grande envergadura em Itália que visava esclarecer casos de corrupção durante a década de 1990, na sequência do escândalo do Banco Ambrosiano em 1982, que implicava a Máfia, o Banco do Vaticano e a loja maçônica P2.

A Operação Mãos Limpas levou ao fim da chamada Primeira República Italiana e ao desaparecimento de muitos partidos políticos. Alguns políticos e industriais cometeram suicídio quando os seus crimes foram descobertos.

Um dos pontos mais importantes foi o testemunho do ex-mafioso Tommaso Buscetta, por ser o primeiro "capo" da máfia italiana a quebrar o código de silêncio, a *omertà*.



Seu assassinato - juntamente com a esposa e seus guarda-costas – levou a opinião pública a exigir mais empenho da justiça com os corruptos de colarinho branco cooptados pela Máfia e Cosa Nostra.



O programa “Tolerância Zero”



Rudolf Giuliani tornou-se famoso por implementar a política de "tolerância zero" contra criminosos em Nova York, quando foi prefeito da cidade (dois mandatos consecutivos, de 1994 a 2001).

Na década de 1990, os índices de criminalidade na cidade de Nova York foram drasticamente reduzidos através de medidas de tolerância zero contra quaisquer tipos de crime cometidos, principalmente pichações e retomada de áreas ocupadas por gangues, como estações de metrô.

A taxa de criminalidade (crimes por 100 mil habitantes) é atualmente a menor entre cidades com mais de um milhão de habitantes do país, e a quarta menor entre cidades com mais de 500 mil habitantes.

Iniciativas da sociedade civil, como o Citizen Corps e o Crime Stoppers USA, dedicam-se a divulgar a importância de os membros de uma comunidade vigiarem a rotina no bairro e comunicarem à polícia qualquer movimentação fora do normal.



Vigilante Rodoviário, uma das poucas tentativas nacionais



A utilização da mídia como um sistema de merchandising da Justiça, e de divulgação de valores da cidadania como o respeito às leis e aos contratos, não passou de uma única tentativa: um seriado de TV que foi ao ar nos anos 60.



Brado Retumbante, minissérie



Esta 76ª minissérie da TV Globo é decididamente a mais ousada narrativa sobre os costumes políticos brasileiros dos últimos anos, a ponto de animar debates acalorados sobre que políticos de nossa vida recente inspiraram os principais personagens. Mas o que de fato importa é a maior rede de televisão aberta brasileira se debruçar sobre o tema.

Uma vez que as demais instituições reprodutoras de valores morais estão a falhar na sua outrora nobre missão, como os sistemas de educação pública e do judiciário do estado. Ou a família, por uma crise de reestruturação como nunca havia passado antes nestes mais de três milênios de existência. As igrejas por uma crise de valores e de credibilidade que as jogam na mesma vala comum da política partidária, na disputa comercial e pelo controle de fundos pecuniários, além da conduta imoral de alguns de seus sacerdotes. As empresas, pela ganância global, não tem mais espaço para enxergarem um pouco mais além do próximo balanço, em prejuízo direto da sustentabilidade na própria vida na terra.



Cartilhas “Moral e Cívica”, a tentativa via Educação



Dirigida para a 1ª e 2ª séries de primeiro grau, a cartilha “Brasil de todos nós” foi lançada por Terezinha Saraiva, Heliette Covas Pereira e Heloísa Maria Leiras Matos em 1973.

As matérias de Moral e Cívica, no Ensino Básico, OSPB – Organização Social e Política Brasileira, no Ensino Médio, e EPB – Estudo dos Problemas Brasileiros, no Ensino Superior, não seguiram adiante, atropeladas pela interpretação equivocada pós regime militar de que elas serviam mais aos interesses de uma ditadura do que a formar verdadeiros cidadãos.



“A Pátria Brasileira”, de Olavo Bilac, foi lançado já em 1911, traduzia a relação entre civismo e identidade nacional, no momento de construção de uma nova nação, com o advento da República.



A mídia e a Justiça do anão, castelão e mensalão

Se a Justiça não recebe da grande mídia a mesma atenção dada aos outros poderes, a sensação que fica reforçada para os cidadãos é a de que ela simplesmente não existe, acabando por produzir na realidade a desmobilização da cidadania, a permissividade com relação aos crimes e a sua própria condição de possibilidade.



FENÔMENO



Castelo Mona Lisa, do deputado Edmar Moreira, não contabilizado em sua declaração de bens.



FATO

AFAVORITA

O deputado corrupto Romildo, vivido na novela A Favorita pelo ator Milton Gonçalves, não foi investigado, processado, julgado e punido. Num ato de auto-consciência cristã arrependeu-se de seus “pecados”.



O desentendimento sobre as funções da mídia



Charge de Edgar Vasques para o blog Tinta China

Nossos produtores de conteúdo, por falta de boa formação acadêmica e de cultura geral, exorbitam sobre as funções da mídia e não se atentam que não é a imprensa que investiga, denuncia, acusa e condena.

É a polícia que investiga, o Ministério Público que denuncia e acusa, e os tribunais que julgam e condenam ou absolvem. A mídia brasileira, de maneira geral, acha que investiga, relata, denuncia, acusa e julga, quando não mistura tudo ou, o que é pior, limita em nosso imaginário o processo judiciário à atuação da polícia!

Cabe a ela tão somente buscar informar imparcialmente, na medida em que reporta narrativas sobre o que julga ser fatos. Para tanto, deve checar informações e ir além da cobertura bipolar, de cunho maniqueísta.



O realismo fantástico na mídia



*Matéria na mídia:
“Enchente do Rio Uruguai
no Rio Grande do Sul
começou a baixar e revelou
uma cena chocante: uma
vaca foi encontrada morta
em um poste de energia na
cidade de São Borja”.*
(08/07/2014)

No Brasil como, de resto, na América Latina, predomina uma cultura de realismo fantástico no imaginário social e político: o gosto pelo extraordinário, a visão descolada do real, do fato como narrativa racional e do fenômeno como narrativa fantástica tornada verdade pela repetição.



*Marc Chagall (1887-1985) - “Vaca vermelha
em céu amarelo”
(década de 1910)*

A escola literária do realismo fantástico inspira no Brasil o principal programa jornalístico da maior rede de televisão “Fantástico – o show da vida”, que transforma o extraordinário em ordinário; a ordem é a falta de ordem.



Mídia como fenômeno do imaginário social

O fato narrado não se limita à realidade, uma vez que este se compõe também do imaginário social e seus fenômenos



Por que incidir no imaginário social com uma campanha:

1. Mesmo que corrompidos os valores de uma dada mentalidade dominante, é aquela que é crível pela opinião pública
2. Para além dos valores, doutrinas, preconceitos, idiosyncrasias, crenças e visões de mundo, somos movidos a um "lugar" a ser atingido
3. Para além da informação sobre a realidade e o impacto da notícia, também se muda uma cultura pela lembrança frequente das tradições
4. Uma vez a corrupção dos valores do imaginário social implícito nas narrativas do entretenimento e do jornalismo, só nos resta as campanhas de utilidade pública



Mídia como fenômeno do imaginário social

O fato narrado não se limita à realidade, uma vez que este se compõe também do imaginário social e seus fenômenos



5. Se a narrativa do jornalismo quer dominar a razão pelo fato e a o entretenimento quer dominar a emoção pela imagem, o intervalo é o lugar da esperança

6. Precisamos de uma campanha com a perenidade de uma crença e não com a fugacidade publicitária, que pretenda convencer pelas propostas e persuadir pelos sujeitos

7. Uma campanha de propostas que se completam e cidadãos que se encontram, mesmo que no espaço público virtual da mídia, mas que tenham a faculdade de se reunir em assembleias reais

8. Para além de cidadãos capazes e conscientes, o efeito será o da convicção de influir no espaço público a despeito da distante notoriedade dada a celebridades e políticos pela mídia

9. Com a campanha Agentes de Cidadania qualquer cidadão pode participar desde que tenha propostas e se engaje nas mesmas, predicados de uma verdadeira elite



Civic ou cinic journalism?



- “*Notícia é o homem que morde o cachorro*”
- Romantismo do bizarro, da banalização do mal
- A notícia do crime é desproporcional à da pena
- Espaço público é tomado mais pela imoralidade do que pela moralidade pública
- Resultado é a alienação política do cidadão
- Filosofia moral como base da filosofia política
- “*Cultura do rabo preso*”: a omissão não nos desculpa, mas cumplicia
- O herói sem caráter (Macunaíma) é alegoria
- O discurso do *cinic journalism* é interessado
- Chega de impunidade! Ouse cumprir e fazer cumprir a lei!



A responsabilidade da mídia

A responsabilidade política da mídia é a de superar “a voz das ruas” pela voz dos cidadãos responsáveis e atuantes.

Se a mídia é uma empresa privada, formada por uma elite de cidadãos bem intencionados, deve fazer a sua parte pela mudança de nossos miseráveis costumes políticos - juntamente com as melhores lideranças sociais e empresariais - para que a corrupção dos valores de nosso imaginário político não prevaleça, alimentando ainda mais a instabilidade social que não interessa a ninguém, sobretudo aos agentes econômicos, mas, sim, que se resolva numa nova cultura e prática políticas.



História da imprensa

- *Acta Diurna* – Roma, 59 A.C – iniciativa de governo.
- Boletins/jornais em papel – China, séc. VIII
- Prensa de Gutenberg – Alemanha, 1447
- *Notizie scritte* – Veneza, 1556 – moeda “gazetta” – iniciativa de governo
- Gazette – Paris – 1631 – iniciativa privada
- *The London Gazette* – Londres, 1665, mais antigo jornal em circulação até hoje, como um diário oficial do Judiciário
- Proteção à liberdade de imprensa – Suécia, 1766
- Correio Braziliense – impresso em Londres, 1808 - e *Gazeta do Rio de Janeiro* - primeiro jornal a ser impresso no Brasil



Pastiches & paródias



The *Voice of America* (VOA) is an international multimedia broadcasting service funded by the U.S. Government in 1942 in favour of the ideals of the American people.

VOZ DO BRASIL



Pastiche da Voz da América, a Voz do Brasil transmite exclusivamente a mensagem oficial do Governo brasileiro.



A paródia da Voz do Cidadão, ao contrário, tem como missão transmitir a mensagem da cidadania brasileira.

Panorama da reflexão da cidadania no mundo

O custo de ter direitos, sobretudo os sociais, é o dever de cidadania de participar da vida política e controlar os mandatos, governos e orçamentos públicos do país.

A Voz do cidadão-morador (direitos civis)



A Voz do cidadão-eleitor (direitos políticos)



A Voz do cidadão-pagador de impostos (direitos sociais)



A Voz do cidadão-consumidor (direitos econômicos)



Para além das ouvidorias, as *olhadorias*



Somos nós que devemos assumir a cidadania através do controle social dos mandatos, dos governos e da aplicação dos orçamentos públicos. Sem descuidar também do exercício cotidiano da fiscalização dos agentes da lei, da vigilância da administração pública, através das ouvidorias e corregedorias da Justiça, da polícia e das demais instituições do Estado. Ouvidorias essas que estão mais para as “Ouvidorias de el-Rei” coloniais, órgãos auxiliares dos donatários das capitanias hereditárias, do que para o moderno conceito de *ombudsman*.

Mas sobretudo através de *olhadorias*, ainda por serem desenvolvidas por aqui. Interessante: só em português não há este sinônimo para as *veedurias ciudadanas* (Colômbia, Equador), os *neighborhood watchers* (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido), os *voisins vigilants* (França), a *surveillance mutuelle des habitations* (Suíça) ou as *sicherheitswacht* (Alemanha) das associações civis da cidadania consciente e atuante.



Para refletir e praticar



Com a cartilha Declaração de Responsabilidade Política, e tendo por base o caso de exemplaridade abaixo, vamos debater a importância que os cidadãos mais conscientes têm em esclarecer os aspectos da plena cidadania para outros cidadãos.



"Não vote em cores ou discursos. Vote nas melhores propostas." é uma campanha com um sentido de educação política, realizada por iniciativa do maior grupo de comunicação do México.



Cidadania Política ≠ Cidadania Fiscal

O que precisamos é de uma mudança de paradigma. Para além de cidadania fiscal, precisamos de uma consciência de cidadania política, que é o que vai influenciar essa mudança. Cidadania fiscal sozinha não persuade os demais segmentos da opinião pública, até porque o imposto no Brasil é embutido, passando a falsa idéia de que trata apenas do interesse do empresariado.



Cidadania Eleitoral ≠ Cidadania Política



Às iniciativas exemplares do TSE devem se seguir outras, pois para além da cidadania eleitoral, o que se espera do poder público é o incentivo ao desenvolvimento de uma verdadeira cidadania política.

Enquanto a cidadania eleitoral só é exercida a cada dois anos, e apenas no que se refere ao processo de votação em si, a cidadania política envolve um trabalho permanente de participação social, de fiscalização de mandatos, de governos e, acima de tudo, do que é feito com os orçamentos públicos.



“Disque-denúncia & clique-cidadão”

O “disque-denúncia” atua:

- no âmbito da consciência dos direitos individuais, contra lesão da pessoa e da propriedade privada
- como serviços de apoio à polícia e órgãos de segurança
- através da mídia de massa e do telefone
- garantindo o anonimato da denúncia, que é nula de exemplaridade e discutível jurídica e processualmente
- sem adequação como ferramenta de marketing social da empresa patrocinadora
- sem pretender retorno de serviços para um usuário solitário

E o “clique-cidadão” complementa:

- no âmbito da consciência dos direitos civis coletivos e da força do associativismo
- em parceria com o judiciário mas excluindo os delitos criminais e relações com a polícia
- faz uso de mídia impressa e internet
- garantindo a privacidade e, segundo o modelo da tolerância zero, assumindo a vigilância como conduta coletiva e exemplar
- como a mais oportuna bandeira e instrumento de responsabilidade social de uma empresa-cidadã
- oferecendo serviços de educação e cultura de cidadania pelo estímulo à exemplaridade.

O Brasil tem jeito?

Domingo, 26 de agosto de 2007

O GLOBO

RIO • 31

ANCELMO GOIS



O Brasil tem jeito?

Parte da intelectualidade nativa anda pessimista com o futuro da pátria. O baixo-astral começou com FH, em entrevista a João Moreira Salles, na revista "Piauí": "Ninguém se engane. O Brasil é isso mesmo que está aí."

Arnaldo Jabor, um pouco menos pessimista, diz, à la Nelson Rodrigues, que o brasileiro tem de assumir "a própria lepra". Roberto Pompeu de Toledo, na "Veja", aponta sinais crônicos de que "o Brasil acabou" como a escola que não ensina, os hospitais que não curam, a polícia que não polícia, a Justiça que não faz justiça, a violência, a corrupção, a miséria, as desigualdades.

Mas, para o povão, a esperança é a última que morre. Veja só. Pesquisa DataGoi/Painel de Leitores do GLOBO revela que 56% acreditam que o Brasil ainda tem jeito. Mas não é pequeno o percentual dos que têm dúvida (23%). Nem o dos que acham que a saída para o Brasil é o Galeão (21%).

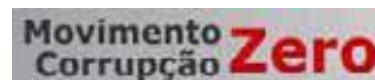


Uma campanha pela legalidade



Premissas:

- Cultura de cidadania - única arma para o efetivo combate da cultura de impunidade.
- Uma parcela significativa de cidadãos já está consciente da urgência do desenvolvimento dessa cultura, no plano do sistema educacional. Todavia, isso não basta; é preciso envolver a mídia como sistema de reprodução de valores.
- Uma campanha diferente das campanhas “passivas” e “choramingas”, onde mais se “denuncia” do que se propõe como alternativas viáveis e objetivas para a cidadania.



A campanha Brasil Direito



A Voz do Cidadão, em parceria com a Moviart

Produções, está propondo uma grande campanha de apelo à consciência de cidadania, com o lançamento de um manifesto a ser divulgado por personalidades reconhecidamente ligadas à luta da cidadania em seus vários campos de atuação.



Estúdio móvel para gravações

Anúncios minimídia para mídia impressa.



Os graus de consciência de cidadania



Relação entre desiguais

O cidadão se sente tocado pelas questões coletivas, mas sua ação é movida pelo sentimento de solidariedade ou caridade.



Relação entre desiguais

Apesar de ter capacidade crítica para avaliar as questões públicas, o cidadão se omite e não cobra dos governantes, através das instituições de Estado, as políticas públicas devidas.



Ação entre iguais

Para além da capacidade crítica para avaliar as questões públicas o cidadão é engajado, cobra dos governantes e principalmente mobiliza outros cidadãos a fazerem o mesmo.



A questão fundamental da cidadania

CIDADÔMETRO
MEDIDA DE CIDADANIA

Quando você vê os espaços e recursos públicos sendo usados indevidamente, o que você faz?

CIDADÃO SOLIDÁRIO

Você é solidário com quem é prejudicado, e age por convicção moral ou espírito humanitário e não com uma plena consciência de seu papel na sociedade.

CIDADÃO CONSCIENTE

Você sabe o seu papel na sociedade e tem posição crítica em relação a governantes e políticos. Reclama, mas não passa disso e acha que o problema é sempre do Estado.

CIDADÃO ATUANTE

Com base em sua consciência política, além de se manifestar, você participa, usa as instituições de Estado e mobiliza outras pessoas para agirem em prol dos direitos e deveres dos cidadãos.

www.avozdocidadao.com.br



Cidadômetro – a multi-ferramenta da cidadania



1 Medição do grau de consciência de cidadania

2 Panfletaria - Distribuição de panfletos para mobilização à ação social

3 Ponto de captação de imagens e depoimentos para redes sociais

Além de:

- Intervenção no espaço urbano
- Ponto para o debate público
- Difusão/promoção do conceito de plena cidadania
- Agenda de cidadania para a mídia
- Ferramenta de ação política
- Ponto de troca de experiências



Entre outros, o objetivo do Cidadômetro é compilar informações para se montar

um índice do grau de Consciência de Cidadania brasileira.





A multi-ferramenta da cidadania



• Intervenção no espaço público

O Cidadômetro ficará estacionado em função do patrocinador que esteja interessado numa ação legítima de *Corporate Citizenship*, como na entrada de instalações empresariais, praças, estacionamentos, shoppings, terminais de transportes, *campi* universitários ou outros locais que marquem o limite do território privado e do espaço público.

• Medição do índice de consciência de cidadania

Através de um formulário e um sinalizador com sistema eletrônico de coleta de votos será compilado um índice sobre o grau de atuação de cidadania: cidadãos solidários, conscientes e atuantes.



• Mobilização para ação social

Ao ser confrontado sobre a questão descrita no formulário, o cidadão será também incentivado, para além de ter consciência crítica, a agir e mobilizar cidadãos para cobrar soluções para seus problemas.





A multi-ferramenta da cidadania



- **Ponto para o debate público**

O Cidadômetro, com os seus equipamentos áudio-visuais, funcionará como um incentivador do debate público, atraindo grupos de cidadãos em torno de si e servindo como uma ferramenta de ação política. Através de vídeos exibidos num monitor de TV, os cidadãos entrarão em contato com experiências de outros cidadãos, num processo de autoinstrução.

- **Difusão do conceito de plena cidadania**

Ainda pouco entendido no Brasil, o conceito de plena cidadania poderá ser esclarecido também através da distribuição do quiz do Cidadômetro, disponível também no portal da Voz do Cidadão.



- **Agenda de cidadania para a mídia**

As ações do Cidadômetro servirão de pauta para os veículos de comunicação parceiros, através de *press releases* a esses veículos. O Cidadômetro terá um repórter e um cinegrafista que estarão responsáveis por captar imagens e depoimentos a serem usados também em *videocasts* na internet e mesmo num posterior documentário sobre esta experiência pioneira.



Repercussão na mídia



Internet

(notas na Agenda e redes sociais)

- 100 mil seguidores
(40 mil cadastrados)

Boletins em rádios

(Rede CBN/rádio Globo nacional)

- 800 mil ouvintes/minuto

Cidadômetro

(urna/panfletaria)

- Perto de 630 mil transeuntes
(10 mil votantes/16 mil panfletos em
8 campanhas)

TOTAL: 1,53 milhão de cidadãos

Cobertura espontânea de TV

(fora jornais, revistas e rádios)

- nacional e internacional
- dezenas de milhões de
espectadores



Repórter Rio - TV Brasil
01/05/2011



Bom Dia Brasil - TV Globo
04/05/2011



Bom Dia Rio - TV Globo
09/05/2011



Balanco Geral - TV Record
16/05/2011



RJ no ar - TV Record
16/05/2011



Jornal da Tarde - RTP
07/06/2011



TV Câmara
22/07/2011



Bom Dia Brasil - TV Globo
27/10/2011



A campanha Tome Conta do Brasil



Nós, cidadãos brasileiros, somos reconhecidos em todo o mundo por nossa hospitalidade, nosso espírito de solidariedade e como não poupamos esforços para ajudar os outros, não é mesmo? Pois, para além disso, você não acha que é mais importante ainda adotar mandatos e governos, cuidar e fiscalizar para que os orçamentos sejam bem planejados e executados?

Afinal, elegemos nossos representantes nos governos para que cuidem de questões importantes como as crianças nas ruas, a segurança pública e muito mais.

É começando por cuidar do que está à nossa volta que poderemos dar grandes passos em direção da transformação de nossa cultura de impunidade por uma cultura de plena cidadania.

Cuide do que é público no entorno de sua loja, restaurante, posto, farmácia, banca de jornais, padaria, supermercado ou qualquer estabelecimento comercial, até mesmo um simples quiosque.



Materiais da campanha

Entre em contato com a Voz do Cidadão, associe-se ao nosso Instituto e receba materiais de campanha personalizados com a logomarca da sua empresa. De acordo com o bem que você deseja proteger (um banco de praça, uma árvore, uma cesta de lixo, o que for), a Voz do Cidadão entrega a arte de um cartaz específico, volante e até mesmo de uma camiseta para você iniciar a sua campanha de cidadania.

Divulgue esse cartaz e consiga, com seu exemplo, que outros cidadãos passem a respeitar o que é público, o que é de todos.



Camiseta



Adesivo

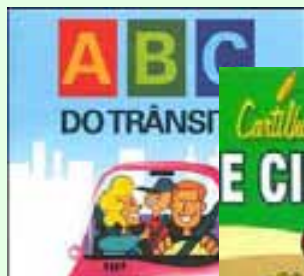
Cartazete



Medidas para um gestor público cidadão

A raiz de nossa violência social está na violação legal – Broken Windows 1982

Curitiba/PR



São Caetano do Sul/SP



São Paulo/SP



São Paulo/SP

Às cartilhas regularmente produzidas por gestores públicos devem se somar outras, cujos temas sejam mais do interesse da cidadania

Comunicação

- Campanhas de panfletagem em escolas, associações de moradores, condomínios, sobre direitos e deveres dos cidadãos
- Utilização do espaço democrático da internet para divulgação transparente de informações (orçamentos, planos e metas de governo, gastos)



Medidas para um gestor público cidadão

Mobilização

- Utilização de sistemas volantes para atendimento e educação aos cidadãos, a exemplo do “ônibus legal”, principalmente para localidades mais remotas
- Implantação de ouvidorias em departamentos-chave
- Criação de diversos sistemas de participação direta, como Disque-Denúncia, Disque-Fraude, Disque-Corrupção e Disque 153 contra desordem urbana



A Prefeitura de Piracicaba/SP tem um serviço de disque-denúncia desde 2005, em parceria com o empresariado local.



Em João Pessoa/PB, o projeto Ônibus-Legal, parceria da Superintendência de Transporte e Trânsito municipal (STTrans) e uma empresa privada, leva a crianças e adolescentes noções de direitos e deveres no trânsito e transporte.

Medidas para um gestor público cidadão

Governança

- Criação de programas tipo “São Paulo Mais Fácil” para atendimento expresso em serviços essenciais e recebimento direto de denúncias / reclamações / reivindicações
- Adoção de um sistema de orçamento participativo, onde a gestão se dá por metas transparentes e bem definidas
- Abertura de canais de comunicação e de interação com comunidades e setores interessados, como conselhos tutelares e de cogestão comunitária.



Desde 2005, a prefeitura de Monte Alto/SP adotou também o orçamento participativo, um dos pilares do controle social pela cidadania, somando-se a várias outras que já utilizam o sistema em todo o país.



O programa Poupatempo do governo do estado de São Paulo oferece dezenas de serviços em um único local, em centrais de atendimento na Grande São Paulo e no interior. O programa possui também atendimento móvel itinerante.



Medidas para um gestor público cidadão

Oficinas e panfletos de mobilização

Implantação de oficinas de cultura de cidadania com gestores públicos e sociedade civil organizada, com o propósito de desenvolvimento de cartilhas cujos temas sejam mais do interesse da cidadania



Secretarias de desenvolvimento econômico, clube de diretores lojistas e associações comerciais



Gestores de comunicação e concessionárias de mídia



Gestores de segurança, PMs, guardas municipais, subprefeituras e associações de moradores



Gestores de turismo e empresas e associações do setor



Gestores de saúde pública, usuários, fornecedores, entidades e empresas do setor



Gestores de transportes, usuários, concessionários e entidades do setor



Gestores de energia elétrica, usuários, distribuidoras do setor



Gestores e empresas do sistema de saneamento e coleta de resíduos

Governos e Estado

Até mesmo o editor de opinião de O Globo, diante de um colaborador tradicional, não só troca como insiste na confusão entre “governos” e “Estado”.

Segunda-feira, 16 de novembro de 2009 O GLOBO

OPINIAO • 7

Estado *x* cidadão

(antes *O Estado-cidadão*)

JORGE MARANHÃO

Outra vez vemos retornar à pauta política a eterna questão sobre o tamanho do Estado. As declarações governistas são taxativas: “A tese do Estado mínimo é uma tese falida.” Resta saber se defendem “o Estado máximo” e o que este seria. Já FHC, em recente artigo de grande repercussão, condena o perigo do “autoritarismo popular” do atual governo. E levantam-se também as vozes dos críticos de um Estado excessivamente participante do jogo do mercado, que chega até a tentar influir nas decisões corporativas de grandes empresas privadas, como a Vale. Ou a usar em-

presas estatais, como a Petrobras, a Caixa Econômica ou o Banco do Brasil, para supostamente “regular” o mercado. O que seria impróprio, pois existem agências reguladoras exatamente para isto.

Mas, afinal, quais devem ser o papel e o tamanho ideal do Estado, de maneira a que não sufoque a iniciativa privada, mas também que não deixe a descoberto os interesses dos cidadãos?

Está claro que nossos governantes são habilitados ao se dirigirem ao povo, mas até o limite da livre expressão política dos cidadãos. Assim como desentendem a cidadania, desentendem o que seja a função ontológica do Estado, de garantir a segurança e a vi-

da e de arbitrar conflitos. Se acham que o Estado clássico evoluiu para um *welfare state*, muito bem, mas que não abandonem as suas funções precípuas! Porque, para desempenhar o seu verdadeiro papel de Estado a serviço da cidadania, ele não pode prescindir de ser digno e respeitável. E, acima de discussões sobre seu tamanho, devemos avaliar sua autoridade. O que não pode é prescindir de ser constituído de fato, e não apenas de direito, sobretudo por suas instituições-fim: judiciárias, políticas, de segurança, fiscais e de gestão, controle e regulação. E que assim possa de fato cumprir com suas obrigações, servindo mais à cidadania do que aos governantes de ocasião. Instituições garan-

tidas pelas prerrogativas das funções de servidores públicos concursados e de carreira, independentes de interesses eleitorais de políticos, governantes ou partidos.

O Estado, portanto, do ponto de vista do interesse público dos cidadãos, deve ser republicano, resultante de processos verdadeiramente democráticos de consulta, e não da demagogia de políticos espertos. **O Estado-cidadão, forte, legal e legítimo, exatamente para o melhor exercício do controle social sobre os próprios governantes, os mandatos políticos e a boa execução dos orçamentos públicos.**

JORGE MARANHÃO é publicitário.



Uma agenda da justiça focada na cidadania



Desonerar custos



Exercer controle social



Propugnar pelo aprimoramento
das instituições



Propugnar pela reforma política



Uma agenda da sociedade civil (empresas e ONGs)

-  Cultura de cidadania como cultura política;
-  Miséria política da cultura de impunidade X cultura de cidadania;
-  Baixo auto-estima e xenofilia pelo orgulho nacional;
-  Editoria denunciata e oficialista da opinião publicada X uma editoria da opinião pública do cidadão-leitor;
-  Individualismo & patrimonialismo pelo associativismo público e privado;
-  Contrato bilateral pelo contrato multilateral;
-  Orfandade civil pelo associativismo.
-  Reformas culturais e simbólicas dos sistemas político e judiciário.



Uma agenda da mídia focada na cidadania

-  Exemplaridade da boa conduta social;
-  Merchandising “político/civil” ao lado do merchandising social”;
-  Merchandising das penas sentenciadas (“*trial movies*”) e a solução judicial dos conflitos;
-  Exposição dos tribunais, do ministério público, a todo o processo judicial e à ação política da sociedade civil;
-  Rever cidadania como ação comunitária, urbanidade e responsabilidade social das empresas;
-  Rever o conceito romântico da notícia como o fora do comum e bizarro;
-  Rever o conceito de imparcialidade;
-  Rever o conceito de cobertura bipolar, que é sempre pelos extremos.

Uma agenda da livre empresa focada na cidadania

-  Aliança com as instituições de Estado e jamais com empresas públicas;
-  Aposta na função reguladora do Estado (agências reguladoras);
-  Distanciamento crítico de governos, candidatos, partidos e empresas públicas;
-  Fortalecimento das entidades corporativas independentes;
-  Distanciamento crítico do sistema “S” e do sindicalismo de resultados;
-  Aliança para controle social de governos com organizações da sociedade civil;
-  Supremacia da pauta civil e política sobre a pauta social.



Para refletir e praticar



O material "Mandamentos e Compromissos da Cidadania" nos dará um panorama sobre os deveres dos cidadãos conscientes e a conduta recomendada dos cidadãos atuantes, no dia-a-dia da plena cidadania. Para ler em grupo e comentar.



Desenvolvimento da cultura de cidadania: algumas medidas

- recurso à justiça sempre
- maior frequência a condomínios e coletivos comunitários
- maior participação na mídia
- conduta social de exemplaridade e participação
- desbloqueio mental da baixo auto-estima, cumplicidade e omissão
- participação política sempre
- maior priorização da educação fundamental e formação cívica e política
- controlar mandatos, governos e orçamentos públicos
- denunciar quaisquer irregularidades a órgãos competentes
- fazer sempre uso das ouvidorias e corregedorias
- não compactuar com pequenos delitos no espaço público
- maior compromisso de vigilância dos agentes e órgãos públicos
- engajamento em campanhas civis de interesse público
- engajamento em programas comunitários de educação política
- compartilhar experiências e conhecimento



Mídia e Cultura de Cidadania no Brasil

- Natal sem fome
- Disque-denúncia
- Uso do cinto de segurança
- Redução do consumo de energia elétrica
- Merchandising social de campanhas de saúde pública e discriminação social
- Cocô de cachorro nas calçadas



E a participação política?



Cultura & Mercado

A marca não é apenas de uma mercadoria.

Ela simboliza sobretudo um ideal e um compromisso



World-Class Brands, Products, People



ENJOY COCA-COLA,
A REFRESHING DRINK



His Master's Voice



MIL E UMA UTILIDADES

BRASTEMP

É UMA BRASTEMP



ADOÇA MELHOR



Minimídia x maximídia

O que denominamos de *minimídia* é um modelo estratégico de programação, compra de espaço de mídia e criação de propaganda que privilegia a colocação de pequenos anúncios em seções ou colunas fixas na mídia impressa, e mesmo *merchandising* de marca e vinhetas de patrocínio nas mídias eletrônicas, aumentando-se consideravelmente a frequência de veiculação por igual verba aplicada.

O conceito se opõe ao que chamamos de *a arte ingênua do advertising*, programação esporádica de campanhas de alto impacto, em mídia aberta, usualmente elaboradas a altos custos de criação e produção pelas agências de publicidade convencionais, e cujo retorno (*recall*), quando existe, é mais do tema da campanha do que propriamente da marca do anunciante.

Prêmio MaxiMídia 2002

Rentabilizar as verbas de comunicação utilizando requintes de oportunismo e criatividade aliados a um rigoroso planejamento é tarefa que vem sendo muito cobrada pelos anunciantes

(Revista Meio & Mensagem, agosto, 2002)



O que compra o marketing político: arte ou argumentação?

Marketeiros eleitorais x *advertising*

Advertisers x advisers

Freguês x consumidor

Só com a estratégia de argumentação da propaganda, relativa à significação da marca, para além da arte ingênua da publicidade, relativa à mera exibição do produto, poderemos ter eficiência em marketing.



A influência do *advertising* na propaganda política



A influência do marketing de varejo na propaganda política tem sido a tônica na comunicação de políticos, prefeituras, governos estaduais e federal. Como se fossem a mesma coisa, consumidor e eleitor, dinheiro e voto, produto comercial e nossa convicção política.

Mais que estratégia, um sintoma da crise de credibilidade de nossa representação política.

Afinal, será que somos apenas cidadãos consumidores de publicidade eleitoral, e não verdadeiramente cidadãos eleitores conscientes?



Branding do terceiro setor

Para além do recurso publicitário, o que importa é que a marca defenda um valor oportuno e consistente politicamente



DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA
E PELA VIDA - COMITÊ-RIO



*Abrindo para a criança
o coração do Brasil.*



INSTITUTO
ETHOS

X



**CRIME DOESN'T PAY!
CRIME STOPPERS DOES!**



BBB - Big Brother Brazil e o desperdício de um merchandising



Dada a responsabilidade social de sua audiência, a Rede Globo poderia fundar um novo paradigma cultural e de identidade étnica do brasileiro. Mais do que um Jeca Tatu, um Macunaíma, um Oscarito, um Zé Carioca, mais do que um primo pobre, um Nerson da Capetinga, um Bozó, um Odorico Paraguaçu ou Sinhozinho Malta, não podemos nos resumir aos paradigmas de estereótipos ingênuos de BBBs e ex-BBBs.

Pois estes são mais ficção do que aqueles realidade.



Para além do Big Brother Brasil, os BBB poderão vir a ser uma Brazilian Blazer Brigade da ação de mútua-ajuda da cidadania contra a violência e a impunidade.

4
Opinião

Monitor DA PROPAGANDA & MARKETING

OS BBB - THE BRAZILIAN BLAZER BOURGEOISIE

Jorge Mauerer

N a década dezanove, na corrida do ouro do oeste norte-americano, os aventureiros usavam carroças para a conquista e anulação dos territórios indígenas. Enquanto isso, na França, com a ascensão da burguesia mercantil e industrial urbana, o transporte preferido da cidade era o cabriolet, versão mais compacta das grandes carruagens da nobreza que faziam o caminho para os palácios fora de Paris. Já nesta

ferência por atravancar de utilitários off-road o trânsito on-road. Para além de se sentir mais alta e elevada, imagino que deva se sentir mais segura montada em seus blazers de rodilões largos, pilares choques de caminhonetes de reboque, lataria encamada, com amplo e ocioso espaço interno e todos os confortos de um carro de passeio convencional, ar condicionado, direção hidráulica, som estéreo-fônico com cd, câmbio automático, vidros elétricos, alarme e transco eletrônicos. É A burguesia nacional das grandes cidades está apavorada dentro de suas mini-funções urbanas. Apa-

exata de sua omissão pela responsabilidade social? Quando faz a opção de renúncia à participação social? Quando inveja Miami e Orlando e finge não ver as favelas que asfixiam seus condomínios fechados como ilhas de segurança?

Quando nutrem uma xenofilia preconceituosa com relação a tudo que vem de seu próprio país e de seu próprio povo, como se dele não fizesse parte? Buixasse um Brazilianist da Yale University, Professor Elder Brother, aqui nesta terra enjantada pela nata de seus filhos mais ilustres, aqui neste final de milênio, e sem dúvida lhe

estreiro de obsessão pela pátria, numa atitude de xenofóbica patriotada, mas no sentido de resgate do orgulho nacional, do amor, auto-estima e respeito pelo nosso povo. Ao mesmo tempo em que protegeria a sagrada identidade e a privacidade que tanto prezamos. Embora não tenha uma, e para dar o exemplo, estou até pensando em trocar o meu micro carrinho de passeio por uma blazer dessas. Para começar a fazer o grande marketing da cidadania contra a omissão da Justiça, mil de todas as violências. Para relançar uma espécie de disque-denúncia mais abrangente, geral e com a cobe-

mos um movimento de cidadãos pela difusão da cidadania consciente com apoio de toda a mídia cidadã, desde sucatas e panfletos de cadeias de lojas comerciais, passando pelos grandes jornais, até o horário nobre da TV Globo. Os membros de nossa Ação da Cidadania pela Consciência dos Cidadãos, em homenagem ao nosso grande e previsor Betinho, assinariam um termo de compromisso público e voluntário de não-compactação com qualquer sorte de delitos, desde os mais inocentes até os piores atos do crime organizado, protegendo, pela ação organizada, anônima e

1 de junho de 2000

Pois nossa excelência na geração de audiência do produto televisivo de entretenimento terá de se transformar em excelência na geração de credibilidade do produto televisivo de informação. Pois audiência sem credibilidade não produz consciência de cidadania. É mera distração e alienação. Sem qualquer adesão à marca corporativa de um grupo de mídia.



O merchandising “social” das novelas



Assim como os políticos demagogos, cria-se mais “direitos sociais” contra o Estado do que se empodera a cidadania de direitos e deveres políticos

- *De Corpo e Alma* – Doação de órgãos (1992)
- *Laços de Família* – Leucemia (2000)
- *Mulheres Apaixonadas* – Doação de medula (2003)
- *Senhora do Destino* – Mal de Alzheimer (2004)
- *Cabocla* – Tuberculose (2004)
- *América* – Deficiência visual (2005)
- *Páginas da Vida* – Síndrome de Down (2006)
- *Sete Pecados* – Leucemia (2007)
- *Caminho das Índias* – Esquizofrenia (2009)
- *Viver a Vida* – Tetraplegia (2009)



O imaginário da polícia e a omissão da justiça



O mais novo seriado da TV Globo é reedição do faroeste americano dos anos 30/40...



*... mas será mesmo
“investigação e inteligência”?*

No seriado televisivo “Força-Tarefa”, a luta contra a delinquência, realizada por uma instituição do poder Executivo como a polícia, se dá apenas no campo do próprio Executivo.

As instituições do Judiciário, poder de Estado responsável pela verdadeira difusão do valor da Justiça na sociedade, é omitida, quando existe exatamente para estabelecer limites entre as demais poderes e arbitrar eventuais transgressões. Afinal, por mais inteligência que esteja envolvida numa ação policial, o que prevalece é sempre a lei do mais forte.



Na forma da lei, o erro do argumento



Seriado projeta uma imagem do judiciário que mais confunde do que esclarece a função da Justiça numa verdadeira República.

O assassinato do noivo de uma promotora, a leva a se juntar com um juiz, uma delegada federal, um advogado e um jornalista investigativo para fazer justiça (ou vingança?) contra um playboy filho de um poderoso e corrupto senador. Quando é vedado aos agentes da lei atuar em equipe movidos por amizade ou causa pessoal. Na forma da lei, deveriam se declarar impedidos.

Apesar de começar a aparecer o judiciário na mídia brasileira, está sendo projetado um imaginário de privatização da *res publica* e a despolitização dos conflitos sociais.



Tropa de Elite 2 - A falta que a elite faz



Se a parte dois do filme continua na linha da violência, a porrada muda de endereço, se dirigindo à milícia como o novo ator da violação legal das nossas elites políticas. E não apenas dos comandantes policiais, como também do governador do estado, do secretário de segurança, dos deputados e de uma bancada alojada na própria Comissão de Ética do Congresso Nacional.

Mas, se isso pode fazer os cidadãos meditarem sobre sua própria responsabilidade política, ficou faltando outras instituições para a completa descrição do “sistema”, como a própria corregedoria da polícia, o Ministério Público e, sobretudo, a ação dos tribunais e da magistratura, como no caso dos *trial movies* americanos.



Fato & Fenômeno

O fato não é a invasão policial do Alemão! Isto é o fenômeno (fato = ficção)! O fato em contraste com a ficção é a boa interpretação política de 20 milhões de votos de Marina Silva = os 5 milhões de assinantes do projeto ficha limpa + os 15 milhões de espectadores do filme Tropa de Elite! Não é fato a generalização de que todo político é ladrão, que só tem picareta no Congresso, que a vida política é suja etc. Tampouco é fato que todo policial é bandido.

Trata-se tão-somente de fenômeno de mídia e de opinião! De repetir um fato pela sua própria e excessiva ocorrência! E que acaba justificando as pequenas transgressões de todos os cidadãos no dia-a-dia da vida social e realimentando, por sua vez, o ciclo vicioso desse estranho contrato social brasileiro da tolerância, da omissão e da impunidade, tipo cada um por si, quem tem telhado de vidro etc.

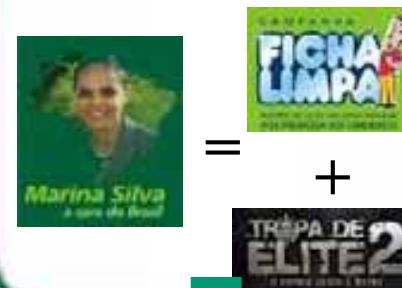
Quando a cidadania é exatamente o contrário, um ciclo virtuoso entre a mídia e a opinião pública, onde todos tomam conta de todos no espaço público exatamente porque querem se preservar de todos, e defender sua privacidade, liberdade, propriedade e segurança, valores inegociáveis da plena cidadania!



Ficções

- Todo político é ladrão;
- A política é suja;
- Polícia é bandido!

Fato



Boa interpretação do Fato/Ficção = 40 milhões de votos



Fenômeno

Bandido é bandido!



Polícia é polícia!

Módulo 14

16 • RUIZ

12.0.2008

Terça-feira, 30 de setembro de 2008

Adesão geral e irrestrita a programa de metas

Rio Como Vamos se reúne com os 12 candidatos a prefeito e todos assinam

'Temos de analisar o comportamento da população para traçar prioridades'

DEBORA PEREIRA
MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO

'O RCV propõe uma moderna rede de movimentos de gestão pública'

ANDRÉA PEREIRA
MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO

Foto: Zé. Imagem registrada no Avenida Brasil, em Copacabana, mostra a quantidade de lixo que

Sobre Si

• **tem intenção de se candidatar à prefeitura do Rio de Janeiro** para o mandato de 2008-2012, mas não se comprometerá a encabeçar uma lista de candidatos, a fim de garantir a liberdade de expressão dos cidadãos. O projeto é elaborado pelo movimento Rio Como Vamos (RCV), que tem como objetivo principal a organização e o fortalecimento dos movimentos de gestão pública. Não se trata de uma iniciativa que visa apenas a melhoria da qualidade de vida, mas também a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

• **tem intenção de se candidatar à prefeitura do Rio de Janeiro** para o mandato de 2008-2012, mas não se comprometerá a encabeçar uma lista de candidatos, a fim de garantir a liberdade de expressão dos cidadãos. O projeto é elaborado pelo movimento Rio Como Vamos (RCV), que tem como objetivo principal a organização e o fortalecimento dos movimentos de gestão pública. Não se trata de uma iniciativa que visa apenas a melhoria da qualidade de vida, mas também a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

• **tem intenção de se candidatar à prefeitura do Rio de Janeiro** para o mandato de 2008-2012, mas não se comprometerá a encabeçar uma lista de candidatos, a fim de garantir a liberdade de expressão dos cidadãos. O projeto é elaborado pelo movimento Rio Como Vamos (RCV), que tem como objetivo principal a organização e o fortalecimento dos movimentos de gestão pública. Não se trata de uma iniciativa que visa apenas a melhoria da qualidade de vida, mas também a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Saiba mais sobre o RCV

• **O Rio Como Vamos é um movimento de cidadania** que monitora os indicadores de qualidade do município do Rio de Janeiro, acompanhando o desempenho da administração pública em 13 áreas: saúde, transporte, educação, segurança pública e violência, pobreza e desigualdade social, meio ambiente, lazer e esporte, habitação e saneamento, inclusão digital, trabalho, emprego e renda, cultura, esportes e recreação, e orçamento. Os resultados desse monitoramento, divulgados mensalmente pelo GLOBO e pelo site do GLOBO, podem ajudar os cidadãos a avaliar seus administradores e a lutar pela melhoria da qualidade de vida na cidade.

• **O movimento é apolítico** e tem apoio das seguintes entidades: Fecomércio, Fupar, Associação Comercial, Syvelas, Instituto de Favelas, Banco Real, Itaú, Santander, Terminal 1, Unicef e Fundação Avina. O trabalho do RCV pode ser acompanhado pelo site www.riocomovamos.org.br.

O GLOBO JÁ PUBLICOU

- **DEZEMBRO 2007:** Pesquisa feita pelo Ibope sobre a percepção dos cariocas em relação à qualidade de vida na cidade.
- **JANEIRO 2008:** Avaliação da administração com base no desempenho no período 1990-2006.
- **FEVEREIRO 2008:** Análise do ensino fundamental, a partir do ano de 2005.
- **MARÇO 2008:** Primeiro relatório de percepção de participação da população sobre o Rio.
- **ABRIL 2008:** Novos números da pesquisa de percepção.
- **MAIO 2008:** O crescimento dos movimentos de cidadania no país.
- **JUNHO 2008:** Os reflexos do ambiente de negócios na melhoria da qualidade de vida.
- **JULHO 2008:** Movimento com o objetivo de monitorar a legislação.
- **AGOSTO 2008:** Lançamento de um novo sistema de indicadores.

O GLOBO NA INTERNET

Que área merece ser priorizada pelo novo prefeito? globo.com.br/riocomovamos

Que saúde é direito do cidadão e dever do Estado?

A urgente decisão que a mídia tem entre criar demanda social que esgota o setor público ou transferir responsabilidade civil para o setor privado.



“Saúde é direito do cidadão e dever do Estado.”

Artigo 196 da Constituição Federal, sempre repetido pelo Dr. Drauzio Varella em seus quadros no *Fantástico*. A verdadeira demanda não é pela saúde *per se*, mas pela correta aplicação das verbas públicas destinadas para ela.

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



A saúde e a máquina pública

O SUS já atingiu 70% dos municípios, enquanto a NHS (National Health Service) inglesa cobre apenas 60% dos cidadãos e a HHS (Health and Human Services) americana deixa 16% da população sem qualquer atendimento.

No Jornal Nacional, as “escolhas” de entrevistados são sempre por agentes públicos e quase nunca representantes do setor privado.



Entre o fato e o factóide



O que a notícia do jornalismo tem de comum com o merchandising social da ficção não é o fato em si mas a opção comum entre jornalistas e telenovelistas de decidir sobre o factóide, algo entre o campo da ficção e da realidade que força o aumento da audiência e do interesse da opinião pública pelo tema.



Santa Maria e a cidadania na mídia



Cidadania de solidariedade



Cidadania política

Quem fará este novo país será uma cidadania política atuante e mobilizada por uma mídia que não se limite a repercutir apenas uma cidadania de solidariedade e legalidade!



Executivo executor e usurpador



Mesmo a casa real inglesa, quando teve de ceder o governo para o parlamento (século XIII), manteve o comando das principais instituições de Estado: o judiciário e as forças armadas. Pois o Parliament do século XVII é descendente direto do Witan (conselho do Rei) do século XII.

O executivo no Brasil é hipertrofiado, hiperativo e usurpa as funções judiciárias e legislativas dos demais poderes. Quando usurpa o poder econômico de empreender da própria sociedade, para além de regular. Na verdade, o presidencialismo brasileiro acumula as funções de chefe de governo e chefe de estado anulando as possibilidades de as instituições públicas do Estado inibirem os abusos de poder e de defender o interesse público. Resulta disto que não temos estado democrático de direito, mas estado demagógico-corporativo de oligarcas e privilegiados.

O que demonstra que a principal função do chefe de estado é o poder de arbítrio em defesa do povo. O executivo não pode ser mais forte que o legislativo e o judiciário, quando na verdade é apenas o executor das sentenças dos tribunais superiores e das leis orçamentárias.



O princípio civil da cultura de cidadania



“O fato de não termos o direito de meter o bedelho na vida privada do próximo não significa que não tenhamos o dever de constrangê-lo quando este abusa de seu direito privado em detrimento dos direitos civis coletivos e do bem comum.”



O princípio político da cultura de cidadania



“E se abrimos mão dos nossos direitos e dispensamos os serviços sociais da saúde, da educação básica e da previdência, não significa que não temos o dever de participar do controle da administração pública, dos mandatos e dos orçamentos, fiscalizando sobretudo os serviços públicos essenciais da justiça e da segurança, para que a ação do Estado alcance efetivamente os mais necessitados, os proteja da criminalidade, e não tenhamos que pagar cada vez mais pelos mesmos serviços de que não dispomos.”



A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania

Visão:

Só a hegemonia de uma cultura de plena cidadania poderá superar o baixo nível de nossa representação política, com a ação decisiva de verdadeiras elites para resgatar o setor privado de sua crise de valores e o setor público de sua crise de gestão.

Missão:

Identificar estas elites brasileiras, cooperando com as mesmas e com demais agentes sociais para o desenvolvimento de conteúdos e programas de mídia a fim de resgatar os valores da cidadania no imaginário social brasileiro.

Valores da cidadania

(valores da tradição humanística judaico-cristã)

- Legalidade e Honra • Vida e Segurança • Liberdade e Propriedade



Uma pauta para a reforma política



- Voto livre c/ alistamento obrigatório
- Sistema eleitoral proporcional, distrital ou misto
- Financiamento público de campanhas
- Revisão das cláusulas de barreira
- Fidelidade partidária
- Eleições singulares para cargos eletivos federais e estaduais
- Extinção dos suplentes de senadores ("biônicos")
- Revisão do princípio de proporcionalidade das representações por estados
- Obrigatoriedade das prestações de contas dos mandatos
- Requisito de bons antecedentes para registro de candidaturas
- Lei da revogabilidade dos mandatos (recall eleitoral)
- Disciplina "Cultura de Cidadania" no sistema educacional



Para refletir e praticar



Sociedade civil



Setor produtivo



Operadores do direito



Ongs e pequeno comércio

A Voz do Cidadão como um portfólio de campanhas de cidadania política



Campanha Muda Brasil - Uma Agenda Mínima



FAÇA SUA ESCOLHA.

Vote em políticos que se comprometam em promover a riqueza coletiva e não apenas a amparar a pobreza.

Saiba mais sobre estes temas.

Temas principais:

1. Reforma Política
2. Justiça/Segurança Pública
3. Desenvolvimento/Prosperidade
4. Educação Básica
5. Saúde Pública



Democracia

x

Demagogia

- Assume compromissos
- Respeita sua inteligência
- Acredita em você
- Presta contas
- Age com transparência
- Possui ideal e valores
- Busca prosperidade
- Aposta na riqueza
- Apóia iniciativa
- Empreendedorismo

- Faz falsas promessas
- Subestima você
- Faz você de bobo
- Não dá satisfação
- Não tem ideal
- Se faz da política
- Vive da miséria alheia
- Quer dependência econômica
- Apóia o empreguismo
- Troca de favores



Cidadocracia – a democracia mais forte



A confusão que a cultura política brasileira tradicionalmente faz entre as funções de governos e as das instituições de Estado está no centro de uma contradição fundamental: sabemos que a democracia é o melhor sistema de governo e, ao mesmo tempo, nos omitimos de uma responsabilidade política. Como se nada tivéssemos a ver com isso, não temos o entendimento de que só através da participação política é que podemos transformar a realidade de um país.

Se até mesmo a democracia, sem o devido nível de conscientização dos cidadãos, pode ser deformada na mais perigosa demagogia, não podemos nos furtar à tarefa inadiável de promover as condições para o fortalecimento dessa democracia, através da “cidadocracia”.



Conscientização do Cidadão

Participe! Pois contra a demagogia só a democracia!

Por R\$ 1,00 os demagogos prometem restaurante, farmácia e habitação popular. E iludem os cidadãos eleitores. Quando não roubam e desviam o dinheiro público dos impostos que você paga.

Por R\$ 1,00 você também pode se iludir comprando sua consciência culpada e dando uma esmola a um menino de rua.

Mas por apenas R\$ 1,00 você também pode participar da democracia! Pode comprar um panfleto desses e cumprir o seu dever de cidadania de conscientizar outros cidadãos eleitores a não mais serem iludidos pelos políticos.

O que você ganha com isso é um estado mais eficiente, com mais serviços para o cidadão e menos impostos para você pagar. Faça sua escolha agora! Escolhemos você, que é mais esclarecido, para mudar o Brasil.

E o convidamos a buscar o compromisso de mais 10 cidadãos eleitores a só votarem em políticos comprometidos com os cidadãos.

Comprometidos em promover a riqueza E não a explorar a pobreza!



A Voz do Cidadão: programas desenvolvidos



As Oficinas de Cultura de Cidadania e a Agenda

Compostas por 15 módulos de palestras teóricas seguidas por exercícios de dinâmica de grupo, as Oficinas abrangem temas como Cidadania e Estado, o Artigo 5º da Constituição, Responsabilidade Política Empresarial, e a campanha “Brasil Direito”, dentre outros. As Oficinas já foram ministradas para dezenas de organizações no Brasil inteiro.



A Agenda da Cidadania - *atualidades sob a ótica da cidadania* – busca divulgar fatos e informações relevantes para o dia-a-dia do cidadão consciente. Cobrindo 30 campos, abrange diversas áreas de interesse da cidadania, como Justiça, Internet, Exemplaridade, Movimentos Sociais, Mídia, Utilidade Pública, Cartilhas, Filmes e outras.



Acervo de campanhas e ferramentas



Cidadania como exercício consciente dos direitos políticos.



Para reflexão sobre o estado da cidadania no Brasil.



Direitos e deveres dos cidadãos conscientes e atuantes.



Campanha de compromissos para empresas e entidades.



Uma campanha para a mobilização de lideranças.



Destaques do cenário político recente.



Campanha de mobilização de moradores e consumidores



Os cidadãos exemplares recebem um diploma especial.



Casos de cidadania exemplar fotografadas por colaboradores.



Acervo de campanhas e ferramentas



Para conscientização de que nosso planeta é a nossa única "casa".



Use-os cada vez que um direito coletivo for violado.



Fatos e notícias na mídia, sob a ótica da plena cidadania.



Temas do noticiário político sob a ótica da cidadania.



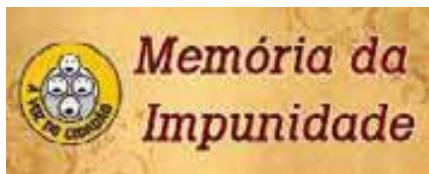
Decálogo do combate à pirataria por uma cultura de cidadania.



A propriedade como valor fundamental da cidadania.



O confronto político de idéias como a base da democracia.



Registro de escândalos e da não-punição aos envolvidos



Uma campanha voltada a entidades e ongs

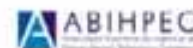


Articulações de associações civis e empresariais

Associações profissionais e das Carreiras de Estado



Associações empresariais e empresas singulares



INSTITUTO DE
CULTURA DE CIDADANIA

Estratégias de argumentação
e campanhas junto à mídia e
organizações civis



Os números da Voz do Cidadão

Page hits (entre jun 2011 a mai 2012)	9.244.675
Visitas (média mensal entre jun 2011 a mai 2012)	26.512
Acessos únicos acumulados (até 04/05/12)	4.890.665
Palestras e oficinas (jan 2010 a jul 2011)	14
Informativos eletrônicos (até 04/05/12)	138
Notas na Agenda da Cidadania (até 04/05/12)	2.875
Boletins em rádio transmitidos (até 04/05/12)	1.468
Artigos divulgados no portal (até 04/05/12)	730
Videocasts postados	116
Folhetos e cartilhas criados	72



Atingimento dos canais da Voz do Cidadão

Internet (portal próprio e rede sociais)	200 mil acessos/mês
Internet (portais de parceiros e associados)	50 mil acessos/mês
Rádios (CBN/Globo) e seus websites	800 mil ouvintes/minuto
Informativos digitais (usuários cadastrados)	50 mil usuários
Artigos em jornais (Globo + DCSP e seus websites)	400 mil exemplares diários
Total de audiência	1,5 milhão de cidadãos

Nota: O programa do Cidadômetro impactou, em 2011, 720 mil cidadãos diretamente e milhões através da cobertura espontânea da mídia.



As grandes mudanças são silenciosas

Notícia de exaustão dos mais de 5 séculos do “jeitinho brasileiro”, cujo ato inaugural se deu em 1º de maio de 1500



Carta de Pero Vaz de Caminha, Terra de Santa Cruz, 1500

"Conclamo a todos os cidadãos de bem, principalmente os das classes média e alta, que se manifestam contra a violência e a impunidade, que se comprometam a dar o exemplo de não sonegar impostos, não fazer falcaturas com o dinheiro público, apoiar a justiça e não corromper os agentes da lei."

AGUINALDO DA SILVA RIBAS SOBRINHO
(por e-mail, 4/7), Rio

O Globo, Cartas dos Leitores, 05/07/00.



O avanço da cultura de cidadania no Brasil

O Brasil melhora...

1. Justiça eleitoral + eficaz
2. BC + independente
3. CGU: prevenção da corrupção
4. Lei da Ficha Limpa
5. Advocacia Pública estruturada
6. Consocial: marco do controle social
7. MF/COAFI/RF/PF/MP articulados
8. Autonomia das carreiras de estado
9. Melhoria dos indicadores sociais
10. Lei de Responsabilidade Fiscal

Mas ainda falta...

1. Limitação de cargos comissionados
2. Ref. política e financiamento público
3. Autonomia agências reguladoras
4. Marco regulatório na mídia
5. Capacitação docente (1º grau)
6. Revisão C.P. e códigos de processo
7. Incremento da consciência cidadã
8. Responsabilidade Política Empresarial
9. Desprofissionalização da política
10. Código de Defesa do Eleitor



Um canal para as redes de controle social



Através dos boletins na Rede CBN e rádio Globo, falamos para um público altamente qualificado de 800.000 ouvintes por minuto no horário, segundo dados das próprias emissoras. Além disso, nossos conteúdos são distribuídos nas principais redes sociais.

As fontes de informação da Voz do Cidadão são as diversas entidades de controle social do terceiro setor, que agora passam a se articular em grandes redes que agregam hoje cerca de três mil organizações.



Amarribo
202 entidades



Focco
84 entidades



Abracci
77 entidades



Rede Cidades Sustentáveis
600 entidades



Plataforma Reforma Política
31 entidades



MCCE
51 entidades



Voto Consciente
200 municípios



Empresa Limpa
276 empresas/entidades



Observatórios Sociais
41 entidades



Instituto Ethos
1447 empresas



Os movimentos da cidadania nas redes virtuais



A Voz do Cidadão: programas desenvolvidos

Mídia



Boletins radiofônicos semanais

Rede CBN - 3as e 5as às 15:05h

Rádio Globo - Sábados às 20:00h

Educação corporativa

Oficinas e palestras para quadros gerenciais de empresas e entidades



Internet

www.avozdocidadao.com.br



Revista eletrônica semanal com informações e atualidades de interesse da cidadania

Campanhas de Mobilização

Enquetes e produção de panfletos, intervenção pública e pauta para a mídia



Programa Editorial

Publicação de livros, cartilhas, panfletos e videocasts



Campanhas de Relacionamento

Publicização de cidadãos exemplares e monitoramento de mandatos parlamentares para apoiadores e patrocinadores



A Parceria para Governo Aberto



A Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*) é uma iniciativa internacional, co-liderada por Brasil e Estados Unidos, que visa difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, acesso à informação pública e participação social.

Trata-se na verdade de uma oportunidade de somar esforços para o enfrentamento de cinco desafios essenciais: melhoria da prestação de serviços públicos, aumento da integridade pública, gestão mais efetiva dos recursos públicos, criação de comunidades mais seguras e aumento da responsabilidade corporativa.



O site Contas Abertas



O Contas Abertas é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne pessoas físicas e jurídicas, lideranças sociais, empresários, estudantes, jornalistas, bem como quaisquer interessados em conhecer e contribuir para o aprimoramento dos gastos públicos, principalmente quanto à qualidade, à prioridade e à legalidade.

Para isso, busca tornar disponível para a sociedade as execuções orçamentárias, financeira e contábil do poder Executivo em todos os níveis, além de estimular a participação do cidadão na elaboração e no acompanhamento do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



A experiência do *Crowdring*



O *crowdring* (*crowd* = multidão + *ring* = toque) é uma ferramenta que usa o telefone como uma plataforma para se de emitir uma opinião sobre um assunto qualquer.

Em 2011 a ideia foi posta em prática pela primeira vez, quando a ativista social Anna Hazare, mobilizou 35 milhões de pessoas na Índia, para pressionar os políticos locais a aprovar uma legislação anti-corrupção fundamental para o país.

O sistema usado foi o de "chamadas incompletas", ou seja, quem era a favor da lei, simplesmente ligava ou mandava um SMS para um telefone específico e assim seu voto era computado. Como a ligação não era completada, a participação era totalmente gratuita.

Uma ferramenta que tem um potencial de alcance muito maior que a própria internet.



O movimento *The Rules*



ThoughtWorks®

O *crowdring* é um dos projetos mais ousados do movimento The Rules, em parceria com a softwarehouse ThoughtWorks..

O movimento existe globalmente, com centros de discussão em Joanesburgo, Mumbai e Nova York, e tem como missão trazer o verdadeiro poder de volta aos cidadãos, através da mudança das leis (*rules*) que criam desigualdades e pobreza no mundo.

Para isso, inovadoras e surpreendentes ideias como o “Crowdring” são incentivadas e desenvolvidas.

Como eles mesmos definem em seu portal “*Change the rules, and we change the world*”.



A Fundação Sunlight



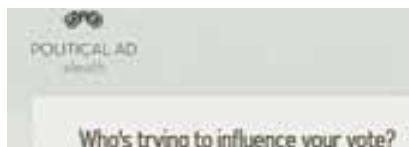
A Fundação Sunlight é uma organização americana sem fins lucrativos e apartidária que usa o poder da internet para promover uma maior abertura e transparência dos governos, além de desenvolver novas ferramentas e recursos de mídia para os cidadãos conscientes e atuantes.

A Fundação trabalha no sentido de melhorar o acesso a informações públicas, tornando-as disponíveis on-line e, dessa forma redefinindo informação "pública" como informação "on-line".

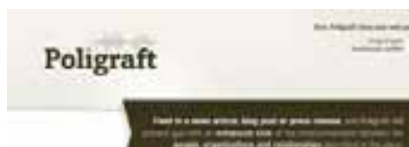
Através da criação dessas novas ferramentas, a Sunlight trabalha para que indivíduos e comunidades não só tenham melhor acesso à informação, mas que também saibam como melhor usá-la.



A Fundação Sunlight – principais ferramentas



“Farejadores de anúncios políticos” (*Political Ad Sleuth*) mobiliza voluntários locais para que ajudem a alimentar um banco de dados nacional on-line de anúncios públicos (ou com recursos públicos) em emissoras de TV. Estas informações, que nos Estados Unidos cada emissora mantém, mas não posta on-line, contém dados importantes sobre quem está comprando tempo de TV para veicular propaganda política.



“Poligrift” é um site e utilitário que permite que qualquer pessoa possa descobrir os mais variados níveis de influência na política federal e estaduais e como está sendo a cobertura de notícias do mesmo. Usando dados da ferramenta “Explorer Sunlight Influence”, o Poligrift permite relacionar fontes de dinheiro e política no Congresso americano.



“Estados Abertos” (*Open States*) permite que qualquer pessoa possa saber mais sobre a legislação de seu Estado. Com esta ferramenta, pode-se fazer o acompanhamento das contas do Estado, conseguir informações de campanha e de contato dos gabinetes dos parlamentares e acompanhar toda a ação legislativas nos 50 Estados americanos.



Atingimento dos canais da Voz do Cidadão

Internet (portal próprio e rede sociais)	200 mil acessos/mês
Internet (portais de parceiros e associados)	50 mil acessos/mês
Rádios (CBN/Globo) e seus websites	800 mil ouvintes/minuto
Informativos digitais (usuários cadastrados)	50 mil usuários
Artigos em jornais (Globo + DCSP e seus websites)	400 mil exemplares diários
Total de audiência	1,5 milhão de cidadãos

Nota: O programa do Cidadômetro impactou, em 2011, 720 mil cidadãos diretamente e milhões através da cobertura espontânea da mídia.



A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política



Principais reivindicações das mais de 80 entidades da sociedade civil

- Fortalecimento da democracia participativa, principalmente plebiscitos e referendos, com simplificação do processo da Iniciativa Popular
- Fim das votações secretas nos legislativos
- Fim do foro privilegiado, exceto no estrito exercício do cargo ou mandato
- Entender como quebra do decoro parlamentar atos praticados ao longo da vida do eleito e que não sejam de conhecimento público
- Criação de conselhos da Justiça Eleitoral composto por representantes da Justiça Eleitoral, Ministério Público, instituições da área de controle oficial e sociedade civil
- Proibição de assumir cargo no Executivo ainda possuindo mandato legislativo
- Não profissionalização da vida política: máximo dois mandatos
- Eleições com listas pré-ordenadas e financiamento público exclusivo



Transparência e cidadania

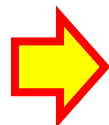


Não há transparência efetiva de gestão pública ou privada sem mobilização da cidadania para o controle social.

É preciso desmontar o falso argumento de que o malfeito público é produto de uma cultura de transgressão e impunidade generalizada.



Cidadania, mídia e eleições



Não há transparência efetiva de gestão pública ou privada sem mobilização da cidadania para o controle social.

Está sendo desmontado o falso argumento no imaginário social brasileiro de que o malfeito público é produto de uma cultura de transgressão e impunidade generalizada.



Marcos regulatórios

Lei da Improbidade Administrativa – 1992

Enriquecimento ilícito de agentes públicos

Lei da Responsabilidade Fiscal – 2000

Impõe limite aos gastos de estados e municípios, em relação à sua arrecadação

Lei da Transparência – 2009

Disponibiliza a execução orçamentária dos executivos federal, estaduais e municipais

Lei da Ficha Limpa – 2010

Regulamentação dos casos de inelegibilidade para candidaturas políticas

Lei do Acesso à Informação Pública – 2011

Regula o acesso a informações públicas pelos órgãos dos 3 poderes

Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica - em tramitação

Responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública

Lei da Responsabilização Civil do Estado – em tramitação

Reparação aos cidadãos por danos causados pelos agentes do Estado

Lei do fim do foro privilegiado – em tramitação

Fim da aplicação do foro privilegiado a crimes comuns, de matéria penal



Marcos regulatórios

Lei da Improbidade Administrativa – 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta.

Lei da Transparência - 2009

Obriga a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei da Ficha Limpa - 2010

Estabelece casos de inelegibilidade para proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato político.



Marcos regulatórios

Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica - em tramitação

Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Lei da Responsabilização Civil do Estado – em tramitação

Dispõe sobre reparações aos cidadãos em face de danos causados pelos agentes do Estado. Agiliza o pagamento de indenizações por prejuízos a terceiros pela ação ou omissão de seus agentes ou órgãos, independentemente da comprovação de culpa ou dolo.

Lei do fim do foro privilegiado – em tramitação

Proposta de Emenda Constitucional que veda a aplicação do foro privilegiado a crimes comuns, de matéria exclusivamente penal.



Marcos regulatórios

Lei do Acesso à Informação Pública – 2011

Regula o acesso a informações públicas mediante

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- c) protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações;

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.



Marcos regulatórios

Efeito da lei:

entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação (maio/2012)

Pena:

A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



Marcos da cidadania para 2012



I Consocial – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (PR-CGU), que será realizada em maio.



IACC – Congresso Internacional Anti-Corrupção, em novembro.



Outras agendas contra a corrupção

- PEC dos Recursos
- Lei orgânica para o sistema nacional de controladorias estaduais e municipais
- Autonomia e revisão do sistema de composição dos tribunais de contas
- Priorização do financiamento de campanhas no PL da reforma política
- Extensão da Lei da Ficha Limpa para executivos federal, estaduais e municipais, poder Judiciário, autarquias e empresas públicas
- Maior autonomia e rigor nas punições do CNJ
- Reintrodução da disciplina “Cidadania, Ética e Educação Política/CEEP” no ensino público fundamental e médio
- Maior e melhor cobertura da mídia para as iniciativas de organizações de controle social.



O “Quem é quem” na cidadania exemplar



O mandato-cidadão, como tecnologia de controle social dos mandatos e orçamentos públicos, segue já uma marca de nosso Instituto, que é a de identificar como “cidadãos” quaisquer funções públicas ou mesmo atividades sociais que tenham por princípio a transparência, a ética e a responsabilidade política de suas decisões, ações e seus possíveis impactos no meio social. Assim é que mantemos vários programas, como o “cidadão exemplar” e inspiramos outros como o “ministro cidadão”. Nesta mesma linha, apresentamos agora o “Quem é quem – Agentes de Cidadania”.

Tais programas obedecem à própria missão de nosso Instituto de dar maior visibilidade ao verdadeiro sentido da cidadania plena e atuante, que é sempre o de participação política, contra a identificação da cidadania com a solidariedade e a civilidade no imaginário social brasileiro.

Sobretudo quando confundimos democracia com demagogia e não discernimos público de privado nem legalidade de moralidade.

Quem é quem entre os agentes de cidadania

e suas causas de interesse público



Ser exemplar não é uma questão de excelência ou virtude cívicas intrínsecas, mas simplesmente de dever moral de publicização!

Para A Voz do Cidadão, o conceito de plena cidadania envolve não apenas a boa conduta exemplar individual, mas sobretudo o ato de incentivar outros cidadãos a agirem da mesma forma, através de suas entidades representativas e em conjunto com as instituições de Estado; é o que chamamos exemplaridade, exercida pelos verdadeiros agentes de cidadania.

A etimologia das palavras "exemplo" e "exemplaridade" é um conceito-chave para A Voz do Cidadão. "Ex" em latim significa "para fora", e "amplum" demonstra um movimento de difusão.



Capital político = alguns dos INGs e suas causas



Francisco Praciano

Deputado estadual
Rio de Janeiro/RJ

Defesa da Amazônia e Zona Franca de Manaus.



Luiz Fernando de Carvalho

Magistrado
Rio de Janeiro/RJ

Maior comunicação entre o Judiciário e a sociedade.



Siro Darlan

Magistrado
Rio de Janeiro/RJ

Defesa dos direitos das crianças e adolescentes.



William Ling

Empresário
Porto Alegre/RS

Educação para promover a transformação da sociedade brasileira.



Liszt Vieira

Educador
Rio de Janeiro/RJ

Defesa dos recursos naturais na perspectiva de uma Ecologia como uma questão social.



Mario Guerreiro

Educador
Rio de Janeiro/RJ

Promoção de uma ampla discussão sobre Liberdade, Cidadania e Sociedade.



Hugo Leal

Deputado estadual
Rio de Janeiro/RJ

Criador da Lei Seca, compromisso com projetos de lei para reduzir acidentes de trânsito.



Saturnino Braga

Acadêmico
Rio de Janeiro/RJ

Dignificação do servidor público e luta pela ética na política.



Marcio Fortes

Empresário
Rio de Janeiro/RJ

Direito à propriedade e ao livre empreendimento.



Andrea Gouvêa Vieira

Vereadora estadual
Rio de Janeiro/RJ

Consolidar a legislação municipal e propor o Código do Município do Rio de Janeiro.



Rafael Marques

Analista de controle
Brasília/DF

Conscientizar a sociedade Sobre a importância Das carreiras de Estado.



Márlon Reis

Magistrado
São Luís/MA

Combate à corrupção eleitoral e promoção de uma verdadeira reforma política.



Efeitos esperados do programa



1. Estruturação: há uma lei na filosofia que diz que a estrutura é mais do que a soma das partes. Juntar num único espaço, mesmo que virtual, 500 propostas de cidadãos para o país resulta mais do que a diversidade dos autores e seus depoimentos. Resulta numa mudança radical na própria relação política entre governantes e governados. Ou na própria estruturação da cidadania brasileira.

2. Superação: consiste na superação da relação meramente reivindicatória de melhores serviços e benefícios públicos - a voz das ruas - para uma relação de participação na própria formulação e execução das políticas públicas, a voz dos cidadãos.

3. Nova percepção: o efeito de percepção dos primeiros depoimentos vai se transformando de vozes isoladas *"dos que detêm competência para discorrer sobre temas específicos"* para *"um conjunto de cidadãos articulados numa ação política maior de participação e controle social das políticas públicas"*.

4. Resgate da uma elite: o programa resgata a verdadeira essência da democracia onde só se supera a oclocracia do *demos* com a intermediação dos cidadãos que devem conduzir a *res publica*: uma elite de verdadeiros agentes de cidadania!

5. Moral e cívica: se o jornalismo dilui as propostas ao sabor do curso aleatório do noticiário, e o entretenimento reproduz a corrupção dos valores do imaginário social, só mesmo o espaço do intervalo para uma campanha perene de resgate de uma nova cultura política!



Não basta aos cidadãos terem responsabilidade civil.
Não basta às empresas terem responsabilidade social.
Não basta aos governos terem responsabilidade fiscal.

É preciso o compromisso de todos com a
responsabilidade política, expressão de uma verdadeira
cultura de cidadania.

ASSOCIE-SE!



INSTITUTO DE
CULTURA DE CIDADANIA

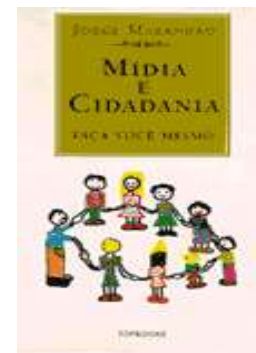
www.avozdocidadao.com.br

Rio de Janeiro - 21 2540-0961

Outras fontes a consultar:

“Mídia e Cidadania”, de Jorge Maranhão, Editora Topbooks, 1993.

Dois ensaios e mais de 50 artigos defendendo a função da mídia como instrumento da formação da consciência de direitos, o que vem a ser a própria definição do conceito de cidadania, tão em voga no país nos dias de hoje.



“A Voz do Cidadão – Mútua-ajuda da Cidadania”, Editora Contracapa, 2003.

Assim como à doutrina ingênua do marketing de competição de produtos e ao *advertising* só interessam as lutas táticas do *market share*, a doutrina do *branding* e da estratégia de argumentação da propaganda se interessam por abrir novos mercados e desenvolver novas culturas, novos comportamentos, novos paradigmas e valores de consumo e serviços.

“Cultura de Cidadania – Para construir um novo país”, Editora Contracapa, 2006.

Uma reflexão singular sobre as razões que levaram o Brasil ao quadro de miséria política em que se encontra, bem como os passos necessários para o resgate da ética e dignidade que merece de seus representantes políticos. O livro conta com uma cartilha sobre o Artigo 5º da Constituição Federal, um mini-glossário de termos jurídicos, e outra ferramentas práticas para o exercício do controle e acompanhamento dos mandatos dos políticos eleitos.

